

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Sufrimento psíquico entre estudantes da assistência estudantil da
Universidade Federal de Viçosa e serviços acionados para o cuidado à saúde
mental.**

Myllene da Silva Gomes
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

MYLLENE DA SILVA GOMES

**Sufrimento psíquico entre estudantes da assistência estudantil da
Universidade Federal de Viçosa e serviços acionados para o cuidado à saúde
mental.**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Política Social, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Daniella Borges Ribeiro

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G633s
2025
Gomes, Myllene da Silva, 1998-
Sofrimento psíquico entre estudantes da assistência
estudantil da Universidade Federal de Viçosa e serviços
acionados para o cuidado á saúde mental / Myllene da Silva
Gomes. – Viçosa, MG, 2025.
1 dissertação eletrônica (122 f.): il.

Inclui apêndices.

Orientador: Daniella Borges Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2025.

Referências bibliográficas: f. 72-80.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.623>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Saúde mental - Política governamental. 2. Estudantes -
Programas de assistência. 3. Estudantes universitários - Viçosa
(MG). 4. COVID-19, Pandemia de, 2020-2023 - Aspectos
psicológicos. I. Ribeiro, Daniella Borges, 1983-. II. Universidade
Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa
de Pós-Graduação em Política Social. III. Título.

CDD 22. ed. 362.20422

MYLLENE DA SILVA GOMES

**Sufrimento psíquico entre estudantes da assistência estudantil da
Universidade Federal de Viçosa e serviços acionados para o cuidado à saúde
mental.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de junho de 2025.

Assentimento:

Myllene da Silva Gomes
Autora

Daniella Borges Ribeiro
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 29/09/2025 às 18:55:14 e pela orientadora em 01/10/2025 às 17:22:26. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **VQSY.Y325.7YLS** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

GOMES, Myllene da Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2025. **Sufrimento psíquico entre estudantes da assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa e serviços acionados para o cuidado à saúde mental..** Orientadora: Daniella Borges Ribeiro.

A dissertação tem como objetivo identificar situações de sofrimento psíquico relatadas por estudantes atendidos/as pela assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa antes e durante o contexto da pandemia de COVID-19, bem como os serviços ou ações acionadas para o enfrentamento da questão. A pesquisa parte do reconhecimento de que a pandemia intensificou desigualdades sociais preexistentes e desafiou as políticas públicas de permanência estudantil, sobretudo no que diz respeito à saúde mental dos discentes. Utilizando abordagem qualitativa e estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito estudantes beneficiários/as da assistência estudantil nos anos anteriores e durante a pandemia (2018 a 2021). A análise de conteúdo das entrevistas revelou que os participantes relataram vivências de sofrimento psíquico, acentuadas pelo isolamento social, insegurança alimentar, dificuldades no acesso ao ensino remoto e sobrecarga emocional. A assistência estudantil, por meio de auxílios financeiros, atendimento psicossocial e flexibilização de normas acadêmicas, teve papel relevante, embora insuficiente frente à complexidade da demanda. O estudo destaca a necessidade de políticas intersetoriais mais robustas, com ênfase na saúde mental como componente essencial da permanência estudantil, e evidencia a urgência da ampliação dos serviços de apoio psicossocial nas universidades públicas, bem como da articulação com a rede de serviços.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Saúde mental; Universidade pública; COVID-19.

ABSTRACT

GOMES, Myllene da Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2025.
Psychological suffering among students of the student assistance program at the Federal University of Viçosa and services activated for mental health care..
Adviser: Daniella Borges Ribeiro.

This dissertation aims to identify situations of psychological distress reported by students receiving student assistance services at the Federal University of Viçosa before and during the COVID-19 pandemic, as well as the services or actions implemented to address the issue. The research is based on the recognition that the pandemic has intensified preexisting social inequalities and challenged public policies for student retention, especially regarding students' mental health. Using a qualitative approach and case study, semi-structured interviews were conducted with eight students who received student assistance in the years before and during the pandemic (2018 to 2021). Content analysis of the interviews revealed that participants reported experiences of psychological distress, exacerbated by social isolation, food insecurity, difficulties accessing remote learning, and emotional overload. Student assistance, through financial aid, psychosocial support, and flexible academic regulations, played a significant role, although insufficient given the complexity of the demand. The study highlights the need for more robust intersectoral policies, with an emphasis on mental health as an essential component of student retention, and highlights the urgent need to expand psychosocial support services at public universities, as well as their coordination with the service network.

Keywords: Student assistance; Mental health; Public university; COVID-19.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil socioeconômico dos(as) 08 entrevistados(as)	58
Quadro 2 - Serviços utilizados da assistência estudantil	59
Quadro 3 - Vivências de sofrimento psíquico antes e depois da pandemia de COVID-19.....	63
Quadro 4 – Serviços e apoio durante a pandemia de COVID-19	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CID	Classificação Internacional de Doenças
CONEP	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCD	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PHEIC	Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
ProUni	Programa Universidade para todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNE	União Nacional dos Estudantes
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. PERSPECTIVAS NO QUE CONCERNE À SAÚDE MENTAL	17
1.1. Saúde Mental e COVID-19	24
2. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES	29
2.1. Capitalismo Pandêmico e Universidade Pública no Brasil.....	37
2.2. Capitalismo de desastre.....	39
2.3. Realismo capitalista e doutrinas de choque	43
2.4. Crise sanitária e universidade pública.....	47
2.5. Intersetorialidade e a política de assistência estudantil: a necessidade de articulação com outras políticas sociais.....	49
3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA E SAÚDE MENTAL	54
3.1. A Política de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal de Viçosa (UFV)	54
3.2. Análise de Dados.....	57
3.2.1. Resultados e Discussões	58
CONCLUSÕES.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES NO CATÁLOGO DA CAPES SOBRE O TEMA.....	81
APÊNDICE B – BANCO DE ARTIGOS SCIELO	112
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA	119
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior é amplamente reconhecido no Brasil como um pilar essencial para o desenvolvimento econômico, a ascensão social e a melhoria da qualidade de vida em diversas esferas, incluindo a individual, a social e a familiar. A educação superior desempenha um papel crucial na formação de profissionais qualificados, capazes de impulsionar a inovação, a produtividade e a competitividade do país no cenário global.

Além de fomentar o crescimento econômico, o Ensino Superior é um vetor importante de mobilidade social, oferecendo às pessoas a oportunidade de melhorar suas condições de vida por meio da aquisição de conhecimento, habilidades e credenciais que lhes permitem acessar melhores oportunidades de emprego e renda.

No entanto, no contexto universitário, segundo Dias *et al.* (2014), o discente pode enfrentar diversos problemas pessoais, interpessoais, familiares e institucionais. Essas situações são comuns, pois o indivíduo se encontra em um ambiente totalmente novo, muitas vezes distante da família e dos amigos. Desse modo, é possível que se sinta sozinho e despreparado, além de lidar com as cobranças da vida acadêmica, como dificuldades em administrar o tempo e a pressão por um bom desempenho. Outras demandas impostas pelo ensino superior também podem influenciar negativamente a saúde dos universitários (Soares, Baldez e Mello, 2011).

Na pesquisa conduzida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Cavedon e Fachin (2002) examinaram as frustrações dos alunos em relação à falta de recursos materiais para manter a infraestrutura, a organização dos horários e a incompatibilidade entre estudo e trabalho.

Dessa forma, as numerosas transformações ocorridas nessa fase têm levado a população universitária a buscar cada vez mais formas de suporte para enfrentar as dificuldades psicossociais associadas ao Ensino Superior. Segundo Vasconcelos (2010), a criação da assistência estudantil no ensino superior público foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, professores e estudantes, refletindo a culminação de uma longa e histórica luta pela garantia desse direito social. A criação desse sistema de apoio visou, sobretudo, promover a igualdade de oportunidades entre os estudantes, assegurando que todos, independentemente de sua condição socioeconômica, pudessem ter acesso a uma educação de qualidade e se beneficiar plenamente das oportunidades oferecidas pelo ensino superior.

Sousa e Dias (2020) destacam que as desigualdades de acesso e permanência no ensino superior sempre foram uma realidade no Brasil, e a pandemia da Covid-19 exacerbou ainda mais esse problema. A grave crise sanitária afetou o ambiente educacional em todo o mundo,

apresentando desafios adicionais à educação pública. Os impactos da pandemia foram profundos e exigiram uma reconfiguração significativa da atuação do Estado em diversos serviços públicos no Brasil (Panizzon, Costa e Medeiros, 2020). Além do setor de saúde, a educação pública também foi drasticamente afetada, sendo necessário adaptar seu funcionamento devido ao imperativo do isolamento social. Com o aumento dos casos de Covid-19 no país, uma das primeiras medidas adotadas foi a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades. O Ministério da Educação (MEC) respondeu a essa situação publicando a Portaria nº 343/2020, que estabeleceu a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais durante o período da pandemia (Brasil, 2020).

Nessa fase de transição e adaptação ao novo ambiente educacional, é relevante ressaltar o papel crucial desempenhado pela assistência universitária (Barreto *et al.*, 2005). A União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade representativa dos estudantes, argumenta que a assistência estudantil ou a formulação de uma política de assistência estudantil deve ser considerada um componente essencial para garantir a permanência dos universitários com qualidade e uma formação completa, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento da universidade como um espaço acessível e participativo (UNE, 2004).

Desse modo, no contexto do ensino superior, as diversas universidades federais do país tiveram que implementar rigorosos protocolos de biossegurança e adotar o ensino remoto, o que gerou profundas mudanças na dinâmica dos espaços universitários e na oferta de ensino-aprendizagem. Nesse cenário, políticas e programas existentes nas universidades precisaram ser revisados e adaptados para se adequarem à nova realidade. Um exemplo importante é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES desempenha um papel crucial ao buscar democratizar as condições de permanência dos estudantes no ensino superior federal, combater as desigualdades sociais e contribuir para a inclusão social por meio da educação. No entanto, a pandemia intensificou os desafios, especialmente no que diz respeito à saúde mental e à exclusão digital, que se tornou mais evidente devido às barreiras sociais, econômicas e culturais, particularmente em países em desenvolvimento, como o Brasil (Souza e Cintra, 2020). Portanto, a adaptação e o aprimoramento de programas como o PNAES tiveram que desempenhar um papel essencial para garantir que os estudantes continuassem a ter acesso à educação superior e enfrentassem as novas realidades impostas pela pandemia.

Nesse sentido, é crucial compreender a relação entre as políticas de assistência estudantil e as experiências acadêmicas dos universitários durante a pandemia. A interação entre essas políticas e o cotidiano universitário desempenha um papel fundamental no sucesso acadêmico

e no bem-estar dos estudantes. Sendo assim, elaboramos as seguintes **questões norteadoras**: “Os estudantes de graduação atendidos pela assistência estudantil da UFV relatam situações de sofrimento psíquico? Quais recursos foram utilizados para o cuidado à saúde?”

Como **objetivo geral**, sinalizamos: identificar situações de sofrimento psíquico relatadas por estudantes atendidos/as pela assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa (UFV) antes e durante o contexto de pandemia da COVID-19, bem como os serviços ou ações acionadas para o enfrentamento dessas questões.

Para alcançar o propósito desta pesquisa, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar as necessidades emergentes dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante a pandemia, incluindo acesso a recursos básicos, moradia, alimentação, lazer, saúde e acesso à tecnologia para ensino remoto;
- Identificar quais situações de sofrimento psíquico são relatadas pelos discentes de graduação da UFV, usuários da assistência estudantil, antes e durante a pandemia;
- Compreender as percepções e experiências dos estudantes beneficiários sobre a adequação dos serviços oferecidos pela assistência estudantil durante a pandemia;
- Descrever os serviços e/ou ações acionadas pelos/as estudantes ou familiares para o cuidado frente às situações de sofrimento psíquico vivenciadas durante a pandemia da COVID-19.

Partimos da **hipótese** de que o contexto pandêmico aprofundou situações de sofrimento psíquico e não assegurou o suficiente atendimento e acompanhamento dos/as estudantes que relataram vivenciar tal situação.

Durante a elaboração desta pesquisa recorremos ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (endereço: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>) e utilizamos as seguintes palavras chaves: assistência estudantil; pandemia (foram encontradas 11 pesquisas); assistência estudantil; COVID-19 (15 pesquisas); universitários e pandemia (164 pesquisas); universitários; COVID-19 (191 pesquisas) para sabermos quais pesquisas já foram realizadas sobre o tema. As pesquisas foram encontradas a partir das palavras chaves já descritas e com delimitação temporal do ano de 2020 a 2024. Das 381 pesquisas encontradas, 145 foram

excluídas porque eram repetidas, restando 236 estudos da busca. Destes nenhum era relacionado à realidade dos universitários da UFV (Apêndice A).

Também recorremos ao site Scientific Eletronic Library Online - Scielo (<https://www.scielo.br/>) para verificarmos quais pesquisas retratam a temática aqui proposta.

No Scielo usamos como filtros: assistência estudantil e COVID-19 (encontramos 03 artigos); assistência estudantil e pandemia (achamos 03 artigos); universitários e COVID-19 (96 artigos); universitários e pandemia (encontramos 77 artigos)¹. Do total de 179 trabalhos, 77 foram excluídos porque estavam em duplicidade, restando 102 artigos onde nenhum deles abordava a realidade específica da UFV e os beneficiários da assistência estudantil antes e depois da pandemia (Apêndice B).

Esta pesquisa apresenta **relevância social e científica**, contribuindo de maneira oportuna para a literatura existente ao fornecer uma visão abrangente das ações adotadas na assistência estudantil em resposta à pandemia, sob a perspectiva dos discentes, bem como traz à baila um tema atual que tem exigido das universidades e das políticas de proteção social esforços para seu enfrentamento. Além disso, reforçará a necessidade e a importância contínuas de medidas de assistência aos estudantes menos favorecidos, com o propósito de equilibrar as condições de permanência e manutenção no ensino superior, especialmente em tempos desafiadores como os enfrentados durante a pandemia.

Há também que se destacar que o desenvolvimento desta pesquisa contou com bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em relação aos procedimentos metodológicos, este estudo se caracteriza como de nível exploratório.

Segundo Losch (2023), uma pesquisa é exploratória quando ela tem a finalidade de ganhar familiaridade e adquirir novos insights sobre uma situação atual. Deste modo, a pesquisa busca explorar possibilidades e cenários ainda não investigados, a fim de compreender melhor o problema.

De forma ampla, inclui a realização de revisão bibliográfica, conversas com indivíduos que possuem vivências diretas com a questão investigada, aplicação de grupos focais, além do uso da observação, que pode ser participante ou não participante.

Para Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória busca oferecer uma compreensão ampla sobre um determinado fenômeno. Denota-se, assim, que o processo investigativo está

¹ Notamos que no Scielo quando usávamos (;) aparecia 0 artigos e quando utilizávamos a conjunção (e) apareciam os artigos.

diretamente ligado à busca empírica de dados, exigindo que o pesquisador não interfira nos resultados obtidos. O estudo deve concentrar-se na identificação do problema, sua análise e conexão com a teoria, permitindo a formulação de hipóteses ou proposições.

Importa ressaltar que a pesquisa exploratória não visa fornecer respostas conclusivas ou definitivas, mas sim explorar um campo de estudo, definir conceitos e estabelecer bases para pesquisas mais aprofundadas.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, método investigativo que busca compreender fenômenos sociais, culturais e educacionais por meio da análise de dados subjetivos, como entrevistas, observações e relatos de experiências (Losch, 2023). Para Losch (2023), seu foco principal é alcançar uma compreensão detalhada e aprofundada do tema estudado, priorizando a interpretação e a contextualização dos dados em vez da quantificação dos resultados.

A abordagem qualitativa tem por objetivo interpretar a realidade a partir do contexto dos participantes, permitindo uma visão aprofundada do objeto de estudo. Como destacam Alberto e Ferreira (2022, p. 359), a pesquisa qualitativa apresenta dificuldade de definição devido à complexidade da experiência humana, podendo assumir distintas concepções conforme a área do conhecimento. Complementando essa perspectiva, Yin (2016) ressalta que tal abordagem permite ao pesquisador interpretar eventos humanos em sua singularidade e diversidade, fundamentando-se em múltiplas escolhas metodológicas.

Caracteriza-se, portanto, por sua natureza descritiva, em que os dados não são reduzidos a variáveis numéricas, mas organizados em temas analisados em sua totalidade. O processo interpretativo ocorre de maneira indutiva ou inferencial, emergindo das análises de entrevistas e observações (Losch, 2023).

Quanto ao tipo, esta dissertação configura-se como estudo de caso. Trata-se de metodologia empregada para analisar situações dinâmicas em que o fator humano é central, buscando compreensão aprofundada de fenômenos específicos em seu contexto real.

Martins (2008) descreve o estudo de caso como método que busca apreender a totalidade do fenômeno investigado, permitindo compreensão detalhada e interpretativa. A pesquisa pode envolver múltiplas fontes de dados (entrevistas, observações, documentos), possibilitando visão holística do objeto.

Segundo Goode e Hatt (1999, *apud* Lazzarini, 1995, p. 17), essa técnica consiste em organizar dados a partir de unidade predefinida, podendo assumir caráter exploratório, descritivo ou explicativo conforme os objetivos da investigação. Yin (2001, p. 24) acrescenta que a metodologia é particularmente válida para responder questões do tipo "como?" ou "por

quê?", especialmente quando o pesquisador tem limitado controle sobre os eventos e investiga fenômenos contemporâneos e complexos inseridos na realidade cotidiana.

A pesquisa teve como população-alvo estudantes universitários maiores de 18 anos, que são atendidos pelo programa de assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esse grupo representa elemento crucial para compreensão dos impactos das políticas de apoio acadêmico e social, uma vez que enfrentam desafios adicionais relacionados à vulnerabilidade socioeconômica.

Os critérios de inclusão para a participação na pesquisa foram: ter mais de 18 anos; possuir matrícula regular em cursos da graduação da UFV, no *campus* Viçosa; e ter tido acesso aos serviços da assistência estudantil da UFV no ano de 2018 e/ou 2019, ou seja, antes da pandemia, e/ou nos anos de 2020 e/ou 2021, período correspondente ao contexto da pandemia.

Os critérios de exclusão foram: não concordar em participar da pesquisa; não atender ao critério de idade estabelecido; ou não estar regularmente matriculado(a) na graduação da UFV, no *campus* Viçosa.

A **coleta dos dados** ocorreu presencialmente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa – UFV, após aprovação pelo Comitê de Ética (**Número do Parecer:** 7.225.307). Para captação dos participantes, utilizaram-se dados institucionais, com colaboração do Registro Escolar (RES/UFV), que se prontificou em divulgar a pesquisa e um formulário de interesse, elaborado no Google Forms, via e-mail institucional. O formulário (Google Forms) serviu como meio de contato inicial, com posterior agendamento de entrevistas.

As entrevistas foram realizadas após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3), em ambiente silencioso e adequado, garantindo conforto e privacidade. As questões foram elaboradas criteriosamente, alinhadas aos objetivos da pesquisa, buscando captar percepções e experiências relevantes.

As perguntas formuladas para a entrevista de pesquisa foram escolhidas de maneira criteriosa, com o objetivo de aprofundar a compreensão dos aspectos centrais do estudo. Cada pergunta foi desenhada para captar informações relevantes e específicas, alinhadas aos objetivos da pesquisa, permitindo explorar de forma detalhada as percepções, experiências e opiniões dos participantes.

A escolha das perguntas foi orientada pela necessidade de abordar os principais temas e hipóteses da pesquisa, garantindo que os dados coletados fossem tanto qualitativos quanto ricos em conteúdo. Além disso, as perguntas foram estruturadas de forma clara e acessível, facilitando o diálogo e incentivando respostas reflexivas e autênticas. Essa abordagem

possibilitou a coleta de dados abrangentes e significativos, essenciais para a análise e compreensão do fenômeno em estudo.

Para mitigar riscos, os sujeitos da pesquisa foram informados sobre a possibilidade de publicação dos resultados, sendo previamente solicitada sua autorização. Foi assegurada a confidencialidade de suas respostas, tratadas como informações sigilosas e utilizadas exclusivamente para fins científicos. Ademais, garantiu-se que não haveria identificação nominal no trabalho final da dissertação, assegurando o anonimato dos participantes.

Os participantes tiveram o direito de interromper sua participação a qualquer momento, sem prejuízo ou danos à pesquisa ou a si próprios. Também foi resguardado o direito de retirar o consentimento previamente dado ou de interromper o preenchimento das respostas, sem a necessidade de enviar o formulário, caso decidissem não continuar participando do estudo. Os participantes foram livres para recusar-se a ingressar ou participar da pesquisa, sem sofrer qualquer penalização por parte dos pesquisadores.

Os meios de coleta das informações foram documentos da universidade, concedidos pela PCD, e entrevistas semiestruturadas, aplicadas presencialmente e gravadas (Apêndice 3). Os nomes dos/as discentes não serão revelados na pesquisa; foram utilizados nomes fictícios, e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 4).

Para a **técnica de análise de dados**, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (1977), definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

A presente dissertação foi sistematizada em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Perspectivas no que concerne à Saúde Mental*, aborda os principais conceitos relacionados à saúde mental, com destaque para o impacto provocado pela pandemia de COVID-19, tratado especificamente no subtópico, *Saúde mental e COVID-19*.

O segundo capítulo desta dissertação propõe uma análise crítica das transformações enfrentadas pelas universidades públicas brasileiras a partir da pandemia de COVID-19, com ênfase nas implicações sociais, políticas e econômicas que incidiram diretamente sobre a assistência estudantil. Estruturado em cinco subtópicos, o capítulo inicia-se com uma discussão sobre o *Capitalismo Pandêmico e a Universidade Pública no Brasil*, examinando como a lógica neoliberal se aprofundou durante a crise sanitária, afetando diretamente as instituições de ensino

superior. Em seguida, o subtópico *Capitalismo de desastre* apresenta o conceito de exploração de momentos de crise para a implementação de agendas políticas restritivas, muitas vezes à custa de direitos sociais.

No subtópico intitulado *Realismo capitalista e doutrinas de choque*, analisa-se como a ideia de que “não há alternativa” ao sistema capitalista naturaliza desigualdades e desmobiliza a resistência social, especialmente em contextos de crise. O quarto subtópico, *Crise sanitária e universidade pública*, enfoca os impactos diretos da pandemia na estrutura e no funcionamento das universidades públicas, com destaque para os desafios enfrentados na garantia de condições adequadas de permanência estudantil. Por fim, o subtópico *Intersetorialidade e a política de assistência estudantil: a necessidade de articulação com outras políticas sociais* discute a importância de uma abordagem intersetorial para fortalecer a assistência estudantil e ampliar seu alcance, sobretudo em momentos de intensificação das vulnerabilidades sociais.

O terceiro e último capítulo, intitulado *Assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa e Saúde Mental*, dedica-se à análise do contexto específico da UFV, tendo como foco principal a relação entre a política de assistência estudantil e a saúde mental dos discentes. No subtópico *A Política de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal de Viçosa (UFV)*, são apresentados os marcos institucionais, os programas e ações implementados pela universidade com o objetivo de garantir condições de permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esta seção também discute como essas políticas dialogam com os desafios impostos pelo cenário pós-pandêmico, especialmente no que se refere ao bem-estar psicológico dos estudantes.

No subtópico *Análise de Dados*, é realizada uma abordagem empírica, com base em informações coletadas durante a pesquisa, buscando identificar percepções, demandas e lacunas relacionadas ao suporte estudantil e à saúde mental no ambiente universitário. A seção *Resultados e Discussões* apresenta a interpretação dos dados obtidos, articulando-os com o referencial teórico adotado e refletindo sobre as implicações dessas evidências para a formulação de políticas públicas mais integradas e sensíveis às necessidades dos estudantes.

1. PERSPECTIVAS NO QUE CONCERNE À SAÚDE MENTAL

Ao se explorar o campo da saúde, é evidente a presença constante do termo “saúde mental”. Este termo aparece em legislações e políticas governamentais, é utilizado para nomear serviços de saúde e é comum em manuais, artigos científicos, livros e meios de comunicação.

Além disso, é frequentemente mencionado pela população em geral. No entanto, essa repetida e intrigante utilização não implica que haja um entendimento unânime sobre o real significado de saúde mental (Alcântara *et al.*, 2022).

A história da saúde mental é uma narrativa intrincada e multifacetada, refletindo as transformações das sociedades ao longo dos séculos e suas compreensões sobre a mente humana e seus “desvios”.

Na Antiguidade, as explicações para os comportamentos mentais desviantes estavam frequentemente enraizadas em crenças sobrenaturais. Os egípcios, por exemplo, atribuíam muitos distúrbios mentais à ação de deuses ou espíritos. Os tratamentos para essas condições incluíam rituais religiosos, amuletos e, ocasionalmente, intervenções físicas, como o uso de ervas e técnicas de purgação. Durante a Grécia e Roma antigas, havia uma combinação de abordagens sobrenaturais e naturais. Os gregos acreditavam que os deuses podiam influenciar a saúde mental, mas também havia pensadores como Hipócrates, que ofereciam uma visão inovadora para a época. Hipócrates, frequentemente chamado de “pai da medicina”, propôs que o corpo humano fosse composto por quatro humores: sangue, fleuma, bile amarela e bile negra. Segundo ele, um desequilíbrio desses humores resultava em doenças, incluindo os “transtornos mentais”. Por exemplo, um excesso de bile negra era associado à melancolia, hoje conhecida como depressão (Scliar, 2008).

Na Idade Média, com a queda do Império Romano e a ascensão do Cristianismo na Europa, houve um retrocesso na compreensão científica dos sofrimentos psíquicos. Durante esse período, muitos comportamentos e estados mentais alterados eram vistos como resultado de possessão demoníaca ou punição divina (Cherubini, 2006, p. 9). A resposta a esses distúrbios incluía exorcismos, penitências e, em casos extremos, encarceramento. A desconfiança e o medo em relação às pessoas em sofrimento psíquico eram comuns, e elas eram frequentemente marginalizadas e tratadas com crueldade (Cherubini, 2006, p. 13). O chamado “Renascimento”, um período de grande revitalização cultural e intelectual na Europa, trouxe uma mudança significativa na abordagem dos transtornos mentais. A redescoberta das obras clássicas e um novo interesse pela investigação científica levaram filósofos e médicos a questionarem antigas suposições (Cherubini, 2006, p. 14).

Georges Canguilhem e Michel Foucault, dois influentes filósofos e historiadores franceses, contribuíram significativamente para a compreensão da saúde e da doença ao longo do século XX. Ambos questionaram as noções tradicionais e ajudaram a redefinir conceitos, explorando a construção social e histórica da saúde e da doença, bem como suas implicações para a prática médica e a sociedade em geral (Alcântara *et al.*, 2022).

Georges Canguilhem (1943) argumentou que a distinção entre saúde e doença não é apenas uma questão de fato biológico, mas também de valores e normas sociais. Sustentava que a saúde é um estado de normatividade, no qual o organismo possui a capacidade de adaptar-se a diferentes circunstâncias e resistir às adversidades. Ou seja, a doença não é simplesmente uma interrupção ou um desvio negativo da saúde, mas um desafio à normatividade do organismo. Quando uma pessoa adoece, o corpo opera sob novas normas e condições. A doença, portanto, não é apenas a ausência de saúde, mas uma nova forma de existência com suas próprias regras e adaptações. E a saúde não é simplesmente a ausência de doença, mas a capacidade de criar normas de vida quando necessário.

Dessa forma, Canguilhem (1943) sustentava que a doença é uma modificação dessa normatividade. Quando um organismo está doente, ele opera sob novas normas que diferem de seu estado saudável. Para ele, a doença é uma forma de vida diferente, não meramente uma falha ou ausência de saúde. Portanto, saúde e doença são estados dialéticos, inter-relacionados e em constante fluxo. A saúde é um estado dinâmico, constantemente testado e redefinido pela presença de doenças e outros desafios. Do mesmo modo, a doença não é um estado fixo, mas uma fase de adaptação e mudança.

Michel Foucault, filósofo e historiador das ideias, explorou a relação entre saúde e doença a partir de uma perspectiva histórica e discursiva. Em suas obras, especialmente *História da Loucura na Idade Clássica* (1961) e *O Nascimento da Clínica* (1963), Foucault investigou como as sociedades definem e tratam a doença mental e física.

Em *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), ele analisa a evolução das atitudes e práticas em relação à loucura desde a Idade Média até o início da era moderna. Foucault (1961) argumenta que a loucura não é uma entidade fixa ou natural, mas uma construção histórica que reflete as mudanças nas práticas sociais, culturais e institucionais. Descreve como, na Idade Média, os loucos eram frequentemente aceitos na comunidade, mas, com o advento da Idade Clássica, houve um movimento de confinamento. Instituições como os hospitais gerais foram estabelecidas para isolar os loucos, juntamente com pobres, vagabundos e criminosos. Esse confinamento não visava à cura, mas sim à segregação e ao controle social, refletindo uma mudança na forma como a sociedade lidava com a alteridade.

Em *O Nascimento da Clínica* (1963), Foucault examina as transformações na prática médica e na compreensão da doença durante os séculos XVIII e XIX. Ele analisa a emergência da clínica moderna e a mudança no olhar médico, que passou a ser mais analítico e detalhado. O foco deslocou-se da teoria dos humores e das causas gerais das doenças para uma observação minuciosa dos sintomas e sinais no corpo do paciente.

Foucault (1963) introduziu a ideia de que poder e conhecimento estão intimamente ligados na prática médica. O surgimento da clínica moderna não foi apenas uma evolução técnica, mas também uma reconfiguração das relações de poder entre médicos e pacientes. A medicalização da sociedade envolveu um maior controle sobre os corpos e as vidas das pessoas, com a medicina assumindo um papel disciplinador e normativo. Ou seja, a forma como as sociedades definiam e tratavam a doença era profundamente influenciada pelos discursos e práticas dominantes da época, e essas definições são moldadas por relações de poder, com implicações importantes para a maneira como as pessoas eram percebidas e tratadas.

Em *Vigiar e Punir* (1975) e *A História da Sexualidade I, II e III* (1976), Foucault introduz o conceito de biopoder, que se refere às formas pelas quais o poder moderno regula a vida das populações por meio de práticas de controle e gestão da saúde, higiene, sexualidade e reprodução. Ele demonstra como a medicalização da sociedade serve aos interesses do controle social, normalizando certos comportamentos e patologizando outros. Ressalta, assim, que a prática médica não é neutra, mas está sempre inserida em um contexto de poder e influência.

Sendo assim, as categorias de saúde e doença são construções sociais que refletem as relações de poder e o conhecimento de uma época. A forma como uma sociedade define a doença está intimamente ligada aos discursos científicos e médicos dominantes, bem como às práticas institucionais e sociais.

Tanto Canguilhem (1943) quanto Foucault (1961) destacaram que a oposição entre saúde e doença não é um dado natural e imutável, mas uma construção moldada discursivamente ao longo do tempo, com dimensões políticas, sociais, culturais e econômicas. Essa oposição reflete as marcas das profundas mudanças científicas, sustentadas por um pragmatismo intenso que coloca a verdade e a razão como fundamentos do conhecimento.

Trata-se de uma operação que resulta dos intermináveis desdobramentos cartesianos promovidos pelo discurso tecnológico, o qual insiste em separar o corpo (somático) da mente (psíquico), mantendo-se predominante no raciocínio biomédico.

Tal fato resultou em um esforço para entender a patologia mental sob uma perspectiva orgânica. O confronto com a loucura levou a uma atualização na divisão entre ciências naturais e ciências sociais dentro do campo epistemológico. Assim, a concepção de loucura foi

progressivamente deslocada da ideia de desrazão para a de doença mental, à medida que a psiquiatria assumiu o cuidado dos indivíduos com transtornos mentais e desenvolveu um conhecimento especializado sobre a alienação.

Esta concepção aconteceu após confinamento da loucura em manicômios, conhecido como institucionalização asilar, marcou um período crucial na história do tratamento da saúde mental. A partir do século XVIII, essa abordagem consolidou a doença mental como um objeto específico da intervenção da medicina psiquiátrica, moldando a forma como a loucura era compreendida e tratada (Torre *et al.*, 2001).

Com o estabelecimento dos manicômios, a “doença mental” termo utilizado naquela época passou a ser tratada em instituições dedicadas, que visavam isolar os indivíduos com transtornos mentais da sociedade geral. Esses hospitais psiquiátricos se tornaram centros onde a saúde mental era abordada com um enfoque clínico, buscando controlar e tratar os sintomas em um ambiente separado. A prática de confinamento assegurou que a loucura fosse tratada exclusivamente dentro do âmbito da medicina, sem considerar outras dimensões do bem-estar do paciente.

O impacto desse modelo foi significativo. A loucura, antes vista como uma forma de desrazão ou desvio da norma social, passou a ser compreendida através do discurso médico e científico como alienação. Com o tempo, essa concepção evoluiu para a ideia de doença mental.

A psiquiatria adotou um enfoque diagnóstico e terapêutico que categorizava e tratava a condição de maneira sistemática, com base em um entendimento médico que buscava isolar e controlar o comportamento dos pacientes. Essa abordagem teve implicações profundas para o tratamento e a percepção da loucura. O confinamento em manicômios frequentemente resultava em condições precárias e desumanas, com pacientes mantidos em ambientes superlotados e isolados. As práticas terapêuticas, muitas vezes invasivas e cruéis, focavam mais no controle dos sintomas do que na promoção de uma verdadeira recuperação ou reintegração social (Foucault, 1961).

No entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, surgiram críticas severas ao modelo asilar. Ativistas e reformadores questionaram as condições desumanas e a eficácia dos tratamentos oferecidos pelos manicômios. Esse movimento de reforma psiquiátrica visava substituir o modelo institucionalizado por uma abordagem mais humanizada e comunitária (Tenório, 2002).

A Reforma Psiquiátrica no Brasil é um dos movimentos mais significativos na história da saúde mental do país, trazendo profundas transformações na abordagem e no tratamento dos transtornos mentais. O movimento começou a ganhar força a partir da década de 1960, tendo

como principal inspiração as ideias e práticas do psiquiatra Franco Basaglia, que revolucionou o tratamento de pessoas com transtornos mentais nas cidades italianas de Trieste e Gorizia (Agência Senado, 2021).

Seu surgimento e crescimento ocorreram em paralelo ao Movimento da Reforma Sanitária, um período marcado pela efervescência de debates e transformações na área da saúde (Assis, 2018). Nesse contexto, também ganhou força o Movimento de Renovação Médica, que trouxe à tona denúncias e manifestações contra as práticas predominantes no setor. Foi nesse cenário de luta e mudanças que nasceu o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM):

O movimento nasceu através da denúncia de psiquiatras que tornaram públicas as condições de violência às quais eram submetidos os internos dos hospitais psiquiátricos do Ministério da Saúde no ano de 1978. Com a demissão sumária dos denunciante teve início a primeira greve no setor público no país desde o início da ditadura militar, e que foi anterior, inclusive à histórica greve dos metalúrgicos do ABC de São Paulo (Amarante, 1995, p. 52).

Em 1987, em meio ao intenso cenário de transformações que marcaram o processo de redemocratização do Brasil, realizou-se, na cidade de Bauru, o II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM). Esse evento foi um marco importante, simbolizando uma ruptura e levando à renomeação do movimento, refletindo seu amadurecimento e as novas perspectivas que começavam a se desenhar.

No congresso de Bauru, o MTSM foi objeto de uma transformação profunda. Deixou de ser um movimento predominantemente de técnicos para se tornar um movimento social por uma sociedade sem manicômios. Esse lema expressava tanto uma ruptura epistemológica, quanto estratégica que marcaria os anos subsequentes, onde o eixo dos debates abandonará os limites meramente assistenciais e, mais ainda, a simples oposição entre serviços extra – hospitalares versus serviços hospitalares, para vislumbrar a superação radical do modelo psiquiátrico tradicional, expresso tanto na estrutura manicomial quanto no saber médico sobre a loucura. Em Bauru foi decidido que seria criada a data de comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, e para tanto foi escolhido o dia 18 de maio. Assim, a cada 18 de maio seriam promovidas atividades científicas, culturais, políticas etc., em toda cidade ou espaço que o movimento fosse capaz de mobilizar, com o objetivo de chamar a sociedade a refletir sobre a questão da violência do modelo psiquiátrico e aderir à luta de transformação (Amarante, 2004, p. 25).

Deste modo, a "Carta de Bauru", formalizou as bases para a reforma e criticou a abordagem manicomial. Esse documento, assinado por profissionais da saúde mental e ativistas, pedia a substituição dos hospitais psiquiátricos por serviços de saúde mental mais humanizados e comunitários. A carta destacava a necessidade de promover a inclusão social dos pacientes e de oferecer um tratamento baseado em direitos e dignidade (Assis, 2018).

A reforma foi impulsionada por uma série de fatores, incluindo o crescente reconhecimento das condições desumanas nos manicômios e a influência de movimentos internacionais que defendiam a desinstitucionalização. O marco legal dessa transformação foi a Lei nº 10.216, sancionada em 2001, que estabelece diretrizes para a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e prevê a substituição dos manicômios por serviços de saúde mental na comunidade. A lei enfatiza a necessidade de promover a autonomia dos pacientes e garantir o atendimento em serviços menos restritivos, como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Sendo assim, a seguinte legislação garantiu os direitos dos pacientes e a necessidade de políticas públicas e diretrizes para a criação e implementação de serviços comunitários e a promoção da saúde mental (Agência Senado, 2021).

No entanto, apesar dos avanços significativos, a reforma psiquiátrica enfrenta desafios contínuos. A visão predominante de saúde e doença, tal como formulada pela discursividade científica, continua a exercer uma grande influência no campo da atenção psicossocial, nesse contexto, a saúde é frequentemente vista como um objetivo ideal a ser alcançado, enquanto a doença é encarada como um problema que precisa ser rapidamente identificado, descrito e quantificado. A abordagem tradicional enfatiza a necessidade de diagnosticar e tratar a doença com máxima eficiência, priorizando a eliminação dos sintomas sem demora.

Esse fenômeno representa um processo de perspectiva biomédica e psiquiatrização da vida e de medicalização das subjetividades e dos indivíduos, evidenciado principalmente pelo uso do reducionismo classificatório presente nos manuais de diagnóstico psiquiátrico, como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e o CID (Classificação Internacional de Doenças). Esses manuais, ao categorizar e rotular diferentes condições mentais, refletem e reforçam uma visão de que a complexidade da experiência humana pode ser reduzida a categorias diagnósticas específicas, muitas vezes ignorando as dimensões subjetivas e contextuais das condições de saúde mental.

Lennart Nordenfelt (1995), propõe um entendimento normativo da saúde, no qual os valores e contextos sociais desempenham papel central. Sua teoria é baseada no conceito de capacidade para atingir objetivos vitais. Para Nordenfelt (1995) os conceitos de saúde e doença não podem ser definidos exclusivamente por critérios biológicos ou estatísticos, pois estão intrinsecamente ligados às experiências humanas, valores culturais e às circunstâncias individuais, deste modo, a saúde mental ainda possui outros significados e perspectivas.

Na perspectiva de Nordenfelt (2000), a saúde é vista como um espectro que vai desde um estado de bem-estar pleno até um nível extremo de comprometimento, ou má saúde.

Contudo, a separação entre esses estados não é fixa ou definida por critérios absolutos. Ela depende do que cada indivíduo considera o mínimo aceitável para sua condição de vida.

Segundo Nordenfelt (2000), o próprio paciente é, geralmente, quem está mais apto a avaliar se sua situação é satisfatória ou não. Por isso, é inadequado que o médico tente estabelecer critérios universais ou rígidos para determinar, de forma exata, onde termina a saúde e começa a má saúde em um caso específico.

Na visão de Nordenfelt (2001), a saúde e a doença não são separadas por uma linha rígida, mas compreendidas como um contínuo, uma gradação. Essa abordagem dialoga com Canguilhem, que também rejeita uma distinção fixa entre normalidade e doença. Para Canguilhem, saúde é sinônimo de normatividade, enquanto a doença representa uma redução dessa capacidade normativa. Enquanto ele fala em graus de normatividade, Nordenfelt (2001) utiliza a ideia de graus de saúde. Segundo Bezerra Júnior (2007), essa concepção gradativa é importante porque permite reconhecer, mesmo em situações de adoecimento, algum nível de capacidade de criar formas de vida, por mais limitadas que sejam.

O eixo central da teoria de Nordenfelt (2001) é o conceito de capacidade, em contraste com a deficiência ou incapacidade. Inspirando-se na Teoria da Ação, ele propõe que a saúde seja entendida em termos de como a pessoa consegue funcionar em suas atividades cotidianas, em vez de ser vista apenas como o resultado de um funcionamento biológico adequado. Assim, a doença não é apenas uma disfunção biológica, mas uma condição que impede a realização das expectativas individuais e sociais.

Deste modo, para Nordenfelt (1995), a saúde não é uma condição isolada ou puramente biológica, mas sim um estado relacional que depende de fatores interligados que deve ser compreendida a partir da interação entre três elementos principais: (1) o sujeito e sua capacidade de agir: A saúde é determinada pela habilidade de um indivíduo realizar ações e cumprir funções necessárias para sua vida. Essa capacidade vai além do aspecto físico, englobando também as dimensões mental e social; (2) os objetivos ou fins vitais: Saúde implica a possibilidade de alcançar objetivos fundamentais para uma vida minimamente satisfatória. Esses fins vitais variam entre as pessoas, mas incluem aspectos como se alimentar, trabalhar, manter relacionamentos e participar da vida comunitária; e (3) o ambiente e as oportunidades: O contexto no qual o indivíduo vive é essencial. Ele pode facilitar ou limitar as possibilidades de atingir os objetivos vitais. Um ambiente favorável, com suporte social e recursos, pode compensar certas limitações individuais, enquanto um ambiente adverso pode agravar dificuldades.

Por fim, é importante citar que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Saúde Mental pode ser considerada um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo, que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade. Sendo assim, o bem-estar de um indivíduo vai além dos aspectos psicológicos e emocionais e engloba condições essenciais como saúde física, suporte social e qualidade de vida. Além dos fatores pessoais, a saúde mental é moldada também por contextos sociais, ambientais e econômicos.

Deste modo, a saúde mental não pode ser vista de forma isolada; ela é profundamente influenciada pelo ambiente em que vivemos. Isso implica que a saúde mental é o resultado da interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. Em outras palavras, a saúde mental possui uma natureza biopsicossocial, refletindo a integração desses diferentes componentes.

1.1. Saúde Mental e COVID-19

A pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, teve início em dezembro de 2019, quando foram reportados os primeiros casos de pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China (World Health Organization, 2020).

O vírus se espalhou rapidamente, e em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC), dado o potencial do vírus para se espalhar globalmente. A declaração da emergência foi um reconhecimento da gravidade do surto e da necessidade de uma resposta coordenada para conter a disseminação do vírus (World Health Organization, 2020).

Em março de 2020, a OMS declarou oficialmente a COVID-19 como uma pandemia, refletindo a extensão global da propagação do vírus. Nesse período, o vírus já havia se espalhado para muitos países ao redor do mundo, e as autoridades de saúde estavam lutando para controlar a disseminação e mitigar os impactos da doença (Johns Hopkins University, 2020). O rápido aumento dos casos e a alta taxa de transmissão, além do impacto significativo nas redes de saúde e na economia global, evidenciaram a gravidade da crise. A resposta à pandemia incluiu uma combinação de medidas de saúde pública, como o distanciamento social, uso de máscaras, restrições de viagem e campanhas de vacinação em massa (BRASIL, 2020).

À medida que a pandemia evoluía, ficou claro que o SARS-CoV-2 não apenas causava uma crise de saúde pública, mas também tinha implicações econômicas, sociais e políticas profundas, trazendo à tona também questões complexas relacionadas à saúde mental,

destacando como condições globais de crise podem exacerbar desafios existentes e criar novas dificuldades para o bem-estar psicológico, influenciando a vida cotidiana e as estruturas de sociedades em todo o mundo evidenciando a interseção entre saúde mental, fatores socioeconômicos e o contexto global do capitalismo (Paltiel e Zheng, 2021).

Durante a crise, muitos aspectos da vida cotidiana foram profundamente impactados, com implicações significativas para a saúde mental. O aumento do estresse e da ansiedade foi uma consequência direta das incertezas associadas ao vírus, como a preocupação com a própria saúde e a de entes queridos, o medo de infecção e as constantes mudanças nas diretrizes e restrições de saúde pública (Antunes, 2020). Além disso, trouxe à superfície a questão da saúde mental em um contexto de desigualdade econômica e social.

A crise econômica global, amplificada pela pandemia, agravou as condições de vida para muitos indivíduos, particularmente aqueles em situações de vulnerabilidade. A perda de empregos e a insegurança financeira tiveram um impacto devastador sobre a saúde mental, aumentando a incidência de transtornos como ansiedade e depressão (Santos *et al.*, 2021). Essa situação ilustra como o capitalismo, com seu foco na eficiência e na maximização de lucros, pode contribuir para a deterioração da saúde mental ao priorizar interesses econômicos em vez de bem-estar social.

O trabalho remoto, embora oferecesse uma solução para a continuidade das atividades econômicas, também trouxe novos desafios. A dificuldade em separar o ambiente de trabalho da vida pessoal e a pressão para manter a produtividade em um contexto doméstico geraram um aumento significativo no estresse e na exaustão (Antunes, 2020). Essa situação evidencia como o capitalismo, ao valorizar a produtividade acima de tudo, pode intensificar a carga mental dos indivíduos, especialmente em tempos de calamidade.

Além dos impactos diretos da crise econômica, a COVID-19 também ressaltou as desigualdades preexistentes no acesso a cuidados de saúde mental. A falta de recursos e de suporte adequado para grupos mais vulneráveis, como trabalhadores informais e aqueles em empregos precários, exacerbou as dificuldades enfrentadas por essas populações (Marmot, 2020). A pandemia revelou a insuficiência de sistemas de suporte social e de saúde mental, que frequentemente não conseguem atender às necessidades daqueles que enfrentam as maiores dificuldades econômicas e sociais.

Ricardo Antunes (2020) discute como a abordagem predominante à saúde mental, frequentemente influenciada pelo capitalismo, tende a reduzir os problemas a questões individuais, tratadas principalmente através de intervenções clínicas e medicamentos. Essa perspectiva pode desconsiderar as causas sociais e econômicas subjacentes dos transtornos

mentais, oferecendo soluções que não abordam as raízes estruturais da crise. Em vez de tratar a saúde mental como um direito universal, o capitalismo muitas vezes a considera como um bem de consumo, disponível para aqueles que podem pagar, o que limita o acesso e a eficácia das intervenções.

A resposta institucional à crise de saúde mental durante a pandemia também refletiu as prioridades econômicas do capitalismo. Muitos governos e instituições focaram na recuperação econômica, frequentemente à custa de investimentos adequados em saúde mental e suporte social (Santos *et al.*, 2021). A ênfase na recuperação rápida do mercado e na proteção dos interesses corporativos, em vez de uma abordagem equilibrada que considere o bem-estar psicológico da população, demonstrou a necessidade de uma reforma nas políticas públicas.

No decorrer dos tempos de confinamento por conta do vírus da COVID-19 destacou como o capitalismo pode moldar e agravar questões de saúde mental, em um sistema, onde a competição e a produtividade são priorizadas, as crises de saúde pública muitas vezes revelam e acentuam as desigualdades existentes. Durante a pandemia, as pessoas foram confrontadas com desafios econômicos sem precedentes, incluindo perda de empregos, insegurança alimentar e dificuldades financeiras (Antunes, 2020).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2022) a pandemia de COVID-19 desencadeou aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. No primeiro ano da pandemia de COVID-19, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou em 25% (Organização Mundial da Saúde, 2022). Durante epidemias, o impacto psicológico nas pessoas tende a ser mais amplo do que o número de casos de infecção. Estima-se que entre um terço e metade da população possa sofrer consequências psicológicas e psiquiátricas, caso não recebam o apoio necessário (CEPEDES 2020; ORNELL *et al.*, 2020). Uma revisão de estudos sobre quarentenas mostrou uma alta prevalência de efeitos psicológicos negativos, como tristeza profunda, irritabilidade, raiva, medo e insônia, que muitas vezes persistem por longos períodos (Brooks *et al.*, 2020). Essas condições revelam o quanto os desafios emocionais e psicológicos podem ser graves em tempos de crise, afetando a qualidade de vida de muitas pessoas, aumentando a incidência de transtornos como ansiedade, depressão e estresse.

A forma como o capitalismo organiza o trabalho tem implicações profundas para a saúde mental. A precarização do trabalho, um fenômeno comum em economias capitalistas, foi intensificada durante a pandemia. Muitos trabalhadores enfrentaram a insegurança no emprego e a pressão por produtividade, além de desafios adicionais relacionados ao trabalho remoto e à necessidade de equilibrar a vida profissional e pessoal em casa (Antunes, 2020). Esses fatores

contribuíram para um aumento no estresse e na exaustão, refletindo a falta de suporte adequado e de condições de trabalho justas.

Além disso, a sobrecarga de trabalho e a falta de proteção social adequada expuseram a fragilidade do sistema de seguridade social em muitos países. Trabalhadores informais e aqueles em empregos temporários, que frequentemente não têm acesso aos serviços de saúde, enfrentaram desafios ainda maiores (Santos *et al.*, 2021). A ausência de um sistema de apoio robusto exacerbou as dificuldades enfrentadas por essas populações durante a crise.

O capitalismo também influencia a forma como as desigualdades sociais se manifestam e afetam a saúde mental. A pandemia ampliou as disparidades existentes, com grupos socioeconômicos mais baixos sendo desproporcionalmente afetados, as condições de vida precárias e a falta de acesso a serviços de saúde adequados têm um impacto direto na saúde mental desses grupos. A falta de recursos e o estigma associado à busca por ajuda para problemas de saúde mental são amplificados pela desigualdade econômica, tornando mais difícil para aqueles em situações vulneráveis obter o suporte necessário (Marmot, 2020).

Ricardo Antunes (2020) argumenta que, no capitalismo, a saúde mental é frequentemente tratada de forma fragmentada e mercantilizada. A abordagem predominante frequentemente reduz a saúde mental a um problema individual a ser solucionado por meio de intervenções clínicas e medicamentos, ignorando as causas sociais e econômicas subjacentes. Esse modelo de tratamento pode desconsiderar o impacto das condições socioeconômicas e a necessidade de uma abordagem mais holística e inclusiva para a saúde mental.

Em sua análise do impacto do capitalismo na saúde mental durante a pandemia, explora de maneira crítica como a estrutura econômica global influencia as condições de vida e, consequentemente, o bem-estar psicológico das pessoas. O conceito de "Capitalismo Pandêmico", discutido por Antunes (2022), refere-se ao impacto exacerbado que a crise global de saúde trouxe para as desigualdades preexistentes e a forma como o sistema capitalista molda e intensifica os desafios enfrentados pelos indivíduos.

Antunes (2022), argumenta que a pandemia de COVID-19 não apenas expôs as fragilidades do sistema de saúde mental, mas também intensificou as disparidades sociais e econômicas que são intrínsecas ao capitalismo. "Capitalismo Pandêmico" é uma crítica à maneira como o sistema econômico global prioriza a maximização de lucros e a eficiência sobre o bem-estar social e a justiça econômica. Isso reflete uma abordagem que considera a saúde mental mais como um bem de consumo, disponível para aqueles que podem pagar, em vez de um direito universal.

Com o aumento do trabalho remoto e a pressão para manter a produtividade, muitos trabalhadores enfrentaram novos desafios que exacerbaram o estresse e a exaustão (Antunes, 2020). A dificuldade em separar o espaço de trabalho da vida pessoal e a constante pressão para produzir resultados mesmo em condições adversas são reflexos diretos da forma como o capitalismo organiza o trabalho e valoriza a produtividade acima do bem-estar.

O conceito de "capitalismo pandêmico" sugere que a crise é uma manifestação exacerbada das falhas estruturais do capitalismo em lidar com crises sociais e econômicas. Antunes (2020) argumenta que para promover uma verdadeira transformação na saúde mental, é necessário repensar o papel do capitalismo na organização do trabalho e na distribuição de recursos. A análise de Antunes (2020) oferece uma perspectiva crítica sobre como o capitalismo molda a experiência da saúde mental em tempos de crise, sublinhando a necessidade de uma abordagem mais equitativa e inclusiva para lidar com os desafios emergentes.

As respostas institucionais à pandemia também refletiram as características do capitalismo. Em muitos casos, as políticas públicas foram insuficientes para lidar com a magnitude da crise de saúde mental resultante da pandemia. O investimento em saúde mental e o suporte social muitas vezes foram secundarizados em relação a outras prioridades econômicas e políticas (Santos *et al.*, 2021).

2. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES

Atualmente, a educação superior é reconhecida como um meio de inclusão e ascensão social, conforme apontado por Teixeira (2011). Ela atua como um instrumento para combater a desigualdade entre os estratos sociais, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico, cultural e pessoal. Além disso, é importante ressaltar que o acesso ao ensino superior proporciona um espaço mais amplo para discutir problemáticas sociais, como as disparidades no acesso, o papel das políticas públicas e a crescente demanda por formação profissional. No Brasil, a evolução do ensino superior reflete as transformações sociais, políticas e econômicas do país, mostrando como a educação tem sido um instrumento central para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida.

Historicamente, o ensino superior no Brasil teve suas origens em instituições fundadas no período colonial em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país (Martins, 2002).

As primeiras instituições de ensino superior, criadas no início do século XIX, eram voltadas principalmente para a formação de profissionais em áreas específicas, como medicina, direito e engenharia.

Com a Proclamação da República em 1889 e a crescente necessidade de modernização do país, o ensino superior começou a se expandir. No entanto, foi apenas na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, que o ensino superior brasileiro passou por uma importante reorganização. Antes de 30, foram fundadas as primeiras universidades públicas do Brasil, como a Universidade do Rio de Janeiro, atualmente denominada UERJ, que surgiu em 7 de setembro de 1920, pelo Decreto nº 14.343. Durante a segunda metade do século XX, o ensino superior no Brasil passou por uma expansão significativa. A criação de novas universidades e a ampliação do acesso à educação superior foram impulsionadas por demandas sociais e econômicas.

Em 1931, no governo de Getúlio Vargas, pelo ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, popularmente conhecido como “Reforma Francisco Campos”; ali era determinado que:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (Oliveira, 2002, p. 3).

Nas últimas décadas, o ensino superior no Brasil passou por contínuas transformações. Em 1934, por meio do Decreto nº 6.283/34, o Estado de São Paulo fundou a Universidade de

São Paulo (USP), resultado de um movimento liderado por Fernando Azevedo. Esse projeto visava não apenas o avanço educacional, mas também a recuperação da hegemonia política paulista, abalada pela crise cafeeira (Oliven, 2002).

No ano seguinte, em 1935, Anísio Teixeira idealizou a Universidade do Distrito Federal (UDF), com a proposta de promover a renovação e ampliação da cultura por meio de estudos voltados para o conhecimento desinteressado. Apesar de ser considerada uma conquista significativa dos educadores liberais, a UDF não recebeu apoio governamental e foi extinta em 1939, pelo Decreto nº 1.063 de 20 de janeiro. Seus cursos foram integrados à Universidade do Brasil (UB), anteriormente conhecida como Universidade do Rio de Janeiro (Fávero, 2009).

A década de 1940 foi marcada pela expansão do ensino superior e pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Nesse período, as faculdades começaram a se disseminar pelo país. No entanto, o ensino permanecia restrito, com infraestrutura limitada e foco exclusivamente na formação de professores para áreas específicas, o que refletia as limitações estruturais da época.

Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar, em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram, também, criadas nove universidades religiosas, oito católicas e uma presbiteriana. Concomitantemente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas, acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários, que tiveram, na criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1938, um elemento importante para a sua organização (Oliven, 2002, p. 5).

Nos anos 1950, houve uma expansão significativa do ensino superior federal, impulsionada pela incorporação de instituições estaduais e particulares à rede pública (Saviani, 2010).

Com o golpe militar de 1964, as universidades passaram a ser diretamente controladas pelo governo, que buscava reprimir qualquer atividade considerada "subversiva" entre estudantes e professores. Esse período foi marcado pelo afastamento de diversos docentes, com destaque para os ocorridos na Universidade de Brasília. Já em 1966, foi instituído o Decreto-Lei nº 53, que estabeleceu normas para a organização das universidades federais, adaptando-as às novas exigências do regime militar.

Vetava a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; determinava a unidade entre ensino e pesquisa; obrigava à concentração do ensino e da pesquisa básicos, de modo a formar um sistema comum para toda a universidade. Obrigava também à criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou centro ou departamento) de Educação (Cunha, 2000, p. 179).

Em 1968, o Brasil vivenciava intensa mobilização tanto nas universidades quanto nas ruas, impulsionada por um movimento estudantil ativo que pressionava o governo a enfrentar os problemas estruturais da educação. Como resposta, foi instituído o Decreto nº 62.937/68, criando um Grupo de Trabalho (GT) com a missão de propor soluções e implementar mudanças que superassem os desafios do ensino superior. O objetivo era reformar as universidades, tornando-as mais eficientes, modernas e capazes de formar profissionais qualificados para impulsionar o desenvolvimento do país (Relatório do Grupo de Trabalho, 1968, p. 15, *apud* Fávero, 2001, p. 33).

Na década de 1980, consolidou-se a distinção entre universidades voltadas para pesquisa e aquelas dedicadas exclusivamente ao ensino. Essa separação foi formalizada em 1986 pelo Geres (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) e regulamentada pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Esse decreto introduziu uma diferenciação entre universidades e centros universitários, com os últimos focados apenas no ensino, sem a obrigatoriedade de realizar pesquisas. Essa medida buscava ampliar o acesso ao ensino superior e “democratizar” a educação, mas também reforçou o caráter elitista das universidades de pesquisa, que continuaram a receber altos investimentos (Saviani *et al.*, 2004; Saviani, 2009).

A Constituição de 1988 trouxe avanços importantes ao ensino superior, como a autonomia universitária, a gratuidade nas instituições públicas, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207). Ela também determinou o ingresso por concurso público e a aplicação de um regime jurídico único para docentes e servidores. Enquanto dirigentes e professores das instituições públicas demandavam mais recursos para viabilizar a autonomia plena, estudantes e a sociedade reivindicavam a ampliação de vagas nas universidades públicas. Contudo, não houve pressão significativa para uma reforma universitária ampla nesse período (Saviani *et al.*, 2004, p. 51).

A partir de 1995, ocorreu uma nova expansão do ensino superior, impulsionada pelas diretrizes da Constituição de 1988, que reconheceu a participação do setor privado (Art. 209) e pela Lei nº 9.394 de 1996, que definiu as bases da educação nacional. Essa legislação permitiu a diversificação das instituições de ensino superior, mas a redução progressiva dos investimentos públicos resultou em uma queda nas matrículas nas universidades públicas (Macedo *et al.*, 2005).

No ano de 2007, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, surgiu a iniciativa para ampliar o acesso ao ensino superior público, promovido pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como destacado por Doula *et al.*, (2019).

A ideia central do REUNI era promover a expansão das universidades federais, tanto em termos de vagas oferecidas quanto na criação de novos cursos e campus universitários, especialmente em regiões onde a presença de instituições de ensino superior era limitada. O programa visava aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação, reduzindo o tempo médio de permanência dos alunos e melhorando a infraestrutura das universidades. Para isso, o governo federal destinou recursos (Barros, 2015).

Lula, ao anunciar o REUNI, enfatizou que o programa era parte de seu compromisso com a educação como um direito fundamental e um motor de desenvolvimento social e econômico. Ele destacou que a educação superior deveria ser acessível a todos os brasileiros, independentemente de sua condição social ou local de origem. Para Prestes *et al.*, (2012) o REUNI, portanto, foi concebido não apenas como uma política de expansão quantitativa, mas também como uma estratégia de inclusão social, permitindo que estudantes de famílias de baixa renda e residentes em áreas mais remotas tivessem a oportunidade de ingressar no ensino superior público.

O programa possibilitou a criação de mais universidades federais (ou campus de universidades já existentes) em cidades do interior em todo o país, teoricamente ampliando as oportunidades de acesso à educação universitária. Cunha (2011) aponta que:

Deve-se reconhecer, entretanto, que um dos principais objetivos [...] consiste em ampliar as oportunidades de ingresso de jovens das camadas mais pobres da população na Universidade, além de oferecer uma oportunidade para o jovem de converter desvantagens escolares pregressas em novas oportunidades educacionais (Cunha, 2011, p. 266).

A estratégia de ampliação do ensino superior para áreas mais distantes pode ser interpretada como uma resposta à necessidade de incluir grupos jovens que historicamente foram excluídos desse nível educacional, conforme observado por Straposolas (2011).

Entretanto, o REUNI também gerou controvérsias e críticas. Alguns setores acadêmicos e sindicais argumentaram que a rápida expansão das universidades federais poderia comprometer a qualidade do ensino, uma vez que as instituições teriam que lidar com um aumento expressivo de alunos sem o correspondente incremento na infraestrutura e no número de professores. Além disso, houve críticas sobre a forma como o programa foi implementado, com algumas universidades adotando medidas que foram vistas como burocráticas ou inadequadas para suas realidades específicas, e apesar do aumento no número de vagas, no entanto, a reestruturação não resolveu completamente os desafios relacionados à permanência desses jovens na universidade. Portanto, é crucial examinar não apenas a oportunidade de

acesso, mas também as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Ronsoni (2014, p. 26-27) argumenta que:

A apresentação de índices sobre evasão deve ser entendida tão somente como passo inicial de análises que devem buscar identificar e compreender os fatores que a ocasionam. Tais fatores podem ser de caráter interno às instituições, específicos à estrutura e dinâmica de cada curso – ou externos a elas, relacionados a variáveis econômicas, sociais, culturais, ou mesmo individuais que interferem na vida universitária dos estudantes. Estes fatores podem ser classificados como os que se relacionam ao próprio estudante, os relacionados ao curso e à instituição e, finalmente, os fatores socioculturais e econômicos externos. Não é possível analisá-los de forma dissociada, pois fatores de uma ordem interferem necessariamente nos demais (Ronsoni, 2014, p. 26-27).

Entende-se desta maneira a importância da necessidade de políticas públicas educacionais para que se possa criar ações para igualar recursos, acessibilidade e oportunidades para todos. Os programas de assistência estudantil devem se concentrar em alunos em situação socioeconômica vulnerável, considerando os desafios que eles enfrentam pois ao ingressarem em uma instituição de ensino, uma vez que, para muitos jovens no Brasil, enfrentar desafios como conciliar estudos e trabalho, se adaptar a um novo modelo educacional, desenvolver autonomia, lidar com dificuldades financeiras para cobrir despesas pessoais e acadêmicas, enfrentar deslocamentos geográficos e lidar com a diversidade cultural são questões prementes.

Mainardes (2018) enfatiza que é essencial que as políticas sociais sejam continuamente interpretadas e debatidas, não apenas implementadas. Ele ressalta a complexidade das políticas educacionais e a importância de pesquisas para orientar a formulação de políticas públicas educacionais eficazes.

A política de assistência estudantil, tal como a conhecemos atualmente, é uma conquista dos movimentos sociais, da Constituição Federal de 1988 e das ações afirmativas. Diversos atores desempenham papéis importantes nesse contexto, incluindo o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os profissionais da educação (Araújo e Bezerra, 2007).

A assistência estudantil passou então a ser reconhecida por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que foi instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Ifes. Em seguida, foi instituído o Decreto n. 7.234 de 2010 que instituiu o Programa nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e em 2024 foi aprovada a nova política Nacional de Assistência Estudantil, Lei nº 14.914 de 2024.

O PNAES se destina a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior, pois com o aumento do número de vagas e a inclusão de novos perfis de estudantes, especialmente aqueles oriundos de famílias de baixa renda, surgiu a necessidade de garantir que esses estudantes não apenas ingressassem na universidade, mas também tivessem condições de concluir seus cursos.

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Lei nº 14.914/2024, tem como objetivo principal assegurar e ampliar as condições necessárias para que estudantes das instituições federais de ensino superior e da educação profissional e tecnológica possam permanecer e ter sucesso em sua trajetória acadêmica. Essa política reúne programas do governo federal e ações já implementadas por universidades e institutos federais, com o propósito de reforçar a assistência estudantil e combater a evasão escolar. Tendo os seguintes objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I - democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos;
- III - reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal;
- IV - contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes;
- V - apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países;
- VI - estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica;
- VII - estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil (Brasil, 2024).

A política é implementada conforme a disponibilidade de recursos orçamentários, e pode beneficiar também estudantes de programas presenciais de mestrado e doutorado, além de alunos de instituições de ensino superior públicas gratuitas dos estados, Distrito Federal e municípios por meio de convênios.

O PNAES tem o intuito de diminuir as desigualdades sociais e possibilitar a democratização na educação superior, sendo feito por meio de diferentes áreas. Deste modo;

§ 1º As ações de assistência estudantil do PAE serão desenvolvidas mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido pelo programa e direcionadas a:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;

- VIII - atendimento pré-escolar a dependentes;
- IX - apoio pedagógico;
- X - acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes:
 - a) com deficiência, nos termos da legislação;
 - b) com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação;
 - c) beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação (BRASIL, 2024).

Para ter acesso aos benefícios do PNAES, os estudantes precisam cumprir determinados critérios, como ter estudado em escola pública, ser bolsista integral em escola privada, estar matriculado em vagas destinadas a ações afirmativas ou pertencer a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A responsabilidade pela seleção dos contemplados caberá às instituições de ensino, garantindo a participação estudantil em todas as etapas do processo.

Desta maneira, o público-alvo da assistência estudantil descrito no artigo 6º da Portaria Normativa, diz que:

Art. 6º O PAE será destinado prioritariamente aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação das instituições federais de ensino superior e em cursos presenciais de graduação e cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, e o estudante beneficiário deverá atender ao menos um dos seguintes requisitos, sem prejuízo de outros suplementares estabelecidos pela instituição em que estiver matriculado:

- I - ser egresso da rede pública de educação básica;
- II - ser egresso da rede privada na condição de bolsista integral na educação básica;
- III - estar matriculado nas vagas reservadas de que trata a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012;
- IV - ser integrante de grupo familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, observado o limite de renda bruta familiar mensal per capita de até 1 (um) salário-mínimo, podendo ser criadas, nos termos do regulamento, faixas de ordem de prioridade para atendimento, da seguinte forma:
 - a) integrante de grupo familiar com renda bruta familiar mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo;
 - b) integrante de grupo familiar com renda bruta familiar mensal per capita entre 1/2 (meio) e 1 (um) salário-mínimo;
- V - ser estudante com deficiência a qual requeira acompanhamento pedagógico necessário à sua permanência na educação superior, independentemente de sua origem escolar ou renda;
- VI - ser estudante oriundo de entidade ou de abrigo de acolhimento institucional não adotado em idade de saída;
- VII - (VETADO);
- VIII - ser estudante quilombola, indígena ou de comunidades tradicionais;
- IX - ser estudante estrangeiro em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiado (Brasil, 2024).

Outro destaque é o Programa de Bolsa Permanência (PBP), voltado para garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior, especialmente os pertencentes a grupos historicamente excluídos, como indígenas e

quilombolas. O objetivo do PBP é reduzir a evasão escolar, oferecendo apoio financeiro mensal para que esses estudantes possam se dedicar aos estudos com melhores condições (Ministério da Educação, 2024).

O PNAES também contempla o Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases), voltado à garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes, e o Programa Estudantil de Moradia (PEM), que tem como foco oferecer condições adequadas de habitação, contribuindo para a permanência acadêmica. Além desses, a política inclui diversas outras ações, como o Programa Incluir, voltado à acessibilidade; o Programa de Apoio ao Transporte do Estudante; o Programa de Permanência Parental, destinado a estudantes com filhos; o Programa de Acolhimento nas Bibliotecas; o Programa de Atenção à Saúde Mental; e o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, destinado a estudantes estrangeiros matriculados nas instituições federais de ensino e nas instituições da rede federal de educação condições (Ministério da Educação, 2024).

Por fim, vale destacar que, embora o Decreto nº 14.914/2024 defina as ações a serem implementadas no âmbito do Programa, não define as formas de execução dessas ações, o que leva a uma diversidade de projetos e serviços implementados pelas IFES. Cita-se, por exemplo, a forma de implementação das ações de alimentação em que, algumas IFES, priorizam os investimentos em restaurantes universitários, com subvenções aos estudantes e, em outras, é fornecido o recurso monetário (Imperatoni, 2017).

Deste modo, considerando o utilitarismo, na perspectiva dos estudantes, é importante fazer alguns esclarecimentos. O primeiro, diz respeito à autonomia universitária para o gerenciamento da sua parcela de recursos do PNAES. Essa autonomia – em caráter generalista, já que o tema do PNAES não era discutido em 1988 – é assegurada pela Constituição de 1988, em seu artigo 207:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, p. 123).

Portanto, o benefício para os estudantes é condicionado pela forma como as universidades gerenciam seus recursos do PNAES e conforme os critérios estabelecidos pela instituição.

2.1. Capitalismo Pandêmico e Universidade Pública no Brasil

Nessa era de globalização intensificada e neoliberalismo, o capitalismo tem moldado as políticas públicas de educação superior de maneira que reflete suas lógicas de mercado, impactando diretamente as universidades públicas e seu papel na sociedade. Na terceira década do século XXI, o capitalismo, especialmente em sua forma neoliberal, tem se consolidado como um sistema que privilegia a acumulação de capital e a maximização dos lucros, frequentemente em detrimento de setores públicos como a educação. No Brasil, isso se manifesta na forma de cortes orçamentários severos nas universidades públicas, no aumento da precarização do trabalho docente, e na crescente pressão para que as instituições adotem uma lógica empresarial, orientada por critérios de eficiência, produtividade e competitividade (Dardot, Laval, 2016).

Essas mudanças são impulsionadas por uma visão neoliberal que enxerga a educação como um bem de consumo, a ser acessado por aqueles que podem pagar, ao invés de um direito universal. Isso tem levado à privatização progressiva de partes do ensino superior, à mercantilização do conhecimento, e ao enfraquecimento do caráter público das universidades (Harvey, 2008). No contexto brasileiro, essa situação é agravada por políticas governamentais que favorecem o setor privado e desconsideram a importância das universidades públicas como espaços de produção de conhecimento crítico e inclusivo.

A lógica de mercado, que orienta o capitalismo atual, tem impactado a forma como as universidades públicas são geridas. Há uma crescente pressão para que essas instituições busquem fontes alternativas de financiamento, muitas vezes por meio de parcerias com o setor privado, o que pode comprometer sua autonomia e missão social. Além disso, a busca por rankings e indicadores de produtividade, muitas vezes importados de contextos internacionais, força as universidades a adotarem práticas que podem não estar alinhadas com as necessidades e realidades locais (Mészáros, 2010).

Esses processos têm consequências significativas para a qualidade da educação oferecida pelas universidades públicas. A redução de recursos impacta diretamente a capacidade dessas instituições de manter programas de pesquisa e extensão, essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país. Além disso, a precarização do trabalho docente, com contratos temporários e baixos salários, deteriora as condições de trabalho e desmotiva os profissionais, afetando a qualidade do ensino e a formação dos estudantes (Chauí, 2016).

A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais essas tendências, ao expor a fragilidade do financiamento público e a dependência crescente do setor privado para a manutenção das atividades universitárias. As universidades tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino

remoto, muitas vezes sem os recursos necessários para garantir a inclusão de todos os estudantes, exacerbando as desigualdades já existentes no sistema de ensino (Antunes, 2020).

O diálogo com Antunes (2022) oferece uma perspectiva crítica sobre as relações entre as pandemias e a produção e reprodução do capital, especialmente no contexto contemporâneo. Segundo Antunes, a pandemia de COVID-19 não é um evento isolado, mas uma expressão das contradições profundas do capitalismo em sua fase atual. A análise de Antunes (2022) pode ser enriquecida com novas interlocuções que consideram a complexidade das relações entre pandemias e o capital. Um dos pontos centrais dessa discussão é a maneira como o capitalismo neoliberal aprofundou o caráter de mercadoria da saúde pública em uma mercadoria, acessível apenas para aqueles que podem pagar. Essa mercantilização da saúde é vista como uma das causas estruturais que exacerbaram os impactos da pandemia, especialmente entre as populações mais vulneráveis.

David Harvey (2020) oferece uma contribuição importante ao destacar como a pandemia acelerou processos de acumulação por despossessão, onde o capital se apropria de recursos públicos, como a saúde, para transformá-los em oportunidades de lucro. Isso se manifesta na privatização de serviços de saúde e na exploração da crise para justificar cortes em políticas sociais. Harvey (2020) argumenta que o capitalismo usa crises como a pandemia para reforçar suas dinâmicas de acumulação, intensificando a exploração do trabalho e exacerbando desigualdades.

Além disso, Mészáros (2010) contribui para essa discussão ao analisar como as crises do capitalismo são inerentes ao seu próprio funcionamento. Ele sugere que pandemias como a COVID-19 expõem a crise estrutural do capital, que não consegue resolver as contradições entre a necessidade de expansão infinita e os limites finitos do planeta e da força de trabalho. Para Mészáros, a resposta capitalista à pandemia – marcada por austeridade, desemprego em massa e maior precarização do trabalho – é sintomática de uma crise mais profunda e sistêmica.

Outro aspecto importante é a análise de como a pandemia influenciou as relações de trabalho e a reprodução social. Silvia Federici (2021) argumenta que a pandemia reforçou a exploração do trabalho reprodutivo, especialmente o trabalho não remunerado realizado predominantemente por mulheres. A crise sanitária impôs uma sobrecarga de responsabilidades domésticas e de cuidados, enquanto o capital se beneficiava da invisibilidade e da depreciação desse trabalho essencial para a reprodução da força de trabalho.

A pandemia também trouxe à tona a relação entre a destruição ambiental, promovida pelo capitalismo, e o surgimento de novas crises sanitárias. Mike Davis (2005) já havia antecipado a conexão entre as práticas predatórias do capital – como o desmatamento e a

industrialização da agricultura – e o aumento da frequência de pandemias. Ele argumenta que essas práticas criam condições ideais para o surgimento e a disseminação de novos patógenos, como o coronavírus, revelando uma relação intrínseca entre a produção capitalista e a vulnerabilidade global a crises de saúde.

Essas interlocuções permitem uma compreensão mais ampla das causas e efeitos das pandemias na reprodução do capital. A crise desencadeada pela COVID-19 não é apenas uma crise de saúde, mas também uma crise social e econômica que reflete as contradições do capitalismo contemporâneo. Ao mercantilizar a saúde, explorar o trabalho e devastar o meio ambiente, o capitalismo não apenas cria as condições para o surgimento de pandemias, mas também agrava seus impactos, aprofundando as desigualdades e intensificando a exploração.

Assim, o diálogo com Antunes (2022), enriquecido por essas novas perspectivas, revela que as pandemias são tanto um produto quanto um catalisador das crises capitalistas. Elas expõem as limitações do sistema e a necessidade urgente de repensar as bases econômicas e sociais que sustentam a reprodução do capital em nossos tempos.

2.2. Capitalismo de desastre

A análise da resposta política do governo Bolsonaro à pandemia de COVID-19 no Brasil pode ser enriquecida por uma interlocução com os argumentos de Naomi Klein (2008) e Mark Fisher (2020), cujas obras oferecem ferramentas críticas para entender as dinâmicas do capitalismo contemporâneo e as respostas políticas às crises.

Naomi Klein, em seu livro *A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre* (2008), argumenta que crises são frequentemente utilizadas por elites políticas e econômicas para impor políticas neoliberais que, em tempos normais, enfrentariam resistência popular. Segundo Klein (2008), essas crises oferecem uma janela de oportunidade para implementar reformas impopulares sob a justificativa de emergência. Esse conceito é particularmente relevante para analisar a resposta do governo Bolsonaro à pandemia.

Durante a crise sanitária, o governo brasileiro adotou uma postura de negação da gravidade da COVID-19, minimizando os riscos e desincentivando medidas de contenção, como o uso de máscaras e o distanciamento social. Ao mesmo tempo, o governo utilizou a pandemia como uma oportunidade para avançar com reformas econômicas neoliberais, como a flexibilização das leis trabalhistas e a tentativa de acelerar a privatização de empresas estatais. Esse comportamento reflete o que Klein (2008) descreve como "capitalismo de desastre," onde

a crise é manipulada para fortalecer as políticas de mercado livre, mesmo quando isso agrava a situação social e de saúde da população.

Mark Fisher, por sua vez, em *Realismo Capitalista: É Mais Fácil Imaginar o Fim do Mundo do que o Fim do Capitalismo* (2020), argumenta que o capitalismo moderno criou uma hegemonia cultural tão profunda que é difícil imaginar alternativas viáveis. O "realismo capitalista" de Fisher sugere que, mesmo diante de crises profundas, como a pandemia de COVID-19, as soluções propostas geralmente não desafiam o paradigma capitalista dominante, mas sim reforçam a ideia de que não há alternativas ao neoliberalismo.

Essa perspectiva é útil para entender a resposta do governo Bolsonaro, que, mesmo diante de uma crise de saúde pública sem precedentes, continuou a promover políticas que beneficiam o setor privado e as elites econômicas. A insistência em manter a economia "aberta" durante a pandemia, mesmo à custa de milhares de vidas, pode ser vista como uma manifestação do realismo capitalista: a vida humana é subordinada à lógica do mercado, e as políticas de austeridade e desregulamentação continuam a ser vistas como inevitáveis, mesmo em tempos de crise.

A resposta política de Bolsonaro à pandemia também pode ser entendida como parte de uma estratégia de deslegitimação das instituições democráticas e da ciência, que Klein (2008) identifica como um componente chave do capitalismo de desastre. A constante desinformação sobre a gravidade da pandemia, a promoção de tratamentos não comprovados, e o ataque a especialistas de saúde pública são estratégias que servem para enfraquecer a confiança nas instituições que poderiam desafiar a hegemonia do governo e do mercado.

Em suma, a resposta do governo Bolsonaro à pandemia de COVID-19 no Brasil pode ser vista como um exemplo claro do uso estratégico da crise para reforçar o neoliberalismo, conforme descrito por Klein (2008), e como uma expressão do realismo capitalista identificado por Fisher (2020). As políticas adotadas durante a pandemia não só exacerbaram as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, mas também serviram para consolidar a ideia de que o capitalismo neoliberal é o único caminho possível, mesmo em face de uma crise global que exigiria uma reavaliação profunda das prioridades sociais e econômicas.

O Brasil enfrentou uma das maiores crises sanitárias da história, com 37,51 milhões de casos de Covid-19 e 702 mil mortes, tornando-se um dos países mais afetados pela pandemia (Our World in Data, 2024).

Como exposto pelo Our World in Data (2022) apesar da população brasileira ser menor que a da Índia e do número de casos ser inferior ao do país asiático, o país ultrapassou a Índia em número de óbitos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que lideraram o mundo em

casos registrados. De acordo com Honorato e Borges (2022), o Brasil foi responsável por cerca de 5,65% dos casos globais e 10,5% das mortes entre os anos de 2020 e 2022, além disso, está entre os dez países com maior número de óbitos, o Brasil também se destaca por ter o quarto maior índice de mortalidade em relação ao total de infectados (1,98%), sendo assim, com essa taxa o país superou os Estados Unidos em termos de casos registrados acima de 10 milhões (Honorato e Borges, 2022).

Faz-se necessário destacar que a população negra foi a mais impactada pela pandemia, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, destacando-se que a população do Brasil é majoritariamente negra. Venâncio *et al.* (2022), analisando um relatório do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, apontaram que 55% das mortes por Covid-19 no Brasil no primeiro ano da pandemia ocorreram entre pessoas negras, tal fato evidencia as desigualdades sociais que marcaram a resposta à calamidade sanitária.

Além disso, fatores como o acesso limitado a serviços de saúde, a maior concentração de condições de vulnerabilidade social, como moradia precária e trabalho informal, e a discriminação estrutural, contribuíram para a maior exposição e menor capacidade de resposta dessa população à pandemia (Antunes, 2022).

O período de pandemia revelou ainda mais as desigualdades sociais históricas presentes na sociedade brasileira e gerou um cenário de tensões, com alguns grupos sociais estabelecendo um confronto com a ciência, os cientistas, os professores e a educação pública, que teve que fortalecer seu papel na luta contra o retrocesso (Charlot, 2020). O impacto de todas essas desigualdades sociais, somado à suspensão das atividades presenciais, gerou consequências imediatas para as instituições de ensino superior (IES), professores e alunos, especialmente nos anos de 2020 e 2021, quando a pandemia alcançou seu pico em número de casos, mortes e restrições sociais (Honorato e Borges, 2022).

A adaptação ao ensino remoto, embora necessária, revelou a desigualdade no acesso à tecnologia e à internet, o que agravou a exclusão educacional de muitos estudantes, principalmente aqueles oriundos de famílias de baixa renda (FRANCE PRESSE, 2022). Esse cenário também evidenciou o papel central da educação pública, que teve que se reinventar diante da crise, promovendo iniciativas de assistência e apoio psicológico para alunos e servidores, enquanto enfrentava o desmonte progressivo de recursos e investimentos.

Embora a pandemia de COVID-19 tenha sido um fenômeno de alcance global, seus impactos não ocorreram simultaneamente nem nas mesmas condições em todas as partes do mundo.

Segundo Hecksher (2022), as consequências da pandemia variaram de acordo com as características das populações e os recursos disponíveis para lidar com o vírus, como a memória imunológica, as condições econômicas e sanitárias, a qualidade e a quantidade dos profissionais e da infraestrutura dos sistemas de saúde, e a eficácia dos canais de coordenação das ações.

Em 2020, os Estados Unidos lideraram o número de mortes por COVID-19, seguidos pelo Brasil e pela Índia, que alternaram entre a segunda e a terceira posição ao longo dos meses.

Na sua pesquisa para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Hecksher (2022) revelou que, entre os 179 países com registros de mortes pela doença, o Brasil teve a vigésima maior proporção de sua população vítima do vírus. Em comparação, 159 países (89,3%) apresentaram menos mortes por 100 mil habitantes do que o Brasil. Além disso, sete dos nove países com indicadores piores do que os brasileiros pertencem à América Latina, destacando-se o Peru e o México. O Vietnã, por outro lado, registrou apenas 0,05% das mortes esperadas de acordo com o padrão brasileiro, mostrando que o risco de morrer de COVID-19 no Brasil foi 2 mil vezes maior do que no Vietnã. Globalmente, o risco de morte no Brasil foi 3,6 vezes superior à média mundial.

A América Latina se destacou como a região com o pior indicador de mortes por COVID-19, com o México apresentando números ainda piores que os do Brasil. Quando se analisa a mortalidade ajustada entre os países sul-americanos, o Brasil apresentou um índice pior do que o de 66,7% dos países da região, e pior do que 80% dos países latino-americanos. Hecksher (2022) sugere que os elevados índices de mortalidade no Brasil podem ser atribuídos à combinação de fatores individuais e coletivos, como o acesso desigual aos serviços de saúde, as condições socioeconômicas, a adoção de medidas preventivas (isolamento social, uso de máscaras etc.), e a eficácia das políticas públicas e da gestão da crise.

Além disso, ao comparar os impactos da pandemia no mercado de trabalho, Hecksher (2022) utilizou dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre 63 países e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE para o Brasil. Em 2019, antes da pandemia, o Brasil já apresentava uma das menores taxas de ocupação entre os países analisados, com apenas 55,8% de sua população em idade ativa ocupada. Um ano depois, esse índice caiu para 48,8%. A queda no nível de ocupação foi uma das mais acentuadas entre os 64 países analisados, com uma variação negativa de 7,0 pontos percentuais, impactando mais negativamente do que 84,1% dos outros países da pesquisa. O único país que apresentou um aumento na ocupação foi a Mongólia, com um aumento de 1 ponto percentual, enquanto a média global foi uma queda de 1,6 pontos percentuais.

Antunes (2022) observa que os trabalhadores informais foram os mais afetados pela pandemia, e esse grupo é particularmente significativo nos países periféricos, como o Brasil. A perda de postos de trabalho e as quedas nas taxas de ocupação foram mais pronunciadas entre os trabalhadores informais, refletindo as desigualdades econômicas e sociais exacerbadas pela crise sanitária global.

Portanto, os efeitos da pandemia de COVID-19 no Brasil foram significativos, não apenas quando comparados com as séries históricas do país, mas também no cenário global. Durante os períodos analisados, o Brasil, junto com outros países latino-americanos, esteve entre as nações mais afetadas, tanto em termos de perda de vidas quanto de empregos.

2.3. Realismo capitalista e doutrinas de choque

A emergência sanitária causada pela pandemia de COVID-19 trouxe impactos profundos e duradouros às universidades públicas brasileiras, especialmente sob o “tratamento de choque” promovido pelo governo Bolsonaro. Desde o início da pandemia, as universidades enfrentaram um duplo desafio: lidar com as consequências diretas da crise de saúde pública e resistir a uma série de ataques e políticas de desmonte promovidas pelo governo federal, que exacerbaram as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino superior.

Antes da pandemia, as universidades públicas federais já possuíam programas voltados à assistência e permanência estudantil, sendo financiados principalmente pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esses programas incluem a concessão de auxílios, como bolsas de auxílio, transporte e moradia (Borges e Gouvêa, 2022). Mesmo com a crise financeira que afetou o país durante a pandemia, essas políticas foram mantidas, embora os recursos provenientes do Ministério da Educação (MEC) tenham sido progressivamente reduzidos. Essa diminuição de recursos limitou a expansão e a sustentabilidade dos programas de assistência, levando, provavelmente, à diminuição do número de beneficiados.

A partir de 2016, o cenário da gestão pública e as prioridades de investimento começaram a mudar. A justificativa para as reformas foi a crise econômica e a necessidade de um ajuste fiscal, com a implementação de políticas de austeridade. A principal medida de impacto foi a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, limitando seu crescimento à inflação. Para Honarato e Borges (2022) é necessário indicar que a EC 95 estabeleceu este teto de gastos para limitar o crescimento das despesas públicas para restringir severamente a capacidade do Estado de ampliar ou mesmo manter investimentos em áreas essenciais, como a Educação.

Para Honorato e Borges (2022) embora a Constituição de 1988 garanta a autonomia financeira das universidades e a responsabilidade da União pelo financiamento do ensino, a EC 95/2016 afetou diretamente os investimentos, a oferta e a qualidade dos serviços educacionais. Além disso, a Portaria nº 1.428/2018 estabeleceu a obrigatoriedade de fontes compensatórias para qualquer remanejamento ou suplementação de recursos nas instituições vinculadas ao MEC (Honorato e Borges, 2022).

Oliveira (2019) faz uma análise da Public Expense Review (PER), um relatório do Banco Mundial de 2017, que critica severamente as universidades públicas, principalmente as federais e os Institutos Federais, alegando que essas instituições são excessivamente caras para os cofres públicos, sugerindo que parte dos gastos é desperdiçada. O relatório também compara os custos das instituições públicas com as privadas, concluindo que as últimas seriam mais econômicas, mas desconsiderando o papel essencial das universidades públicas na produção científica nacional, além da responsabilidade que algumas possuem com seus respectivos hospitais universitários.

As instituições públicas concentram a maior parte das pesquisas realizadas no Brasil, sendo responsáveis por avanços significativos em ciência, tecnologia e inovação, fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do país. Além disso, as universidades públicas desempenham um papel estratégico na formação de profissionais altamente qualificados em diversas áreas do conhecimento, incluindo saúde, engenharia e educação, muitas vezes suprimindo demandas que o setor privado não consegue atender, especialmente em regiões menos favorecidas. A análise de Oliveira (2019) destaca, ainda, que a visão do relatório do Banco Mundial ignora a função social das universidades públicas, que promovem inclusão, equidade e democratização do acesso ao ensino superior, além de contribuírem para a redução das desigualdades regionais e sociais no Brasil.

A análise do Public Expense Review (PER) também revela que as áreas sociais, incluindo a Educação, foram as mais afetadas pelas políticas de austeridade. A proposta de tornar a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 teve como objetivo desvincular os investimentos mínimos obrigatórios em Educação e Saúde, permitindo cortes nessas áreas. Oliveira (2019) aponta que houve uma redução significativa nos investimentos de 2015 para 2016, e que o rigor fiscal não se estendeu a outros gastos governamentais, como os da Reforma da Previdência, que deixou setores específicos intocados pelas reformas.

De acordo com dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), os cortes orçamentários atingiram níveis alarmantes durante a

pandemia, resultando na redução de recursos para pesquisa, manutenção e programas de assistência estudantil (Andifes, 2020).

Em maio de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) propôs uma auditoria operacional nas universidades federais, com o objetivo de avaliar o impacto dos cortes orçamentários nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência social aos estudantes. O relatório destacou que as dificuldades orçamentárias já existiam antes da pandemia, mas se agravaram com a crise sanitária a partir de março de 2020. Embora o setor privado desempenhe um papel importante na formação profissional, o setor público é central para a produção científica e a qualidade acadêmica no país, e o enfraquecimento das universidades públicas poderia prejudicar irreparavelmente o desenvolvimento científico e educacional do Brasil.

O TCU questiona como os cortes orçamentários são decididos e se há estudos de impacto sobre eles, além de avaliar se os critérios para tais cortes são justificados de maneira técnica e objetiva. Além disso, a situação gerou preocupações sobre a possibilidade de um "apagão universitário", dada a predominância das universidades públicas na produção científica do país.

Entre os dados financeiros, em 2014, foram destinados R\$ 7,4 bilhões para as despesas discricionárias das universidades federais, enquanto em 2021 esse valor caiu para R\$ 4,3 bilhões, mesmo com o aumento de mais de 150 mil estudantes. Esses cortes afetaram especialmente a manutenção dos prédios, serviços de segurança, limpeza, laboratórios e hospitais, obras em andamento, bolsas acadêmicas e a assistência estudantil. Em 2020, o Projeto de Lei Orçamentária Anual propôs um corte de 14,6% no orçamento discricionário, e em 2021 o corte foi ainda maior, chegando a 3,76%, com a redução de para R\$ 1.943.000.000, sendo R\$ 177.624,565 reduzidos somente da assistência. Sob a administração do presidente ainda sancionou o orçamento de 2021 com vetos, o que fez ter mais bloqueios nos recursos do MEC.

Diante desse cenário, a União Nacional dos Estudantes (UNE) solicitou a recomposição do orçamento das universidades, com o objetivo de assegurar os recursos necessários para financiar as políticas de assistência e permanência estudantil, como bolsas de auxílio social, auxílio permanência e moradia, entre outras (Baptista, 2021). Segundo Martello (2022), os dados indicam que, em 2021, os investimentos na Educação no Brasil sofreram uma redução pelo quinto ano consecutivo, alcançando o menor nível desde 2012. Nesse período, embora tenham sido autorizados R\$ 129,8 bilhões para as despesas do Ministério da Educação (MEC), apenas R\$ 118,4 bilhões foram efetivamente executados. Para o ano de 2022, o orçamento autorizado foi reduzido em R\$ 6,2 bilhões em relação ao ano anterior, acentuando ainda mais as dificuldades enfrentadas pelo setor educacional (Honarato e Borges, 2022).

Essa redução contínua dos investimentos impactou diretamente as condições de funcionamento das universidades federais, dificultando a manutenção de serviços essenciais, como a infraestrutura dos campi, o pagamento de bolsas e o custeio de projetos de pesquisa e extensão. Durante o período da pandemia, essas dificuldades foram agravadas, pois muitas universidades enfrentaram desafios adicionais para ampliar o atendimento às demandas crescentes por políticas de permanência estudantil. O agravamento das desigualdades sociais e das condições econômicas de grande parte do corpo discente evidenciou a urgência por investimentos mais consistentes em políticas de apoio estudantil. No entanto, essa demanda não foi plenamente atendida, o que comprometeu significativamente o acesso à educação, a permanência nas universidades e o rendimento acadêmico de inúmeros estudantes em situação de vulnerabilidade.

O impacto das políticas do governo sobre as universidades públicas também se refletiu na continuidade das atividades acadêmicas. A adoção do ensino remoto emergencial, necessária devido às restrições impostas pela pandemia, foi realizada em um contexto de escassez de recursos e falta de apoio governamental. As universidades tiveram que enfrentar desafios relacionados à desigualdade de acesso à tecnologia, que afetaram desproporcionalmente estudantes de baixa renda. A falta de políticas públicas adequadas para garantir a inclusão digital e o apoio ao ensino remoto exacerbou as desigualdades existentes, colocando em risco a permanência de milhares de estudantes no ensino superior (Souza, 2020).

A teoria do tratamento de choque, como descrita por Naomi Klein em *A Doutrina do Choque* (2008), pode ser utilizada para entender como o governo utilizou a pandemia como uma oportunidade para impor reformas e políticas que, em tempos normais, enfrentariam forte resistência. Os cortes orçamentários e a pressão por privatizações durante a crise sanitária podem ser vistos como parte de uma estratégia de desmonte das universidades públicas, fragilizando-as num momento em que deveriam estar fortalecidas para responder às demandas da sociedade.

Além disso, o discurso negacionista do governo, que minimizou a gravidade da pandemia e promoveu tratamentos ineficazes, contribuiu para um ambiente de desinformação e desconfiança, prejudicando os esforços das universidades na produção de conhecimento científico e na orientação da população sobre medidas de prevenção. As universidades públicas, que tradicionalmente desempenham um papel crucial na pesquisa científica e na formação de profissionais de saúde, viram seus esforços desvalorizados por um governo que constantemente atacava a ciência e incentivava a polarização política (Goulart, 2021).

O impacto desses ataques foi amplificado pela crise econômica decorrente da pandemia, que aumentou a vulnerabilidade dos estudantes das universidades públicas. Com a diminuição dos recursos destinados à assistência estudantil, muitos alunos enfrentaram dificuldades para continuar seus estudos, exacerbando as desigualdades educacionais. A pandemia evidenciou a importância das políticas de apoio social e financeiro para garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade, mas a resposta do governo foi insuficiente, agravando a crise nas universidades.

2.4. Crise sanitária e universidade pública

Farage e Duarte (2022) destacam uma questão crítica que emergiu durante a pandemia de COVID-19: a invisibilidade do trabalho em determinados setores públicos, como o ensino superior. Docentes e técnicos administrativos das universidades públicas, por exemplo, enfrentaram enormes desafios para garantir a continuidade das atividades acadêmicas em um cenário de ensino remoto. Esses profissionais precisaram adaptar rapidamente métodos pedagógicos, superar limitações tecnológicas e lidar com as desigualdades sociais que afetam os estudantes. No entanto, todo esse esforço foi amplamente negligenciado no discurso público, o que gerou impactos negativos na valorização do ensino público no Brasil, um ponto central da análise dos autores (Farage e Duarte, 2022).

A invisibilidade do trabalho no ensino superior não foi apenas uma questão de falta de reconhecimento, mas teve impactos diretos na percepção pública sobre o valor das universidades públicas. A ausência de visibilidade contribuiu para a desvalorização dessas instituições, que já estavam sendo alvo de críticas e cortes orçamentários por parte do governo federal. Essa desvalorização é particularmente preocupante, pois enfraquece a defesa do ensino público e abre espaço para narrativas que favorecem a privatização e o desmonte do sistema público de educação superior (Farage e Duarte, 2022).

Além disso, a invisibilidade do trabalho de docentes e técnicos administrativos também afetou o bem-estar desses profissionais, que enfrentaram cargas de trabalho aumentadas e a pressão de garantir a qualidade do ensino em condições adversas, muitas vezes sem o suporte necessário. A falta de reconhecimento e apoio institucional contribuiu para um cenário de esgotamento e frustração, que pode ter efeitos duradouros na motivação e na capacidade desses profissionais de continuar oferecendo uma educação de qualidade (Farage e Duarte, 2022).

Outra questão é a adoção da modalidade remota durante a pandemia de COVID-19 que trouxe diversas questões que têm implicações significativas para o trabalho dos docentes e

técnicos-administrativos, especialmente no contexto do ensino superior. Souza *et al.* (2015) descrevem que um dos efeitos colaterais dessa modalidade foi a pressão, explícita ou implícita, para que os docentes continuassem a trabalhar mesmo quando estivessem em licença médica. Essa prática, que já era observada em alguns casos antes da pandemia, foi intensificada pela facilidade de acesso proporcionada pelo trabalho remoto. A ausência de uma distinção clara entre o espaço doméstico e o profissional contribuiu para a erosão de limites que antes protegiam os direitos laborais dos trabalhadores da educação (Tardif e Lessard, 2008).

Da mesma forma, os técnicos-administrativos se viram em uma situação em que seu trabalho presencial foi considerado dispensável, exceto em casos de atendimento ao público. Esse cenário fomentou a percepção de que a presença física no local de trabalho poderia ser reduzida ou eliminada, dependendo das circunstâncias, sem considerar as nuances e complexidades do trabalho que realizam. Essa ideia de "dispensabilidade" da presença no ambiente de trabalho pode ter efeitos duradouros na percepção do papel desses profissionais e na estrutura organizacional das instituições.

Além disso, o trabalho remoto foi visto por alguns como uma solução para problemas urbanos que afetam diretamente a vida cotidiana dos trabalhadores, como o transporte público inadequado e a violência nas cidades. No entanto, essa solução tecnológica, que promete resolver dificuldades práticas de deslocamento e segurança, desvia o foco de questões estruturais que deveriam ser abordadas por políticas públicas abrangentes. A remotização das atividades, ao invés de ser uma medida pontual para tempos de crise, corre o risco de se transformar em uma resposta padrão, evitando assim o enfrentamento direto de problemas urbanos que exigem ações coletivas e de curto, médio e longo prazo.

Esse contexto é amplamente discutido por Farage e Duarte (2022), que argumentam que a normalização do trabalho remoto durante a pandemia contribuiu para uma invisibilização das condições de trabalho dos docentes e técnicos-administrativos. A transição para o ensino remoto, se não for acompanhada de uma reflexão crítica e de políticas adequadas, pode levar a uma precarização do trabalho e a uma perda de direitos conquistados ao longo de décadas de luta sindical e profissional.

A abordagem de problemas como transporte e violência por meio da remotização do trabalho, ao invés de promover soluções estruturais, apenas adia a necessidade de enfrentamento dessas questões.

Antunes (2022, p. 38) argumenta que o trabalho remoto, intensificado durante a pandemia de COVID-19, tende a agravar a individualização nos espaços de trabalho, promovendo uma cultura de dessolidarização que afasta os trabalhadores da organização

sindical. Esse distanciamento das entidades de classe pode resultar em uma redução adicional de direitos, uma vez que a ausência de coesão e apoio coletivo enfraquece a capacidade dos trabalhadores de resistir a pressões patronais e a mudanças adversas nas condições de trabalho.

Além disso, o trabalho remoto dissolve a separação entre tempo de vida e tempo de trabalho, eliminando as fronteiras que protegiam o tempo pessoal dos trabalhadores. Essa fusão entre as esferas pessoal e profissional pode levar à ampliação do trabalho doméstico não remunerado, uma carga que recai desproporcionalmente sobre as mulheres, já sobrecarregadas com as responsabilidades do cuidado e da manutenção do lar.

Antunes (2022) também destaca que essas condições tendem a aumentar a incidência de doenças mentais, à medida que o estresse e a pressão contínuos, combinados com a falta de apoio sindical e a intensificação do trabalho, impactam negativamente o bem-estar psicológico dos trabalhadores. A sobrecarga emocional, a falta de interação social e o isolamento exacerbam os problemas de saúde mental, criando um ambiente onde a vulnerabilidade dos indivíduos é amplificada.

Essas observações de Antunes sublinham a necessidade de repensar as políticas laborais no contexto do trabalho remoto, de forma a garantir que os direitos dos trabalhadores sejam protegidos e que as condições de trabalho não contribuam para a deterioração da saúde mental.

2.5. Intersetorialidade e a política de assistência estudantil: a necessidade de articulação com outras políticas sociais

As formas tradicionais de implementação das políticas públicas apresentam limitações que comprometem a garantia plena dos direitos sociais. Essa dinâmica resulta em uma divisão entre políticas econômicas e sociais, caracterizada por áreas de atuação fragmentadas e uma organização do trabalho estruturada de maneira setorial.

A necessidade de integrar diferentes setores na gestão das políticas sociais surge da complexidade dos desafios que atingem a população. A intersetorialidade desponta como uma estratégia viável para promover novas formas de articulação capazes de enfrentar os problemas sociais que, historicamente, afetam uma grande parte da sociedade brasileira (Comerlatto, 2007).

Deste modo, para Ruzzi (2016) a intersetorialidade emerge como um princípio fundamental na gestão e execução de políticas públicas, especialmente no contexto da Política de Assistência Estudantil. Trata-se de uma abordagem que reconhece a complexidade das demandas sociais e a necessidade de articulação entre diferentes setores e políticas para

enfrentar de forma integrada os desafios vivenciados pela população atendida. No caso específico da assistência estudantil, essa perspectiva ganha ainda mais relevância diante do contexto multifacetado em que se inserem os estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Segundo Almeida (2009), a intersetorialidade se manifesta como uma prática social que promove a articulação institucional entre diversas políticas públicas. Essa abordagem conecta ações, conhecimentos e estabelece vínculos tanto entre diferentes níveis governamentais quanto entre profissionais de distintas áreas. Assim, a intersetorialidade nas políticas públicas vai além da simples soma de projetos setoriais ou do diálogo limitado à formulação e avaliação de iniciativas, demandando uma integração mais profunda e transversal.

Para Inojosa (2001), a abordagem intersetorial nas políticas públicas traz consigo diversas implicações tanto para a atuação do Estado quanto para a participação dos cidadãos, uma vez que as suas necessidades estão interconectadas. Essa realidade impacta diretamente a maneira como a relação entre Estado e sociedade é reformulada. Contudo, é crucial destacar que a intersetorialidade não deve ser vista como um objetivo em si mesma, nem como uma garantia de desenvolvimento e inclusão social, mas sim como um elemento facilitador nesse processo, enquanto parte da ação estatal.

No contexto do ensino superior, um bom exemplo é a introdução dos restaurantes universitários (RU), uma medida inserida nas políticas educacionais com o intuito de assegurar que os alunos tenham as condições mínimas necessárias para acompanhar as atividades acadêmicas. No entanto, além dessa questão, também se incluem outros aspectos, como, as condições de moradia, o acesso a serviços de saúde, a oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer, bem como a proteção contra violência e riscos.

Dessa forma, para Carvalho (2011) a implementação de ações intersetoriais não se limita a uma política social específica, mas deve envolver todas aquelas que adotam uma abordagem abrangente das necessidades sociais. A intersetorialidade, portanto, é tanto um elemento central quanto um propósito das políticas sociais.

Com base nas diretrizes legais referentes às políticas de Educação e Assistência, destaca-se alguns aspectos que indicam a implementação da intersetorialidade.

A Assistência Social é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social como um direito social e uma responsabilidade do Estado. A regulamentação dessa política tem sido realizada pelo Governo Federal, com a aprovação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005).

Carvalho (2011) diz que para que a Assistência Social seja efetivamente implementada como uma política pública, é fundamental que ela esteja integrada e articulada à seguridade social e às outras políticas sociais. Assim, a definição da Assistência Social, bem como sua implementação nas formas de proteção social básica e especial (de média e alta complexidade), conforme estabelecido na PNAS/SUAS, exige a inserção e a conexão dessas modalidades de proteção ao conjunto de garantias previstas pela Seguridade Social (Carvalho, 2011).

No contexto da intersetorialidade na política educacional, observa-se que a educação é entendida como uma prática que evolui ao longo do tempo, regulando e organizando os serviços oferecidos, sendo assim, essa dinâmica envolve diferentes formas de trabalho colaborativo e interação entre os profissionais que atuam no setor. As práticas e os sujeitos envolvidos nesse processo estão conectados à política educacional, mas também se estendem para além dela, influenciando e sendo influenciados por outras áreas da sociedade (Almeida, 2007).

Almeida (2003) observa que a interação entre os usuários e a rede de instituições no campo da política educacional passou por mudanças significativas, não se dando mais da mesma maneira com a rede de proteção social das outras políticas setoriais. Para Almeida (2003) é possível perceber os sinais de um enfraquecimento e reconfiguração dessa relação, sugerindo que novos espaços de atuação, assim como novas formas de colaboração entre instituições, estão sendo desenvolvidos para lidar com as novas demandas sociais.

Para fundamentar as ações intersetoriais nas normas educacionais, vale citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9.394/96), que estabelece que "a educação abrange os processos formativos que ocorrem na vida familiar, nas relações humanas, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (Art. 1º). Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Capítulo V, artigo 53, afirma que o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes exige uma forma específica de proteção, propondo, assim, um sistema de atendimento integrado e articulado a esse público, incluindo a participação da universidade nesse processo.

Dessa forma, a integração entre as políticas de Educação e Assistência Social, junto a outras políticas públicas, pode se tornar uma intervenção fundamental para garantir a proteção social, prevenir situações de violação de direitos, e promover a melhoria no desempenho acadêmico e a permanência dos estudantes na universidade.

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como objetivo garantir condições para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade. Contudo, Almeida (2011) debate que para lidar com essa realidade envolve uma

reorganização mais ampla do trabalho coletivo no contexto da política educacional, tanto dentro dos institutos federais quanto nas unidades responsáveis pela gestão, além de sua articulação com outras políticas setoriais.

A intersectorialidade na assistência estudantil deve ser entendida como um processo contínuo de integração de esforços e ações entre diferentes setores. Por exemplo, a articulação com a política de saúde é fundamental para assegurar o atendimento às demandas de saúde física e mental dos estudantes, especialmente diante do crescimento de casos de ansiedade, depressão e outras condições psicológicas agravadas pela pressão acadêmica e pela desigualdade social. Esse fato é evidenciado pela pesquisa internacional conduzida pela organização sem fins lucrativos Chegg, que destaca que 76% dos estudantes brasileiros relataram que sua saúde mental foi prejudicada durante a pandemia. Desses estudantes cerca de 6% chegaram a se envolver em comportamentos de automutilação, enquanto 21% buscaram ajuda profissional. Além disso, 87% dos estudantes afirmaram que experimentaram um aumento nos níveis de estresse e ansiedade (Porvir, 2021).

Mello (2021) em um de seus estudos investigou o impacto da pandemia sobre a saúde mental dos alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e apontou que, embora os problemas já estivessem presentes antes da crise sanitária, eles se intensificaram durante o período. Estudantes com dificuldades familiares, que precisaram conciliar trabalho e cuidados com os filhos, e aqueles sem acesso às ferramentas necessárias para o ensino remoto, enfrentaram maiores dificuldades.

Borges (2022) realizou entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais de três importantes universidades no estado do Rio de Janeiro, responsáveis pela implementação de políticas de permanência estudantil. A pesquisa destacou que a pandemia tem sido particularmente desafiadora para os estudantes mais vulneráveis, incluindo aqueles com baixa renda, trabalhadores que perderam suas fontes de sustento, além de negros, pardos, indígenas e moradores das periferias, ou seja, a relação com políticas de trabalho e renda também é estratégica, na medida em que muitos estudantes precisam conciliar a vida acadêmica com atividades laborais, o que pode comprometer seu desempenho acadêmico e sua saúde.

A intersectorialidade, portanto, não é apenas uma estratégia administrativa, mas um imperativo ético e político para a garantia dos direitos. Ela exige a superação de estruturas burocráticas fragmentadas e a construção de espaços de diálogo e cooperação entre diferentes agentes e instituições. A implementação efetiva desse princípio demanda o fortalecimento de redes interinstitucionais, capacitação de profissionais para atuar de forma integrada e,

principalmente, a escuta ativa dos sujeitos atendidos, de modo a reconhecer suas necessidades e especificidades.

3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA E SAÚDE MENTAL

A história da Universidade Federal de Viçosa (UFV) está intimamente ligada ao desenvolvimento da educação agrônômica no Brasil e remonta ao início do século XX. Fundada em 1926, inicialmente sob o nome de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), a instituição foi criada com o objetivo de promover o ensino e a pesquisa nas áreas de ciências agrárias, em um período em que o Brasil buscava fortalecer a agricultura como base econômica (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, História da UFV, 2024).

A ESAV foi idealizada pelo então governador, Arthur Bernardes, que também havia sido presidente do Brasil. A escolha da cidade de Viçosa, uma região predominantemente agrícola e com forte vocação para a produção de café, foi estratégica. A escola contou com o apoio técnico de especialistas norte-americanos, que influenciaram o modelo pedagógico adotado, inspirado nas universidades agrícolas dos Estados Unidos. A formação oferecida pela ESAV se destacou pela ênfase na prática e na pesquisa aplicada, o que a diferenciava de outras instituições de ensino superior no país (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, História da UFV, 2024).

Em 1948, a ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), ampliando seu leque de cursos e áreas de atuação. Essa mudança marcou o início de um processo de expansão e diversificação acadêmica, com a criação de novos cursos e a consolidação da pesquisa científica na instituição. Em 1969, a UREMG foi federalizada, passando a se chamar Universidade Federal de Viçosa (UFV). Com a federalização, a UFV expandiu suas atividades para além das ciências agrárias, incorporando cursos nas áreas de ciências exatas, biológicas, humanas e sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, História da UFV, 2024).

3.1. A Política de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

A UFV, por meio da assistência estudantil, disponibiliza aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, matriculados regularmente em cursos presenciais, bem como aos alunos do Ensino Médio do Colégio de Aplicação (COLUNI), uma ampla gama de serviços. Esses incluem apoio em áreas como alimentação, moradia, saúde (física e mental), esporte, lazer, cultura, inclusão digital e suporte para

estudantes com necessidades especiais, oferecendo diversas modalidades de bolsas, auxílios e serviços, em destaque a seguir:

Serviço Moradia: Concessão de moradia gratuita nas Unidades de Moradia Estudantil da UFV (com 1.400 vagas nas moradias estudantis), a estudantes regularmente matriculados em curso presencial de graduação e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada.

Auxílio Moradia: Também é concedido pela UFV o auxílio moradia no valor de R\$340,00 reais mensais (OFÍCIO-CIRCULAR Nº 001/2023/RTR/UFV) destinados a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presenciais, com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, atestada pelo Serviço de Bolsa/PCD e que sejam residentes nas Unidades de Moradia Estudantil da UFV. Este auxílio se destina a estudantes que desejam realizar a troca do Serviço Moradia (vaga em Moradia Estudantil) pelo Auxílio-moradia, e o objetivo do benefício é contribuir com o custeio das despesas de moradia do estudante no município de Viçosa (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

Serviço Alimentação: Serviço de concessão de subsídio na alimentação nos Restaurantes Universitários a estudantes regularmente matriculados em curso presencial de graduação e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada. Os restaurantes oferecem café da manhã, almoço e jantar de segunda-feira a domingo (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

Auxílio-alimentação: Recurso financeiro no valor de R\$280,00 reais mensais (OFÍCIO-CIRCULAR Nº 001/2023/RTR/UFV) destinados a contribuir com a compra de alimentos para estudantes regularmente matriculado em curso presencial de graduação, que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada e que apresentem laudos e/ou exames médicos que comprovem a situação de saúde que o impeça de consumir a totalidade dos alimentos oferecidos nos restaurantes universitários (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

Auxílio-Creche/Pré-escola: Recurso financeiro no valor de R\$370,00 reais mensais (OFÍCIO-CIRCULAR Nº 001/2023/RTR/UFV) destinados a estudantes regularmente matriculados em curso presencial de graduação e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, para custear despesas de mensalidades escolares para seus filhos de 0 a 5 anos, 11 meses e 29 dias de idade (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

Bolsa de Aprendizagem e Aprimoramento Profissional (BAAP): Recurso financeiro no valor de R\$210,00 reais mensais (OFÍCIO-CIRCULAR Nº 001/2023/RTR/UFV) concedidos para a realização de atividades nos diversos setores acadêmicos e/ou administrativos da UFV, a estudantes regularmente matriculados em curso presencial de graduação e que estejam em

situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada e tenham disponibilidade de cumprir uma carga horária de 8 (oito) horas semanais, totalizando 32 (trinta e duas) horas mensais (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

Auxílio-emergencial: Recurso financeiro destinado a estudantes regularmente matriculados em curso presencial de graduação, que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada e que apresentem dificuldades socioeconômicas emergenciais, e/ou eventuais e/ou momentâneas, que comprometam o desenvolvimento de atividades acadêmicas, desde que devidamente comprovadas e avaliadas pela Equipe Técnica da Assistência Estudantil, em consonância com as áreas de ações descritas no parágrafo primeiro, do art. 3 do decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010 (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

Ademais, durante a pandemia da Covid-19, foram concedidos outros auxílios emergenciais pela assistência estudantil para apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sendo eles:

Auxílio de Inclusão Digital: Recurso financeiro no valor de R\$60,00 reais mensais (BRASIL, 2023) destinados a estudantes regularmente matriculados no Período Especial Remoto (PER) que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, residentes em áreas rurais ou que não possuem cobertura dos dados móveis ofertados pela RNP/MEC (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024). A UFV também aderiu ao Projeto “Alunos Conectados”, promovido pelo Ministério da Educação e operacionalizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), com o potencial de atender até 2.904 estudantes, incluindo os do Ensino Médio (Colégio de Aplicação), cursos técnicos e de graduação. O projeto tem como prioridade beneficiar estudantes com renda familiar per capita de até 0,5 salário-mínimo, podendo incluir aqueles com renda de até 1,5 salário-mínimo. Os alunos já eram contemplados pelos programas de bolsas nos três campi não precisaram comprovar renda, desde que estivessem matriculados em disciplinas do PER. Os demais estudantes deveriam, adicionalmente, apresentar o CadÚnico emitido nos últimos 24 meses. O projeto, era em parceria com as operadoras Algar, Claro e Oi, e disponibilizaram pacotes de dados ou chips com franquias de 5 a 40 GB, que foram enviados pela UFV diretamente aos estudantes (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

Auxílio Emergencial de Alimentação e Moradia: Recurso financeiro destinado a estudantes regularmente matriculados no Período Especial Remoto (PER) que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, que por algum motivo excepcional no início da pandemia não puderam retornar para suas residências e para aqueles que retornaram as suas atividades presenciais aprovadas pelo CEPE (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

Auxílio Provisório de Apoio ao Estudante: Recurso financeiro no valor de R\$150,00 reais mensais destinados a estudantes regularmente matriculados no Período Especial Remoto (PER) que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada e que não estejam recebendo os auxílios emergências alimentação/moradia. A vigência do Auxílio Provisório de Apoio aos Estudantes foi até dezembro de 2021 (Serviço de Bolsa PCD-UFV, 2024).

3.2. Análise de Dados

Para analisar os dados qualitativos coletados nas entrevistas semiestruturadas, optou-se pela Análise de Conteúdo conforme proposto por Bardin (1977), método que permite uma investigação sistemática e aprofundada do material discursivo. O processo analítico desenvolveu-se em três fases inter-relacionadas, adaptadas às especificidades da pesquisa.

Inicialmente, na fase de pré-análise, realizou-se uma leitura minuciosa e repetida das transcrições, buscando uma imersão no conjunto das narrativas. Esta etapa permitiu identificar os núcleos de sentido mais relevantes e estabelecer os parâmetros iniciais para organização do corpus. Paralelamente, definiram-se os indicadores que orientaram a exploração posterior do material, considerando tanto os objetivos da pesquisa quanto os temas que emergiram espontaneamente dos depoimentos.

A fase seguinte dedicou-se à exploração sistemática do conteúdo, onde se procedeu à codificação das falas. Por meio de um processo iterativo, o material foi segmentado em unidades de significado, que foram classificadas e agrupadas conforme suas características temáticas. Esta codificação permitiu transformar os dados brutos em elementos passíveis de análise, estabelecendo relações entre diferentes trechos e identificando tanto convergências quanto divergências nos discursos.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados e interpretação, os dados categorizados foram submetidos a um exame crítico que articulou três dimensões fundamentais: a frequência e distribuição das categorias identificadas, as relações lógicas entre os diferentes temas emergentes, e o diálogo com o referencial teórico da pesquisa. Esta triangulação metodológica possibilitou ir além da mera descrição dos conteúdos, alcançando um nível interpretativo que considerou o contexto de produção das falas, as particularidades de cada participante e os pressupostos teóricos que fundamentam o estudo.

A fase de pré-análise teve início com a organização e leitura flutuante do corpus, composto por oito entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes de diferentes cursos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esses relatos visaram compreender a experiência

dos discentes com relação aos auxílios emergenciais e demais formas de apoio oferecidas pela assistência estudantil durante a pandemia da COVID-19. Deste modo, foram definidas como unidades de análise os trechos das falas que abordavam três eixos principais:

- Caracterização socioeconômica e informações gerais;
- Saúde mental (adoecimento psíquico, acesso a serviços psicológicos);
- Adaptação institucional (mudanças nos programas de assistência estudantil durante a pandemia, dentre outros).

Por fim, cabe destacar que todo o processo analítico manteve um rigoroso controle metodológico, com registro detalhado de cada decisão interpretativa, garantindo assim a rastreabilidade da análise e a confiabilidade dos resultados. A articulação entre os dados empíricos e o quadro teórico permitiu não apenas compreender os conteúdos manifestos, mas também identificar significados latentes e relações não imediatamente evidentes no material discursivo.

3.2.1. Resultados e Discussões

Caracterização socioeconômica e informações gerais

Nesta seção, apresentamos um panorama do perfil socioeconômico dos 08 estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que participaram da pesquisa.

Quadro 1- Perfil socioeconômico dos(as) 08 entrevistados(as)

Entre vista do(a)	Sexo	Raça	Estado de residência	Nº de pessoas na residência contando com o(a) estudante	Salário total aproximado da residência	Curso	Ano de matrícula na UFV	Forma de ingresso
T1	Masc.	Negro	MG	4	2 salários	Letras	2020	Cota pública e racial
T2	Masc.	Negro	MG	3	2 salários	Física	2019	Cota escola pública e renda
T3	Masc.	Negro	MG	4	1 salário e meio	Educação Física	2019	Cota racial
T4	Masc.	Negro	MG	5	1 salário e meio	Educação Física	2019	Cota racial e renda
T5	Fem.	Branca	ES	3	1 salário + bolsa família	Enfermagem	2019	Cota (não especificou)

T6	Fem.	Negra	MG	4	1 salário e meio	Ciências Biológicas	2019	Cota de escola pública, renda e racial
T7	Masc.	Negro	MG	3	1 salário e meio	Engenharia Florestal	2018	Cotas (não especificou)
T8	Fem.	Negra	MG	3	1 salário e meio	Ciências Biológicas	2018	Cota (não especificou)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Todos/as ingressaram via cotas (socioeconômicas, raciais e/ou de escola pública), provenientes de famílias com renda familiar média entre R\$ 1.500 e R\$ 2.500, muitas vezes dependendo de múltiplas fontes (salários variáveis, aposentadorias, auxílios governamentais como Bolsa Família). A maioria residia em cidades do interior de Minas Gerais e em ambientes familiares compostos por 3 ou mais pessoas. É interessante destacar que a renda familiar dos/as participantes é pouca, principalmente, considerando o período de pandemia, onde a renda da casa já girava em torno desse valor.

Quadro 2 - Serviços utilizados da assistência estudantil

Entrevistado/a	Serviços usados da assistência estudantil	A assistência estudantil influencia na sua permanência na UFV?
T1	Aux. Moradia + RU	“Total. Porque se não fosse esse auxílio, eu não conseguiria estar aqui”.
T2	Aux. Moradia + RU	“Demais, sabe. Sem isso tudo que eu ganho, eu não conseguiria vir pra cá.”
T3	Serviço de moradia + RU. Já teve a BAAP.	“Sim, total. Se não fosse a assistência estudantil, eu não estaria aqui não”.
T4	Serviço de moradia + RU	“Sim. [...] sem esse apoio, eu teria que trabalhar pra poder pagar aluguel e me manter aqui, aí trabalhando eu não ia conseguir estudar”.
T5	Aux. Moradia + RU	“Claro! Se não fosse o auxílio, já teria desistido, na verdade não teria nem entrado direito”.
T6	Aux. Moradia + RU	“Sim”.
T7	Serviço de moradia + RU (e na pandemia auxílio emergencial)	“Sim”.
T8	RU	“Sim”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A necessidade de auxílios estudantis é uma constante entre os entrevistados. Os serviços mais recorrentes são o auxílio moradia e a alimentação no Restaurante Universitário (RU), considerados essenciais para que possam se manter no curso.

Essa constatação é corroborada pelo estudo de Bueno (2020), que avaliou a eficácia do auxílio moradia na permanência de estudantes do Instituto Federal. A pesquisa demonstrou que, para acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o serviço representa um fator decisivo para a continuidade no ensino superior, contribuindo diretamente para a redução da evasão escolar. Segundo Bueno (2020), sem esse suporte, muitos estudantes não conseguiriam

arcar com os custos de habitação e, conseqüentemente, se veriam obrigados a interromper seus estudos.

Deste modo, trata-se de uma política que desempenha papel fundamental na trajetória acadêmica dos estudantes. Tal impacto pode ser observado nos relatos dos/as entrevistados, como disposto no quadro 2.

Assim como a moradia, a alimentação e a nutrição são direitos essenciais para a dignidade humana. Assegurar esses direitos implica responsabilidades tanto do Estado quanto da sociedade, especialmente no que se refere ao acesso acessível e físico a alimentos saudáveis.

Visando garantir esse direito, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) oferece à sua comunidade acadêmica os Restaurantes Universitários (RUs), que proporcionam refeições de qualidade a preços acessíveis, respeitando normas de higiene e oferecendo uma alimentação nutricionalmente equilibrada.

De acordo com o estudo de Dias (2015), intitulado "A eficácia do auxílio na política de assistência estudantil: um estudo no IFTO – Campus Palmas", teve como objetivo principal analisar a efetividade dos programas de assistência estudantil oferecidos pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Campus Palmas, em relação ao atendimento das necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No seguinte estudo fica evidente a importância que a alimentação tem na vida desses estudantes. Esse cenário evidencia que o serviço desempenha um papel crucial na permanência dos estudantes na instituição.

Apesar das boas condições levantadas, cabe salientar que, em alguns casos, os estudantes ainda precisam complementar sua renda com bolsas de iniciação científica ou trabalhos informais, como entregas por bicicleta (T-2). Assim, ao serem questionados/as se os serviços recebidos por meio da assistência estudantil são suficientes, as respostas são:

- T1 – “Em relação ao auxílio moradia eu acho um pouquinho abaixo”.
- T2 – “Ajuda bastante, mas, ainda não paga tudo [...] então, às vezes eu tento trabalhar nessas festas de buffet, ou fazendo entrega de bicicleta também, porque eu faço entrega aqui em Viçosa”
- T3 – O que é recebido pela assistência estudantil é o suficiente.
- T4 – O que é recebido pela assistência estudantil é o suficiente.
- T5 – “São suficientes no básico”.
- T6 – “São suficientes, mas no limite, sabe?”
- T7 – “São suficientes”.
- T8 – “Pra mim, hoje não é, eu ainda tenho tentado solicitar outros auxílios pra ver se me ajuda mais porque na questão do dinheiro eu fico bem apertada e minha mãe também”.

Embora os serviços nem sempre se configuram como suficientes, há de se destacar que os estudantes relatam que há um impacto importante sobre as famílias. Para muitos, os serviços oferecidos pela UFV aliviam a pressão financeira nos lares.

Tal fato, também pode ser observado em um outro estudo realizado na Universidade Federal de Viçosa (UFV) por Del Giudice, Loreto e Azevedo (2013) que analisou o Programa de Assistência Estudantil da instituição. A pesquisa revelou que os serviços oferecidos, como moradia, alimentação e bolsas, interferem positivamente na vida familiar dos estudantes. Especificamente, observou-se que a redução das despesas familiares proporcionada pelos auxílios contribui para um relacionamento mais tranquilo entre a família.

Muitos dos entrevistados relataram que, sem os auxílios, seus pais não teriam como enviar dinheiro para aluguel e alimentação e que conseqüentemente se sentem mais tranquilos em não terem que dar despesas extras aos pais.

Entrevistador(a): – O benefício que você recebe da UFV impacta o orçamento da sua família? Como?

T3 – “Impacta no sentido de que meus pais economizam. Eles não têm essa despesa para a minha alimentação, para a minha moradia. Então, é uma preocupação a menos. Eu me sinto mais confortável também. Não coloco esse fardo”.

T4 – “Eu diria que impacta demais, só dos meus pais não terem que mandar dinheiro pra pagar aluguel e pra comer já ajuda, eles não teriam como me manter aqui não, sabe? (...)”.

T5 – “(...) sem isso, minha mãe não teria como pagar um aluguel completo aqui em Viçosa. Ela ainda me manda um pouco pra despesas extras, mas sem os auxílios, eu nem estaria aqui”.

T6 – “Muito! Minha família já tem dificuldade pra pagar as contas lá em casa. Se não fosse o auxílio da UFV, meus pais teriam que me ajudar com muito dinheiro, e isso seria um peso bem grande. Meu irmão ainda está no ensino médio e tem todos os gastos lá com ele também”.

Saúde mental

Neste tópico, precisamos ressaltar que não temos a pretensão de estabelecer diagnósticos de sofrimento mental ou não entre os/as entrevistados/as. Coletamos informações sobre a percepção dos/as entrevistados/as sobre sua saúde mental antes e durante a pandemia, importando-nos compreender como eles/as se sentiram e se, tiveram acolhimento dos serviços institucionais e das demais políticas sociais. Portanto, trata-se do olhar do/a estudante sobre si mesmo/a e sua saúde mental.

A questão da vulnerabilidade psicológica entre estudantes é um aspecto recorrente na literatura. De acordo com Ayres *et al.* (2003), o conceito de vulnerabilidade em saúde transcende a perspectiva individual de risco, incorporando dimensões sociais, programáticas e individuais que influenciam a suscetibilidade das pessoas a agravos à saúde. Essa abordagem foi inicialmente desenvolvida no contexto da epidemia de HIV/AIDS, reconhecendo que fatores como desigualdade social, acesso a serviços de saúde e políticas públicas desempenham papéis cruciais na determinação da saúde dos indivíduos.

A vulnerabilidade, portanto, para Ayres *et al.* (2003) é compreendida como um constructo multidimensional que reflete a interação entre aspectos individuais (como conhecimento e comportamentos), sociais (como condições socioeconômicas e culturais) e programáticos (como políticas e serviços de saúde disponíveis).

De acordo com Malagón-Oviedo e Czeresnia (2015), o conceito de vulnerabilidade em saúde é caracterizado por processos de fragilização biossocial que exprimem, de maneira inextricável, valores biológicos, existenciais e sociais. Essa perspectiva considera a vulnerabilidade como uma dimensão ontológica constitutiva e constituinte da vida humana, que requer distintos e complexos sistemas de segurança (Malagón-Oviedo; Czeresnia, 2015).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é definida como "um estado de bem-estar no qual o indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses normais da vida, pode trabalhar de forma produtiva e frutífera e é capaz de contribuir para sua comunidade" (Alcântara *et. al.*, 2022).

Paulo Amarante (2007), em sua obra *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*, destaca que a saúde mental não se restringe apenas à ausência de transtornos mentais, mas envolve a capacidade de o indivíduo lidar com as demandas da vida, manter relacionamentos saudáveis e participar ativamente da sociedade.

O ingresso no ensino superior representa um marco significativo na trajetória dos jovens, coincidindo com uma fase de intensas transformações no desenvolvimento psicossocial. Esse período é caracterizado por uma busca ativa de identidade, autonomia e estabelecimento de novos vínculos sociais, sendo frequentemente descrito como uma etapa de experimentações e instabilidades.

Para Osse e Costa (2011), essa transição é marcada por desafios que vão além do acadêmico, envolvendo adaptações emocionais e sociais que podem impactar diretamente na saúde mental dos estudantes. A mudança de ambiente, a necessidade de construir novas redes de apoio e a pressão por desempenho acadêmico são fatores que contribuem para esse cenário complexo.

Segundo os sujeitos entrevistados, muitos relataram terem vivenciado situações de sofrimento psíquico e/ou adoecimento mental, episódios de ansiedade, depressão e crises de pânico, antes mesmo da COVID-19. Sobre este assunto, podemos visualizar no quadro 3 abaixo uma síntese:

Quadro 3 - Vivências de sofrimento psíquico antes e depois da pandemia de COVID-19

Entrevistado (a)	Ano de matrícula na UFV	Vivência de sofrimento psíquico antes da pandemia?	Era acompanhada por algum serviço antes da pandemia?	Vivência de sofrimento psíquico depois da pandemia?	Era acompanhada por algum serviço depois da pandemia?
T1	2020	“Sim. Crise de pânico”.	“Às vezes psicólogo. Variava entre o pago e o do SUS e tomava remédios”.	“Não. “A pandemia que me deixou, assim, pra baixo, mas foi, eu diria, na questão acadêmica. [...] eu não cumpri as grades da matéria”. “Eu comecei a trabalhar na pandemia [...] era um serviço muito desgastante”.	“Não”.
T2	2019	“Sim. Ansiedade”.	“Não”.	“Houve a intensificação com crises de ansiedade”.	“Tentei o atendimento com psicólogo online da UFV, mas como demorou, desisti”.
T3	2019	“Sim. Ansiedade e depressão”.	“Sim. Na Divisão psicossocial da UFV. Chegou a tomar medicamento”.	“Percebeu um agravamento das crises de ansiedade em um primeiro momento”.	“Foi atendido online pela psicossocial”.
T4	2019	“Ansiedade”.	“Não”.	“Uma intensificação do estresse e ansiedade”.	“Não”.
T5	2019	“Depressão desde a adolescência. Já tentou suicídio”.	“Sim. Psicóloga particular e psiquiatra”.	“Depressão com agravamento. Crises de ansiedade”.	“Psicóloga. Tentou atendimento com psiquiatra, mas como não conseguiu, desistiu”.
T6	2019	“Crises de ansiedade”.	“Não”.	“Crises de ansiedade ficaram mais constantes”.	“Foi atendida online pelo psicólogo da UFV, mas apenas 1 sessão”.
T7	2018	“coisas que deixaram mal [...] e mexeram com a minha cabeça”.	“Foi na psicóloga particular uma vez porque a tia pagou. Não deu continuidade”.	“Não”.	“Não”.
T8	2018	“Apenas timidez e insegurança”.	“Não”.	“Não”.	“Não”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Dos(as) 08 entrevistados(as), 07 afirmaram a vivência de sofrimento psíquico antes da pandemia, dos quais 05 destes apontam que durante a pandemia houve um agravamento da situação, se intensificando diante da ausência de acompanhamento psicológico acessível e do aumento das pressões acadêmicas e emocionais (Quadro 3). A pandemia também gerou atrasos na formação, dificuldades de adaptação ao ensino remoto e agravamento do isolamento social.

Os relatos dos estudantes da pesquisa relacionam-se à pandemia da COVID-19 com um agravamento das experiências em sua vida no que diz respeito ao sofrimento e/ou adoecimento mental, de acordo as seguintes falas:

T2 – “Me deixou mais ansioso. Tive muita crise de ansiedade”.

T3 – “Foi um agravamento, sim. Principalmente no primeiro ano, como eu disse, a questão talvez era da ansiedade, de ficar excessivamente preocupado. Aí estando em casa também, só dentro de casa, piorou. Eu estava muito à toa, sem nada para fazer. Aí uma coisa que você já sentia antes, no primeiro ano de pandemia, piorou um pouco. Piorou bastante. Até no segundo ano de pandemia também eu comecei a fazer mais exercício, comecei a dar flexibilização um pouquinho mais depois de sair. Foi mais nesse sentido mesmo”.

T4 – “Teve sim. Acho que piorou muito, tudo ficou mais intenso. Eu fiquei bem mais estressado nessa época, ficava cansado também, eu já tinha bastante dificuldade de conversar e acho que isso piorou, sabe? Eu voltei muito retraído pra cá, isso me atrapalha porque eu queria conversar mais com a galera, mas eu não converso do jeito que eu queria, entende? Então acho que é isso”.

T5 – “Sim. A sobrecarga de estudar me deixou muito cansada. Cheguei a ter crises de pânico. Era mais difícil para me concentrar, ficava com medo de tudo, foi difícil, viu”.

T6 – “Sim. Teve várias vezes que eu tive umas sensações ruins, do nada meu coração acelerava, tremia bastante. Ficava muito em casa, comecei a ficar introspectiva, não queria sair de casa, ficava só no celular, procrastinava demais, parecia até que tinha entrado em depressão, foram meses desse jeito”.

Deste modo, esta fragilização da saúde mental durante esse período foi um ponto crítico para alguns dos estudantes, com críticas à falta de suporte psicológico mais estruturado, embora a Universidade Federal de Viçosa (UFV) tenha disponibilizado atendimentos psicológicos de forma online, ao qual nem todos conseguiram acessar. Dos(as) participantes, T2 afirma que devido à demora, não conseguiu atendimento, mas que precisava. Em suas palavras:

T2 – “Eu já era ansioso, mas com a pandemia isso piorou muito porque eu ficava com medo de não conseguir voltar a estudar, tinha medo até de alguém da minha família morrer também”.

Para T5 e T6, apesar de terem conseguido atendimento, houve dificuldade para conseguir a vaga e ter um acompanhamento contínuo:

T5 – “Na época, eu busquei atendimento psicológico e até consegui, mas foram muitas poucas sessões. Não me ajudou, não adiantou muito. Eu também tentei uma consulta com psiquiatra, mas na época eu não consegui e desisti”.

T6 – “No começo, não busquei nada. Mas no segundo ano de pandemia, uma colega me falou sobre o atendimento psicológico online que tinha lá. Fiz uma sessão e foi

muito bom, mas não deram continuidade no meu caso. Acredito que seja porque não tinha questões tão urgentes em comparação a outras pessoas”.

Porém, é importante citar que para T3 o atendimento foi satisfatório:

T3 – “(...) no primeiro ano eu deveria ter buscado esse apoio, mas eu não busquei. No segundo ano eu já busquei mais. Eu recorri à divisão psicossocial. Fui atendido. Foi online. O (nome do profissional) me atendeu. Fui muito bem atendido (...)”.

Cabe destacar que nenhum entrevistado/a relata a solicitação de acompanhamento nos serviços de saúde dos municípios aos quais estavam residindo. A busca pelo serviço de saúde se deu em uma única via, através dos serviços oferecidos pela UFV. É importante ressaltar que, a rede de saúde dos municípios precisam ser uma referência para a população, principalmente em momentos de crise sanitária como foi o período da COVID-19. Embora, o sistema de saúde brasileiro tenha (tardamente por conta de toda uma conjuntura política e econômica) distribuído vacinas e enfrentado a crise sanitária, não podemos deixar de noticiar o histórico desmantelamento que os serviços estavam sofrendo, com cortes de recursos e deixando de ser uma referência de atendimento para a população.

A pandemia de COVID-19 e as medidas de controle para conter a disseminação do vírus, como o distanciamento social, trouxeram mudanças à rotina das pessoas mundialmente, gerando impactos adversos para a saúde mental dos indivíduos, especialmente aqueles em maior vulnerabilidade. Durante a pesquisa alguns estudantes relataram também, reprovações ou a necessidade de trancar disciplinas, devido à incompatibilidade entre os estudos e o trabalho informal realizado para complementar a renda familiar.

Sobre os estudos durante a pandemia, os/as entrevistados/as relataram:

T1 – “Assim, como eu entrei na UFV na época da pandemia, eu só tinha um aparelho celular para fazer a graduação. Então, assim, era muito ruim. Eu não conseguia assistir no celular. E aí não consegui fazer nada na pandemia. Não consegui cursar nenhuma matéria [...] e eu trabalhei também”.

T2 – “Estudei como dava, com celular, só isso”.

T3 – “Eu precisei trabalhar, então eu tive que deixar de fazer disciplina para poder trabalhar”.

T4 – “Eu tive que trabalhar pra ajudar um pouco em casa e porque eu também queria ganhar meu próprio dinheiro nesse meio tempo. Foi cansativo porque eu não conseguia estudar direito, na época eu acompanhava só pelo celular e era muito ruim, a internet lá de casa não era boa, muito barulho também, era um celular que não dava conta mesmo até pra digitar um trabalho”.

T5 – “Foi difícil, tive recaída na depressão, fiz uso de medicamento, era ruim pra estudar. Não conseguia entender quase nada das disciplinas, quase que reprovei em muitas inclusive”.

T6 – “Foi difícil. Além de ter que me adaptar ao ensino remoto, meu pai ficou desempregado por um tempo, foi apertado dentro de casa. Eu tinha que ajudar nas aulas online do meu irmão enquanto tinha que acompanhar as minhas próprias aulas. A casa era pequena e barulhenta, não tinha espaço e não tinha um lugar tranquilo pra que eu conseguisse me concentrar e estudar”.

T8 – “(...) posso dizer que minha vida ficou um pouco mais cansativa do que antes, já que eu comecei a trabalhar e estudar também, mas foi uma questão de costume”.

Durante a pandemia da COVID-19, a educação superior brasileira passou por uma transformação abrupta, migrando do modelo presencial para o remoto.

As falas e dados coletados no quadro apontam para uma realidade bastante comum entre estudantes universitários durante a pandemia: a dificuldade de adaptação ao ensino remoto, principalmente entre aqueles com histórico de sofrimento psíquico e condições socioeconômicas desfavoráveis. A transição repentina para aulas online escancarou desigualdades já existentes, embora a tecnologia represente um avanço — permitindo, por exemplo, a continuidade das aulas e a oferta de atendimentos psicológicos virtuais — ela também reafirma as desigualdades estruturais. O acesso desigual a recursos como um ambiente silencioso para estudar, conexão estável à internet e equipamentos adequados (computador ou celular com boa performance) tornou-se um fator determinante para o sucesso ou fracasso no ensino remoto.

Vários relatos mostram que o sofrimento psíquico foi agravado, como no caso de T2 e T5, que apontam intensificação da ansiedade e da depressão. Mesmo com tentativas de atendimento psicológico remoto, como relatado por T2 e T6, as dificuldades de acesso (demora no agendamento, número limitado de sessões, falta de continuidade) comprometem a efetividade dessas ações. A própria tentativa frustrada de conseguir atendimento psicológico (como “desisti porque demorou”) evidencia como a tecnologia, sem o devido suporte institucional e sensibilidade às diferentes realidades, pode aprofundar desigualdades. A pandemia não só agravou o sofrimento psíquico entre estudantes, mas evidenciou como o uso da tecnologia, apesar de seus benefícios, pode excluir ainda mais aqueles que já estavam em posição de vulnerabilidade.

Bourdieu (1979) afirma que os indivíduos possuem diferentes quantidades e tipos de capital: econômico, social e cultural. O ensino remoto durante a pandemia exigiu capital tecnológico — dispositivos adequados, conexão à internet, ambiente calmo, que está diretamente vinculado ao capital econômico. Embora a tecnologia represente avanço e democratização do acesso à informação, ela também pode operar como vetor de exclusão quando não se considera o ponto de partida desigual de cada estudante. Como aponta Mbembe (2018), o acesso à cidadania e aos direitos básicos (como educação e saúde) em sociedades marcadas por desigualdade é profundamente desigual. O fracasso em garantir acessos reais aos serviços online, como o atendimento psicológico, reforça essa leitura.

O sofrimento psíquico, intensificado na pandemia, não pode ser interpretado apenas como uma questão individual ou patológica. É também uma expressão coletiva das condições sociais. A intensificação dos quadros de ansiedade, depressão e estresse relatados no quadro reflete a sobrecarga emocional e a desestruturação da rotina e da rede de apoio.

Portanto, a análise das falas mostra que, longe de ser um recurso neutro, a tecnologia na pandemia reafirmou posições sociais. Aqueles que já ocupavam posições mais vulneráveis enfrentaram maiores obstáculos para permanecer nos estudos e cuidar da saúde mental. A desigualdade, portanto, não foi suspensa pela pandemia: ela se intensificou, tornando-se ainda mais visível.

Adaptação institucional

Durante a pandemia de COVID-19, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) implementou diversas adaptações em seus programas de assistência estudantil para atender às novas demandas e garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entre as medidas adotadas, destacam-se:

Auxílio Emergencial: Recurso financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, com dificuldades emergenciais que comprometiam o desenvolvimento das atividades acadêmicas (Serviço de Bolsa, UFV, 2020).

Auxílio de Inclusão Digital: Recurso financeiro para estudantes matriculados no Período Especial Remoto (PER) que residiam em áreas rurais ou sem cobertura adequada de dados móveis, visando garantir o acesso às atividades acadêmicas remotas (Serviço de Bolsa, UFV, 2020).

Auxílio Emergencial de Alimentação e Moradia: Voltado para estudantes que, no início da pandemia, não puderam retornar para suas residências ou que retornaram às atividades presenciais aprovadas pelo CEPE, necessitando de suporte para alimentação e moradia (Serviço de Bolsa, UFV, 2020).

Auxílio Provisório de Apoio ao Estudante: Recurso financeiro temporário para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não estavam recebendo os auxílios emergenciais de alimentação ou moradia, com vigência até dezembro de 2021 (Serviço de Bolsa, UFV, 2020).

Ao serem questionados/as se receberam algum serviço diferente da assistência estudantil durante a pandemia, os/as entrevistados/as apontaram:

Quadro 4 - Serviços e apoio durante a pandemia de COVID-19

Entrevistado/a	Ano de matrícula na UFV	Recebeu algum benefício diferente da assistência estudantil durante a pandemia?	Foi apoiado pelos serviços da assistência estudantil durante a pandemia?
T1	2020	“Sim. Auxílio emergencial”.	“Sim. Se sentiu apoiado financeiramente, mas, “emocionalmente não”.
T2	2019	“Sim. Auxílio digital e continuou com o auxílio moradia”.	“Sim”.
T3	2019	“Não recebeu outras modalidades de bolsas”.	“Sim. Atendimento online na psicossocial”.
T4	2019	“Não. “Poderia ter tido mais opções, tipo um auxílio fixo pra ajudar em casa mesmo, porque teve mês que foi difícil, acaba que os gastos dentro de casa aumentaram um pouco, eu fui uma boca pra alimentar dentro de casa, mesmo trabalhando e tentando ajudar em casa”.	“Durante a pandemia não, mas, durante o ensino presencial sim”.
T5	2019	“Auxílio emergencial”.	“Na questão financeira sim, mas, sentiu falta de atendimento psicológico”.
T6	2019	“Não recebeu outras modalidades de bolsas”.	Sentiu diferença na alimentação porque não tinha o RU.
T7	2018	“Auxílio emergencial”.	“Sim”.
T8	2018	“Não recebeu outras modalidades de bolsas”.	“Sim”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os(as) estudantes relataram muitas dificuldades no período pandêmico, pois, muitos ao voltarem para casa sentiu que “seria mais uma pessoa em casa, aumentando os gastos familiares”. Como já sinalizado, a UFV criou outras modalidades de bolsas e, embora muito importantes, nem todos da assistência estudantil tiveram acesso.

Por fim, os estudantes apontaram sugestões para a melhoria da assistência estudantil, entre as quais se destacam o fortalecimento do apoio psicológico, com ampliação do número de vagas e continuidade dos atendimentos; a oferta de auxílio tecnológico, por meio do empréstimo de equipamentos como notebooks e chips de internet; e a inclusão de serviços complementares, como cestas básicas, produtos de higiene e absorventes. Também foi ressaltada a necessidade de uma divulgação mais clara e acessível dos serviços, pois muitos estudantes desconheciam os procedimentos para solicitar auxílios emergenciais.

CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo destacam a importância do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na promoção da permanência dos estudantes entrevistados. Apesar da identificação de pontos a serem aprimorados, é notória a relevância do Programa para os estudantes da UFV.

Em relação ao objetivo geral deste estudo, os resultados indicam que, dos oito entrevistados, sete já enfrentavam quadros de ansiedade, depressão ou crises de pânico prévios à pandemia, sendo que cinco destes tiveram intensificação dos sintomas durante o isolamento social, associada a sobrecarga acadêmica, incertezas financeiras e fragilização das redes de apoio. Quanto às estratégias de enfrentamento, evidenciou-se que os serviços de assistência estudantil da própria universidade foram o principal recurso acionado, embora com limitações críticas de acesso e continuidade, especialmente no suporte psicológico.

Para o primeiro objetivo específico, cujo foco era avaliar as necessidades emergentes dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante a pandemia constatou-se que as necessidades emergentes dos estudantes incluíram não apenas o acesso a recursos básicos (moradia, alimentação via RU), mas também condições tecnológicas para o ensino remoto (dispositivos adequados, internet estável) e ambientes físicos minimamente adequados para estudos, embora a UFV tenha suprido algumas necessidades, observou-se que existe uma demanda substancial por melhorias, particularmente no pedagógico, no qual algumas demandas não foram atendidas.

Quanto ao segundo objetivo específico, que buscou analisar se os discentes de graduação da UFV, usuários da assistência estudantil, relataram a vivência de sofrimento psíquico antes e durante a pandemia, concluiu-se que, os resultados revelam um cenário complexo e preocupante: antes da pandemia, 7 dos 8 entrevistados já vivenciavam quadros significativos de sofrimento psíquico – segundo as suas percepções –, incluindo crises de ansiedade generalizada (como relatado por T2, T3, T4 e T6), depressão diagnosticada (T5, que inclusive tinha histórico de tentativa de suicídio) e crises de pânico (T1).

Durante a pandemia, observou-se uma intensificação dramática desse quadro: 5 dos 7 estudantes com histórico prévio relataram agravamento expressivo dos sintomas. O isolamento social rompeu vínculos essenciais, enquanto a adaptação abrupta ao ensino remoto gerou sobrecarga acadêmica. Pressões econômicas familiares, como o desemprego, e medos concretos de perda atuaram como gatilhos adicionais. Mesmo entre aqueles sem histórico anterior,

emergiram quadros de desânimo e desengajamento acadêmico diretamente vinculados ao contexto pandêmico.

Fatores estruturais também amplificaram essa crise: a frágil infraestrutura tecnológica forçou estudantes a dependerem exclusivamente de celulares para estudos, gerando frustração e evasão indireta (fatores externos à universidade e ao aluno que podem influenciar a desistência); a necessidade de conciliar estudos com trabalhos informais; e a descontinuidade dos suportes psicológicos que mesmo quando disponíveis, deixou lacunas no cuidado. Teoricamente, esses resultados dialogam com a noção de *Vulnerabilidade Programática* (Ayres, 2003), pois a desarticulação entre serviços universitários e redes públicas de saúde, além de outros serviços das políticas sociais, deixou os estudantes sem alternativas quando o suporte institucional falhou. A pandemia escancarou, como propõe Malagón-Oviedo (2015), a "ontologia da fragilidade" humana, especialmente em contextos de pobreza onde estudantes negros e periféricos, enfrentaram o acúmulo interseccional de adversidades.

O sofrimento psíquico identificado não foi um produto isolado da pandemia, mas sim o agravamento de condições estruturais preexistentes. Deste modo, os dados reforçam que políticas de assistência estudantil não podem dissociar suporte material (moradia, alimentação) e saúde mental, sob risco de comprometer não apenas a permanência universitária, mas a própria integridade existencial desses jovens.

A análise das percepções e experiências dos estudantes sobre os serviços da UFV revelou que, embora os auxílios financeiros (moradia, alimentação) tenham sido decisivos para a permanência universitária, sua insuficiência em alguns casos obrigou os estudantes a complementar a renda com trabalhos informais, prejudicando o desempenho acadêmico. Além disso, os atendimentos psicológicos online, embora existentes, mostraram-se descontínuos e com barreiras operacionais (demora no agendamento, poucas sessões), limitando seu impacto.

Sobre as ações de enfrentamento ao sofrimento psíquico, destacou-se a quase inexistência de busca por serviços municipais de saúde, indicando fragilidade na articulação entre a universidade e a rede pública. As iniciativas individuais (como exercícios físicos) ou o suporte familiar mostraram-se insuficientes diante da gravidade dos quadros. A adaptação institucional da UFV, com criação de auxílios emergenciais (inclusão digital, alimentação), foi avaliada como positiva, porém não universalizada, deixando lacunas no atendimento.

Vale destacar que, a interseccionalidade das vulnerabilidades marcada pelo perfil majoritariamente negro, de baixa renda e periférico dos entrevistados evidenciou como raça, classe e território se entrelaçam na produção do sofrimento psíquico. Conclui-se, portanto, que a pandemia não apenas intensificou o sofrimento psíquico entre os estudantes vulneráveis da

UFV, mas expôs algumas falhas estruturais nos mecanismos de proteção institucional e do próprio Estado brasileiro, que deve ser responsável pelas políticas sociais. Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras sejam realizadas com uma amostra mais ampla e heterogênea de participantes. Além das percepções dos atuais usufruidores e egressos, é importante incluir também a visão dos gestores, assistentes sociais, pedagogas, nutricionistas e demais profissionais envolvidos no planejamento e na implementação do programa.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, G. S.; FERREIRA, J. L. Análise de Conceito e Análise Temática na pesquisa qualitativa em educação. **Debates em Educação**, v. 14, n. 36, p. 358–378, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/13678>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- ALCÂNTARA, V. P.; VIEIRA, C. A. L.; ALVES, S. V. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 351–361, jan. 2022.
- ALMEIDA FILHO, N. Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. In: _____. **Textos de Apoio**. [S.l.: s.n.], 2000. p. 12-24. Disponível em: <<https://...>>. Acesso em: 2 nov. 2024.
- AMARANTE, P. D. C. **Loucos pela vida**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, P. D. C. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- AMARANTE, P. D. C.; OLIVEIRA, W. F. A inclusão da saúde mental no SUS: pequena análise cronológica do movimento da reforma psiquiátrica e perspectivas de integração. **Dynamis Revista Técnico-científica**, Blumenau, v. 12, n. 47, p. 6-21, 2004. Editora da FURB.
- ANTUNES, C. MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 2, n. 1, p. 144-146, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/gmed.v2i1.9611>>.
- ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022. 152 p. ISBN 9786557171585.
- ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 333 p.
- ASSIS, A. D. de; TECHERA, A. Por una América Latina sin manicomios: la construcción de la red latinoamericana de derechos humanos y salud mental. **Hemisferio Izquierdo: debates estratégicos**, Uruguai, 9 out. 2018. Acesso em: 28 nov. 2024.
- AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-139. Acesso em: 23 set. 2024.
- AZEVEDO DEL GIÚDICE, J. Z.; SARAIVA DE LORETO, M. D.; SANTOS DE AZEVEDO, D. O programa de assistência estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 38-67, 2013.
- BAMBIRRA, V. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012. [Original: 1973].

BAPTISTA, A. S. et al. Can children's oral hygiene and sleep routines be compromised during the COVID-19 pandemic? **International Journal of Paediatric Dentistry**, v. 31, n. 1, p. 12-19, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA JUNIOR, B. C. Um apelo à clínica: nem o respaldo da norma, nem o extravio na dor. **Cadernos de Saúde Mental**, v. 1, n.1, p. 23-31, 2007.

BORGES, E. H. N.; GOUVEA, A. P.; BARBOSA, M. L. O. Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Plural**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 60-79, 2022. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.peso.2022.192974. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/plural/article/view/192974>>. Acesso em: 19 set. 2024.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 73-79.

BRAGA, C. A. M.; TAVARES, P. A. Política Nacional de Assistência Estudantil: um comparativo entre UFT e IFTO. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 59, p. 334-343, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2263>. Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 2. ed. São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 2, 9 abr. 2001.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 169, p. 1, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 4, 4 jul. 2024.

BROOKS, S. K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395, p. 912-920, mar. 2020. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8.

CANGUILLHEM, G. **Le normal e le pathologique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1943.

CARVALHO, R. N.; CAVALCANTI, P. B. O debate recente sobre as políticas públicas: o caso da intersetorialidade numa perspectiva compreensiva. **Revista de Políticas Públicas**, v. 17, n.

1, p. 161-170, 2014. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1735>>.

CAVEDON, N. R.; FACHIN, R. C. Homogeneidade versus heterogeneidade cultural: um estudo em universidade pública. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 9, n. 25, p. 61-76, dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/15733>. Acesso em: 28 out. 2024.

CHAUÍ, M. S. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>>.

CHERUBINI, K. G. Modelos históricos de compreensão da loucura: da Antigüidade Clássica a Philippe Pinel. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, n. 1135, 2006.

COMERLATTO, D. et al. Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. **Revista Katálisis**, v. 10, n. 2, p. 265-271, jul. 2007.

CUNHA, L. A. C. R. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

CUNHA, M. A. A. Expectativas de jovens camponeses na universidade: os desafios de uma formação em nível superior. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 263-283, jan./jun. 2011.

CUNHA, S. S. da. **Dicionário compacto de direito**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. 402 p.

DAVIS, M. **O monstro bate à nossa porta**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DEL GIUDICE, J. Z. A. **Programa de Assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG: repercussões nos indicadores acadêmicos e na vida pessoal, familiar e social dos beneficiários**. Viçosa, MG, 2013.

DIAS, A. C. G. et al. Dificuldades percebidas na transição para a universidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 19-30, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902019000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 abr. 2024.

DOULA, S. M. et al. “Estuda, porque na vida de agricultor não aparecem oportunidades”: Educação e mobilidade socioespacial de jovens rurais em Minas Gerais. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)**, v. 8, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2019. ISSN 2359-5116.

DUARTE, E.; FARAGE, E. Desafios do retorno presencial e do financiamento do ensino superior público: lutar e resistir para não “passar a boiada”. **Revista ANDES-SN**, Brasília, jul. 2022.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, M. L. A.; LOPES, S. C. (org.). **A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além de seu tempo**. Brasília: Liber Livros, 2009.

FÁVERO, M. L. A. UDF: uma concepção alternativa de universidade. In: FÁVERO, M. L. A.; LOPES, S. C. (org.). **A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além de seu tempo**. Brasília: Liber Livros, 2009. p. 13-44.

FÁVERO, O. (org.). **A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. M.; SILVEIRA, R. J. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6/7, n. 1/2, p. 246-264, jan./dez. 2006/2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/15733>. Acesso em: 23 out. 2023.

FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo**. Tradução de Gabriel Tupinambá. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, M. **A história da loucura na Idade Clássica**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. [Original: 1961].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1963.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODE, W.; HATT, P. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1973.

GOULART, J. C. Os avanços tecnológicos no século XXI: desafios para os professores na sala de aula. **REEDUC-Revista de Estudos em Educação**, v. 7, n. 2, p. 296-322, 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

HARVEY, D. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HECKSHER, M. Inaudíveis: quem deixou de ser coberto pelas pesquisas telefônicas e diferenças em relação aos registros administrativos. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (org.). **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2022. p. 599-624. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11561/32/218212_LV_Impactos_Cap28.pdf>.

HONORATO, G. et al. Trajetória das desigualdades raciais na educação superior e o acesso às universidades federais sob a Lei de Cotas. In: HERINGER, R.; CARREIRA, D. (org.). **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação UFRJ; Ação Educativa, 2022. cap. 1, p. 35-67.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos de Textos**, [S.l.], 2001. p. 102-104. Disponível em: <<https://...>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Tradução de Sergio Lamarão e Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.18, n.00, e023141, 2023.e-ISSN:1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.17958>.

MACEDO, A. R. de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 13, n. 47, p. 127–148, jan. 2005.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47–69, jan. 2006.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 16, ago. 2018.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas**. Ponta Grossa: UEPG, 2015. Disponível em: <<https://...>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

MARMOT, M.; ALLEN, J. COVID-19: exposing and amplifying inequalities. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 74, n. 9, p. 681–682, set. 2020.

MARTELLO, A.; SANT'ANA, J.; LIMA, B. Governo enviará PEC no 2º semestre para mudar piso de gastos em saúde e educação, diz secretário do Tesouro. **G1**, Brasília, n. 2, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2023/04/11/governo-enviara-pec-no-2o-semester-para-mudar-piso-de-gastos-em-saude-e-educacao-diz-secretario-do-tesouro.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, supl. 3, p. 4–6, 2002.

MARTINS, C. B.; VIEIRA, M. M. **Educação superior e os desafios no novo século: contextos e diálogos Brasil-Portugal**. Brasília: Editora da UnB, 2014. (No prelo).

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. 3. reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

NORDENFELT, L. **Action, ability and health: essays in the philosophy of action and welfare**. Dordrecht: Kluwer, 2000.

NORDENFELT, L. **Health, science and ordinary language**. New York: Editions Rodopi, 2001.

NORDENFELT, L. Introduction. In: NORDENFELT, L. (Ed.). **Concepts and measurement of quality of life in health care**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994. p. 1-15.

NORDENFELT, L. **On the nature of health: an action-theoretic approach**. Dordrecht: Reidel, 1995.

OLIVEIRA, G. G. V. de. **Cláusulas pétreas financeiras e tributárias**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002. p. 31-42.

OSSE, C. M. C.; COSTA, I. I. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 28, n. 1, p. 115-122, jan. 2011.

OVIEDO, R. A. M.; CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, p. 237-250, abr. 2015.

PALTIEL, A. D.; ZHENG, A.; SAX, P. E. Clinical and economic effects of widespread rapid testing to decrease SARS-CoV-2 transmission. **Annals of Internal Medicine**, v. 174, n. 6, p. 803-810, 2021. DOI: 10.7326/M21-0510.

PANIZZON, M.; COSTA, C.; MEDEIROS, I. Práticas das universidades federais no combate à COVID-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 635-649, 2020. doi: 10.1590/0034-761220200378.

PEREIRA, G.; ORTIGÃO, M. I. R. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Periferia**, v. 8, n. 1, p. 1-16, 2016. DOI 10.12957/periferia.2016.27341. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/periferia.2016.27341>.

PEREIRA, T. I. (Org.). **Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado**. Erechim: Evangraf, 2014.

PRESTES, E. M. T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A. C. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, v. 21, n. 21, p. 199-218, 2012.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, criado pelo Decreto nº 62.937/6. Rio de Janeiro: MEC/MPCG/MF, ago. 1968.

RODRIGUES, M. L. O Programa Universidade para Todos: limites e proposições. [s.l.], [s.d.].

RONSONI, M. L. Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim. In: PEREIRA, T. I. (Ed.). **Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado**. Erechim: Evangraf, 2014. p. 17-31.

ROQUETE DE MACEDO, A. R. et al. Educação Superior no século XXI e a reforma Universitária Brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 13, n. 47, p. 127-148, 2005.

RUZZI, M. C. M. Intersetorialidade na implementação de políticas sociais. In: **Anais do 7º Encontro de Administração Pública e Governança**. São Paulo, nov. 2016.

SANTOS, P. R. dos. Aulas de Matemática na pandemia: da violência de gênero ao uso do WhatsApp. In: BAZZONI, C.; FROCHTENGARTEN, F. (org.). **Rede de saberes: a EJA no Colégio Santa Cruz**. São Paulo: Colégio Santa Cruz, 2021. p. 222-231.

SAVIANI, D. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poésis Pedagógica, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.

SAVIANI, D. A questão da reforma universitária. **Educação & Linguagem**, ano 7, n. 10, p. 42-67, 2004.

SAVIANI, D. O futuro da universidade entre o possível e o desejável. **Fórum Sabedoria Universitária**, Unicamp, Campinas, 2009.

SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCLIAR, M. O nascimento da melancolia. **Ide (São Paulo)**, v. 31, n. 47, p. 133-138, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200024. Acesso em: 4 nov. 2024.

SENADO FEDERAL – Agência Senado. Após 20 anos, reforma psiquiátrica ainda divide opiniões. Brasília, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/06/apos-20-anos-reforma-psiquiatrica-ainda-divide-opinioes>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SOARES, A. B.; BALDEZ, M. O. M.; MELLO, T. V. S. Vivências acadêmicas em estudantes universitários do estado do Rio de Janeiro. **Interação em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 59-69, 2011. doi: 10.5380/psi.v15i1.16049.

SOUZA, A. G.; EVANGELISTA, O. Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. **Contrapoder**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SOUZA, G. G.; CURY, V. E. A experiência de estudantes sobre a atenção psicológica disponibilizada na universidade. **Memorandum**, v. 28, p. 221–239, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6466>. Acesso em: 29 maio 2024.

SOUZA, W. F. Intersetorialidade e transversalidade em políticas públicas para as juventudes no Brasil. In: **Anais do 8º Congresso Latino-Americano de Ciência Política**. Lima, jul. 2015.

STROPASOLAS, V. L. Redefinições nos processos de socialização das crianças rurais. 2011. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/artigo_271.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

— Lessard, Claude. *Le travail enseignant au quotidien. Experience, infractions humaines et dilemmes professionnels*. Paris: DeBoeck, 1999.

— O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 27-51.

TORRE, E. H. G.; AMARANTE, P. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 73-85, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232001000100006>.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em:

<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VENÂNCIO, L. et al. Relações com os saberes e experiências (auto)formativas na educação física: perspectivas docentes ao confrontar injustiças sociais em situações adversas de ensino e aprendizagem. **Movimento**, v. 28, p. 228020, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report - 78**. Geneva: WHO, 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200407-sitrep-78-covid-19.pdf>. Acesso em 28 abr. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Report of the WHO-China joint mission on coronavirus disease 2019 (COVID-19)**. Geneva: WHO, 2020b. Disponível em: [https://www.who.int/publications/i/item/report-of-the-who-china-joint-mission-on-coronavirus-disease-2019-\(covid-19\)](https://www.who.int/publications/i/item/report-of-the-who-china-joint-mission-on-coronavirus-disease-2019-(covid-19)). Acesso em 28 abr. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Risk reduction and emergency preparedness: World Health Organization six-year strategy for the health sector and community capacity development**. Geneva: WHO, 2007. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43736>. Acesso em 28 abr. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES NO CATÁLOGO DA CAPES SOBRE O TEMA

1. AGUIAR, FILIPE CARRILHO DE. **ANÁLISE DO IMPACTO NA MENSURAÇÃO DOS CUSTOS NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19'** 30/10/2023 99 f. Doutorado Profissional em Gestão e Economia da Saúde Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE.
2. ALMEIDA, ANDREI TEIXEIRA. **Insegurança Alimentar e saúde mental de universitários brasileiros no contexto da pandemia da COVID-19'** 18/12/2023 undefined f. Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined.
3. ALMEIDA, GIBRAN SARMENTO DE. **ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DOS RESÍDUOS DE SAÚDE EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO: INTERFACE COM A PANDEMIA DA COVID-19'** 29/03/2022 107 f. Doutorado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande Biblioteca Depositária: UFCG.
4. ALMEIDA, MANUELA DA COSTA GONCALVES DE. **Rastreo dos Sintomas Psicológicos apresentados por estudantes universitários da PUC-Rio durante a pandemia da COVID-19'** 07/04/2022 97 f. Mestrado em PSICOLOGIA (PSICOLOGIA CLÍNICA) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC-RIO.
5. ALMEIDA, RAFAELA CRISTINA DE. **TRADUÇÃO, ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E VALIDAÇÃO DA VERSÃO EM PORTUGUÊS DO BRASIL DA ESCALA DE MEDO E ESCALA DE DESCONTROLE RELACIONADO À COVID-19: UM ESTUDO MULTICÊNTRICO'** 17/10/2022 97 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: undefined.
6. ALMEIDA, RAIMUNDO BITTENCOURT DE. **Terapia de aceitação e compromisso (act) em grupo online para o manejo de ansiedade entre universitários no contexto da pandemia covid-19: um ensaio clínico randomizado'** 30/10/2022 98 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande Biblioteca Depositária: <https://argo.furg.br/?BDTD>.
7. ALVAREZ, ALESSANDRA FIUZA HOELZ. **Resistência a antimicrobianos em amostras de infecção e colonização por *Klebsiella pneumoniae* em pacientes admitidos em UTI de hospital universitário durante a pandemia de covid-19'** 16/04/2023 86 f. Mestrado em CIÊNCIAS (MICROBIOLOGIA) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do Instituto de Microbiologia Paulo de Góes.

8. ALVES, LILIAN SANTOS DA SILVA. **Análise de frequência de coinfeção pelo herpesvírus em pacientes com COVID-19 internados no Hospital Universitário Antônio Pedro, Niterói-RJ** ' 06/06/2021 undefined f. Mestrado em PATOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: <https://app.uff.br/riuff/>.
9. ALVES, LIZIANE PEREIRA DE MELO. **ABSENTEÍSMO DECORRENTE DA COVID-19 NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS NO INÍCIO DA PANDEMIA NO BRASIL**' 26/01/2023 79 f. Mestrado em Saúde Coletiva Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA.
10. ALVES, LUCAS DE OLIVEIRA. **Variação do comportamento sedentário e do consumo de alimentos ultraprocessados pré e durante a pandemia e sua associação com a mudança de índice de massa corporal entre estudantes universitários**' 07/12/2023 80 f. Mestrado em EDUCAÇÃO FÍSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: undefined.
11. AMORIM, MARILIA RAFAELA OLIVEIRA REQUIAO MELO. **TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**' 22/08/2021 152 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Universidade Católica de Brasília.
12. AMORIM, ROSIANE OLIVEIRA DE. **POR UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA: práticas colaborativas e desenvolvimento de agência de pessoas com deficiência para a transformação da realidade**' 09/08/2023 undefined f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: undefined.
13. ANDRADE, RENATA FRATESCHI DE. **Efeito do treinamento baseado em mindfulness no engajamento no trabalho de lideranças em saúde em um hospital universitário em combate ao COVID-19.**' 25/04/2022 undefined f. Mestrado Profissional em Gestão de Organizações de Saúde Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (RIBEIRÃO PRETO), Ribeirão Preto Biblioteca Depositária: Biblioteca USP.
14. ANJOS, NISLEY DE SOUSA TOCCHIO DOS. **O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA.** ' 12/04/2022 50 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA.
15. ANNA, MONALISA VIANA SANT. **INDICADORES DE QUALIDADE EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA PANDEMIA DA COVID-19 EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO**' 18/12/2022 undefined f. Mestrado em ENFERMAGEM E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined.

16. BALDO, KARINA. **ALTERAÇÕES NO COMPORTAMENTO ALIMENTAR E NÍVEIS DE ESTRESSE, ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 05/12/2021 77 f. Mestrado em CIÊNCIAS APLICADAS A SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, Francisco Beltrão Biblioteca Depositária: Unioeste-campus de Francisco Beltrão/CCS.

17. BARBALHO, LUIZ EDUARDO MOURA. **O ESTADO FRENTE À VULNERABILIDADE SOCIAL: O PAPEL DA UFERSA CAMPUS ANGICOS NO COMBATE A VULNERABILIDADE POR MEIO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA'** 30/03/2023 205 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Orlando Teixeira.

18. BARBOSA, BRUNA CAROLINA RAFAEL. **Coocorrência de comportamentos obesogênicos e sintomas de ansiedade e depressão durante os meses iniciais da pandemia da covid-19: PADu-COVID, um estudo com universitários'** 21/03/2022 98 f. Mestrado em Saúde e Nutrição Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Ouro Preto Biblioteca Depositária: Biblioteca da ENUT/UFOP.

19. BARBOSA, CASSIA DE OLIVEIRA CANEDO. **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA COVID-19: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO'** 14/08/2022 73 f. Mestrado Profissional em GESTÃO ORGANIZACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO, Catalão Biblioteca Depositária: undefined.

20. BARROS, CLEYTON SERGIO DE OLIVEIRA. **INFLUÊNCIA DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO ACADÊMICO, EVASÃO E RETENÇÃO DOS DISCENTES COTISTAS ASSISTIDOS NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA UFPB'** 28/07/2022 97 f. Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: UFPB – Biblioteca Central.

21. BARROS, SIMONE REGINA ALVES DE FREITAS. **A RESPOSTA DA GOVERNANÇA PÚBLICA EM SAÚDE DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DIANTE DAS DEMANDAS DE SAÚDE MENTAL DURANTE A SINDEMIA DA COVID-19'** 30/11/2023 102 f. Doutorado em SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MACEIÓ, Maceió Biblioteca Depositária: Catalogação na fonte: Biblioteca do Centro Universitário de Maceió, Unima | Afya.

22. BATISTA, ANTONIA MANUELA DE SA. **PRÁTICAS ALIMENTARES E PREVALÊNCIA DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19'** 18/06/2023 116 f. Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos

Instituição de Ensino: INSTITUTO FED. DE EDUC., CIÊNC. E TECN. DO TRIÂNGULO MINEIRO, Uberaba Biblioteca Depositária: Biblioteca "Fádua Aidar Bichuette". IFTM Campus Uberaba.

23. BAUMSTEIN, CAIO WOLFF RAMOS. **ALTERAÇÃO DE PALADAR E/OU OLFATO EM PACIENTES INTERNADOS POR COVID-19 EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, CLÍNICO-NUTRICIONAIS E PROGNÓSTICO.**' 27/03/2023 64 f. Mestrado em ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Faculdade de Medicina UFRGS.

24. BISPO, LETICIA DE SOUSA. **Estilo de vida de estudantes universitários no período da pandemia de COVID-19: o desafio para a promoção da saúde'** 30/05/2023 97 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UERJ/REDE SIRIUS/CBB.

25. BRASIL, MARIA HELLENA FERREIRA. **COMPORTAMENTO SEXUAL DE UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DE MÉTODO MISTO'** 26/02/2023 73 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

26. BRIZIDIO, JOSILAINE CRISTINA. **EI GESTOR, VAMOS CONVERSAR? A INCLUSÃO DE UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA '** 12/11/2023 undefined f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, Porto Velho Biblioteca Depositária: undefined.

27. BROGNOLI, PAULA CALDAS. **Vivências e Subjetividades do Trabalho Docente Universitário Durante a Pandemia de Covid-19'** 07/12/2023 117 f. Mestrado em TECNOLOGIA E SOCIEDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: RIUT UTFPR.

28. BRUNO, THAIS CALCAGNO VIDON. **Percepção de suporte social, consumo alimentar e ganho de peso em estudantes universitários durante a pandemia de Covid-19: Estudo PADu- Covid'** 14/02/2023 125 f. Mestrado em Saúde e Nutrição Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Ouro Preto Biblioteca Depositária: Biblioteca da ENUT/UFOP.

29. CABRAL, MADERSON ALVARES DE SOUZA. **"Covid-19: Fatores associados à mortalidade e ao tempo de sobrevida intra hospitalar em um Hospital Universitário em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil"** 14/12/2022 undefined f. Mestrado em INFECTOLOGIA E MEDICINA TROPICAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: undefined.

30. CADAVAL, PRISCILA MARQUES. **Representações Sociais de Universitários sobre a Saúde Emocional no Contexto da Pandemia da COVID-19.** ' 15/11/2022 88 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial da Área Acadêmica da Saúde – FURG.

31. CALDAS, FABIANA BOTELHO. **Saúde mental e subjetividade de trabalhadores-estudantes, membros de empresa júnior, durante a pandemia da Covid-19 no Brasil'** 27/02/2023 101 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFAM - <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9620>.

32. CALDAS, SEBASTIAO DE OLIVEIRA GUIMARAES. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE-DOENÇA DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DE SAÚDE HUMANA EM ÉPOCA DE PANDEMIA DA COVID-19'** 06/12/2023 136 f. Mestrado em GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS, Varginha Biblioteca Depositária: Biblioteca Monsenhor Domingos Prado da Fonseca.

33. CAMBOIM, LIENA KALLINE VITOR. **Associação entre comportamentos de movimento de 24 horas e ansiedade em universitários no período da pandemia da COVID-19'** 23/02/2023 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, Ilhéus Biblioteca Depositária: undefined.

34. CAMPOS, ELEN VILLEGAS. **DOCENTES UNIVERSITÁRIOS: SATISFAÇÃO NO TRABALHO PRÉ-PANDEMIA COVID-19 E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PANDEMIA'** 12/09/2023 459 f. Doutorado em SAÚDE E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO CENTRO-OESTE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande Biblioteca Depositária: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.

35. CANTELE, JULIANA. **Comportamento alimentar de estudantes universitários durante as medidas restritivas impostas pela Pandemia da Covid-19.** ' 28/04/2022 1 f. Doutorado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC.

36. CARDIM, DENIZE LUIZ. **PROGRAMA PASSAPORTE UNIVERSITÁRIO EM MARICÁ/RJ: CONTRADIÇÕES SOCIAIS E DESAFIOS EDUCACIONAIS DOS ESTUDANTES BOLSISTAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 29/09/2022 86 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Centro I.

37. CARDOZO, JEAN DA SILVA. **ASSOCIAÇÕES ENTRE ESTRESSE, ANSIEDADE, DEPRESSÃO E QUALIDADE DO SONO COM O COMPORTAMENTO ALIMENTAR E RENDIMENTO ACADÊMICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, NO PERÍODO DE AULAS REMOTAS'** 08/03/2022 101 f. Mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO

SÃO FRANCISCO, Petrolina Biblioteca Depositária: Biblioteca do campus Sede, Centro, Petrolina-PE.

38. CARNEIRO, PRISCILLA RODRIGUES CAMINHA. **ADAPTAÇÃO ACADÊMICA E QUALIDADE DE VIDA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**' 09/03/2022 undefined f. Mestrado em ENSINO EM CIÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - PALMAS, Palmas Biblioteca Depositária: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/12>.

39. CAROCCINI, THIAGO PORTELA. **AVALIAÇÃO DA RESILIÊNCIA E O SIGNIFICADO DO TRABALHO EM ENFERMEIROS NO CONTEXTO HOSPITALAR DA PANDEMIA DE covid-19**' 23/04/2023 152 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblac.

40. CARVALHO, ADRIANA ASSIS. **Qualidade de Vida de Estudantes Universitários: Efeitos da Pandemia, Intervenção Psicoeducativa e Reflexões sobre o Sistema Familiar**' 15/10/2023 undefined f. Doutorado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: undefined.

41. CARVALHO, CARLA JESUS DE. **SAÚDE MENTAL E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID 19**' 30/09/2021 95 f. Mestrado em Psicologia da Saúde Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA, Campina Grande Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Campina Grande.

42. CARVALHO, EVELYN RAQUEL. **Análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) Através das Equipes Pedagógicas No IFPR: Possibilidades e Desafios**' 14/12/2023 undefined f. Doutorado em TECNOLOGIA E SOCIEDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: undefined.

43. CARVALHO, ROSEANE COSTA DE. **As competências socioemocionais em docentes universitários na pandemia e estratégias de enfrentamento**' 14/12/2022 115 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE IBIRAPUERA, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Ibirapuera.

44. CAVALCANTI, ROSANGELA WOJDELA. **Por Entre Labirintos: As Barreiras E Os Desafios Vivenciados Pelas Estudantes Assistidas Pelo Programa De Assistência Estudantil Dos Cursos De Engenharia Da Universidade Tecnológica Federal Do Paraná - Campus Curitiba**' 11/12/2022 223 f. Doutorado em TECNOLOGIA E SOCIEDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/31109>.

45. COSTA, RAQUEL VIEIRA DA LUZ. **Comportamento alimentar de estudantes universitários durante as medidas restritivas impostas pela**

Pandemia da Covid-19. 25/04/2022 175 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC.

46. COSTA, SERGIO EDUARDO JERONIMO. **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19** 26/02/2023 60 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

47. COUTINHO, ANNA JULIE DE MELLO. **PREVALÊNCIA DE SÍNDROME DE BURNOUT E SINTOMAS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE SANTA CATARINA NA PANDEMIA DE COVID-19** 26/02/2023 undefined f. Mestrado em NEUROCIÊNCIAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: undefined.

48. COUTO, CARINA DO CARMO. **PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: O IMPACTO DO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS PÓS – PANDEMIA DO COVID - 19** 11/01/2023 54 f. Mestrado em PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIEDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, Canoas Biblioteca Depositária: Universidade Luterana do Brasil.

49. CRESCENTE, LARA VILLANOVA. **Avaliação da conformidade das informações relacionadas às comorbidades de pacientes com COVID-19 notificados no sistema de vigilância SIVEP-GRIPE em relação aos registros assistenciais de um hospital universitário** 13/08/2023 undefined f. Mestrado em EPIDEMIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: FAMED.

50. CUNHA, JULIANA LIMA DA. **Fadiga por compaixão e engajamento no trabalho em profissionais de enfermagem durante a pandemia de covid-19** 15/12/2022 61 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial da Área Acadêmica da Saúde – FURG.

51. CUNHA, QUEZIA BOEIRA DA. **ADESÃO ÀS PRECAUÇÕES PADRÃO E INFECÇÃO POR SARS-CoV-2 EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19** 14/07/2022 232 f. Doutorado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM.

52. CUNHA, SIMONE GRAZIELE SILVA. **PROBLEMAS ÉTICOS NA PANDEMIA DA COVID-19: VISÃO DE ENFERMEIROS GESTORES EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO** 03/04/2023 undefined f. Doutorado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: J. Baeta Vianna.

53. DANIEL, MARINA MARTINS. **VARIAÇÕES DE PESO CORPORAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: ESTUDO LONGITUDINAL** 28/02/2023 91 f. Mestrado

em NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Lavras Biblioteca Depositária: undefined.

54. DANTAS, SAMILLA FERREIRA. **EFICIÊNCIA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO SARS-COV-2'** 25/06/2023 98 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: FEAAC.

55. DANTAS, SAMILLY COSTA. **Estilo de vida e comportamento alimentar de universitários durante o período da pandemia de COVID-19'** 02/08/2022 103 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

56. DANTAS, ZILMARA DE SOUZA. **OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS GRADUANDOS DA ÁREA DA SAÚDE UNIFESP- CAMPUS BAIXADA SANTISTA'** 14/06/2022 71 f. Mestrado Profissional em ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/64067>.

57. DEMARCHI, STEPHANIA MENDES. **TRABALHO EM SAÚDE SOB O OLHAR DE QUEM CUIDA: EXPERIÊNCIA DAS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SOB O CONTEXTO DA COVID-19'** 04/12/2023 264 f. Doutorado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da Ufes.

58. DIAS, CLARISSA DE AGUIAR. **A pandemia de COVID-19 e o ensino odontológico: um estudo com universitários brasileiros'** 09/03/2021 74 f. Mestrado em ODONTOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, Pelotas Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial da Odontologia.

59. DUPONT, LETICIA. **MANIFESTAÇÕES CUTÂNEAS EM PACIENTES COM COVID-19 TRATADOS EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NO SUL DO BRASIL'** 26/06/2023 51 f. Mestrado em PATOLOGIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Paulo Lacerda de Azevedo.

60. EINSFELD, EDUARDO BONILHA. **ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO COM A ADOÇÃO DO TELETRABALHO: O CASO DA FURG EM COMPARAÇÃO ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL'** 25/06/2023 108 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Brasília Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

61. FAGUNDES, ANGELICA TRINDADE. **Saúde mental dos estudantes universitários: características sociodemográficas e o novo contexto da pandemia da COVID-19'** 01/07/2021 128 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição

de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, Pelotas Biblioteca Depositária: Biblioteca Campus Porto UFPel.

62. FERNANDES, ANA REGINA RAMOS AZEVEDO. **O clima de segurança no centro cirúrgico de hospital universitário em tempos de pandemia da COVID-19'** 04/04/2022 124 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UERJ/REDE SIRIUS/CBB.

63. FERNANDES, FAUSTO ROCHA. **O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: UM DESTAQUE PARA AS REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DE COVID-19'** 02/08/2023 62 f. Mestrado em PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIEDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, Canoas Biblioteca Depositária: Universidade Luterana do Brasil.

64. FERNANDES, NATIELI FLORES. **RAZÕES HEMATOLÓGICAS EM PACIENTES COM COVID-19 INTERNADOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA - RS'** 13/10/2022 64 f. Mestrado em CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

65. FERNANDES, NEILA FERNANDA OLIVEIRA. **A EMERGÊNCIA DO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: os desafios da permanência de estudantes do ensino técnico de nível médio no Fluminense'** 23/03/2023 157 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, Taubaté Biblioteca Depositária: SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS – SIBi.

66. FERREIRA, LAIANE TAVARES DE JESUS. **Impacto da COVID-19 sobre a rotina de trabalho dos docentes universitários e as consequências na saúde mental e nos ritmos biológicos'** 26/06/2023 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, Ilhéus Biblioteca Depositária: undefined.

67. FERREIRA, MAYLA STELLA DO NASCIMENTO. **O DESFINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS PANDÊMICOS: implicações na permanência e conclusão nos cursos de graduação pelos/as estudantes assistidos/as pelo Programa de Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco.** 23/08/2023 162 f. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA, Campina Grande Biblioteca Depositária: Sistema Integrado de Bibliotecas – UEPB.

68. FIGUEIRA, LARISSA RICARDO. **Perfil de docentes universitários e indicadores de absenteísmo - doença no período da pandemia COVID-19'** 30/07/2023 69 f. Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - REITORIA, Campo Mourão Biblioteca Depositária: Biblioteca da Unespar- Campus Campo Mourão.

69. FILHA, ROSA PETRUS DOS SANTOS. **O ENSINO UNIVERSITÁRIO DE ERGONOMIA NA PANDEMIA COVID 19: A DISCIPLINA ENGENHARIA DO**

TRABALHO NA ESCOLA POLITÉCNICA DA UFRJ' 30/07/2023 undefined f. Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: undefined.

70. FIORELLI, KATIANA. **BEM-ESTAR SUBJETIVO DE UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL DEVIDO À PANDEMIA DA COVID-19'** 11/05/2022 66 f. Mestrado em Biociências e Saúde Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, Joaçaba Biblioteca Depositária: Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.

71. FIUSA, JESSIKA MEHRET. **COVID-19: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO, TRATAMENTO CLÍNICO E FISIOTERAPÊUTICO DURANTE A INTERNAÇÃO EM UM HOSPITAL TERCIÁRIO'** 22/04/2021 96 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Estadual de Londrina.

72. FONSECA, RENATA ELIZABETE PAGOTTI DA. **INTERRUPÇÕES E DISTRAÇÕES NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA-COVID-19 EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO'** 17/08/2022 169 f. Doutorado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca Depositária: Repositório UFSCar.

73. FRANCO, ALAIANA MARINHO. **PREVALÊNCIA DE EVASÃO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E FATORES ASSOCIADOS: Uma revisão sistemática'** 29/05/2023 undefined f. Mestrado em ENSINO EM CIÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - PALMAS, Palmas Biblioteca Depositária: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1031?author_page=2.

74. FRAZAO, CRISTIANE DA SILVA COSTA. **ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA PRECEPTORIA EM SAÚDE NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY'** 25/02/2021 116 f. Mestrado Profissional em POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB.

75. FREITAS, POLIANA DE LIMA. **Construção e validação do instrumento LAND – IES COVID-19 para avaliar a ansiedade em docentes universitários'** 29/08/2022 144 f. Mestrado em CIÊNCIAS EM SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Sinop Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT.

76. GAFFORELLI, LEONARDO GONCALVES. **RESILIÊNCIA E ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO NA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS'** 26/07/2023 132 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEEVALE, Novo Hamburgo Biblioteca Depositária: Paulo Sergio Gusmão.

77. GALVAO, ANA PATRICIA FONSECA COELHO. **Saúde mental do estudante universitário: Fatores de vulnerabilidade durante a pandemia covid-19'**

07/12/2022 103 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA SANTA CASA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined.

78. GALVAO, LIANA LETICIA PAULINO. **QUALIDADE DA DIETA E FATORES ASSOCIADOS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: resultados do estudo multicêntrico BRAZUCA-covid'** 13/12/2023 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: undefined.

79. GAMA, BARBARA PERES. **AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DO PACIENTE SOB SUA PERSPECTIVA NA PANDEMIA DE COVID-19'** 01/08/2023 153 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblac.

80. GIMO, WAGNER ALCINO FRANCISCO JOSSIA. **ESTUDO DAS FRATURAS MAXILOFACIAIS NO PERÍODO ANTERIOR E DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO DA CIDADE DE CURITIBA, SUL DO BRASIL'** 31/08/2022 27 f. Mestrado em ODONTOLOGIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: PUCPR.

81. GONCALVES, LUCIANE SUELEN. **POTENCIAIS FATORES ATENUADORES DA ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: O PAPEL DA AUTOCOMPAIXÃO'** 28/10/2021 88 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João Del Rei Biblioteca Depositária: undefined.

82. GOTTARDI, NATALIA RUBIM DE MEDEIROS. **Comer transtornado e fatores associados em universitários durante a primeira onda da pandemia da COVID-19'** 28/04/2022 82 f. Mestrado em NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do CCS.

83. GOVEIA, JEAN CARLOS DE. **ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 SOB A ÓTICA DA CIENTOMETRIA'** 21/09/2023 68 f. Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UEPG.

84. GUSSONI, MARISTELA THOMAZETTO. **CRONOTIPO E CARACTERÍSTICAS DA ALIMENTAÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA COVID-19'** 15/08/2022 79 f. Mestrado Profissional em GESTÃO ORGANIZACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO, Catalão Biblioteca Depositária: undefined.

85. HELENO, VERONICA OLIVEIRA DA SILVA. **DESAFIOS DAS GESTORAS DA REDE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE/POLO**

BAHIA PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DO PACIENTE DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19' 20/06/2021 undefined f. Mestrado em ENFERMAGEM E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined.

86. HUCALO, ANA PAULA. **QUALIDADE DE VIDA E FATORES ASSOCIADOS EM AGENTES UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE A PARTIR DAS MUDANÇAS DECORRENTES DA PANDEMIA'** 14/02/2022 100 f. Mestrado em DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, Irtati Biblioteca Depositária: BDTD Irtati.

87. IRINEU, BIANCA STEFANI ALEXANDRE. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS EM TEMPOS DE CALAMIDADE SANITÁRIA DE COVID-19'** 01/08/2022 149 f. Mestrado em POLÍTICA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB.

88. JANNUZZI, JORGE HENRIQUE KOTHE. **Fatores associados ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre universitários durante a pandemia de Covid-19'** 01/09/2021 102 f. Mestrado Profissional em Saúde da Família Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Universidade Federal de Ouro Preto.

89. JESUS, ADRIANA SANTOS MALHEIROS DE. **IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID 19 PARA SONO, SONOLÊNCIA E ESTRESSE EM UNIVERSITÁRIOS DE ODONTOLOGIA: ESTUDO LONGITUDINAL'** 29/06/2023 76 f. Doutorado em ODONTOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CEUMA, São Luís Biblioteca Depositária: UNICEUMA.

90. JUNIOR, ANDRE EDUARDO DA SILVA. **PREVALÊNCIA DE ADIÇÃO POR ALIMENTOS E SUA ASSOCIAÇÃO COM ANSIEDADE, DEPRESSÃO, ADESÃO ÀS MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL E MARCADORES DE CONSUMO ALIMENTAR EM UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO NACIONAL'** 30/03/2022 undefined f. Mestrado em NUTRIÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined.

91. JUNIOR, ARMANDO MACENA DE LIMA. **SINTOMAS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE, ESTRESSE E NÍVEIS DE QUALIDADE DE VIDA ENTRE ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA BRASILEIROS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19'** 13/04/2023 101 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC.

92. JUNIOR, HAMILTON MENDES DA SILVA. **CARACTERIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES ALIMENTARES E PSICOLÓGICAS EM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE NUTRIÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 28/06/2022 99 f. Mestrado Profissional em NUTRIÇÃO DO NASCIMENTO À ADOLESCÊNCIA Instituição de Ensino: CENTRO

UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO, São Paulo Biblioteca Depositária: Padre Inocente Radrizzani.

93. JUNIOR, RADAEL REZENDE RODRIGUES. **Relação entre videogames de ação, atenção ao momento presente, autorreflexão e medo da COVID-19: pesquisa exploratória com universitários'** 18/11/2021 188 f. Doutorado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFES.

94. JUNIOR, SERGIO ROBERTO LEAL DE SOUZA. **TRANSPORTE POR APLICATIVO E TRANSPORTE PÚBLICO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO RECIFE ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA DA COVID-19'** 24/03/2022 175 f. Mestrado em ENGENHARIA CIVIL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL UFPE.

95. KANNO, DANILO TOSHIO. **IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO TRATAMENTO CIRÚRGICO DO CÂNCER COLORRETAL NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS'** 23/02/2023 124 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, Bragança Paulista Biblioteca Depositária: Biblioteca São Boaventura.

96. KLEMMANN, DOUGLAS. **CARGAS DE TRABALHO DOS ENFERMEIROS DA PEDIATRIA DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NA PANDEMIA DA COVID-19'** 04/12/2023 95 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPR.

97. LEHNEMANN, ELISABETE DE SOUZA MARTINS. **Um estudo sobre os Custos dos Procedimentos Ambulatoriais do Serviço de Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE em função do Impacto Pandêmico'** 19/12/2023 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS CONTÁBEIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: undefined.

98. LEITE, ANA CAROLINA COSTA BENEVIDES. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: Uma análise a partir da oferta do auxílio instrumental para os estudantes de origem popular da UFRN (2020-2021)'** 22/02/2023 106 f. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE.

99. LEITE, ELTON SARAIVA. **A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS (IFTO) FRENTE AO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA CRISE SANITÁRIA DA SARS-COV-2 (COVID-19)'** 20/12/2022 170 f. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC GOIÁS.

100. LIEBERENZ, FRANCYELLE SAMBUC. **"SUPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL COM CURCUMA LONGA E FUNÇÕES EXECUTIVAS: uma investigação em jovens universitários durante a pandemia de COVID-19"** 02/11/2021 55 f.

Mestrado Profissional em TECNOLOGIA, AMBIENTE E SOCIEDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, Teófilo Otoni Biblioteca Depositária: UFVJM.

101. LIMA, ALINE DAIANE DOS REIS. **Avaliação da implantação do Plano de Contingência do Hospital Universitário de Brasília para o enfrentamento da pandemia de covid-19**' 09/02/2023 137 f. Mestrado em MEDICINA TROPICAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

102. LIMA, GRAZIELE PIRES. **ANÁLISE DO PERFIL DE PESSOAS IDOSAS APÓS COVID-19 E PERSPECTIVAS DO CUIDADO: UM ESTUDO REALIZADO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**' 21/12/2022 89 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

103. LIMA, JOSEANA SIMONE DECKMANN. **O mal-estar do professor universitário: das demandas do ensino em tempo de pandemia**' 26/09/2021 107 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE IBIRAPUERA, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined.

104. LIMA, JOSSE MARIA MELO. **VALIDAÇÃO DE UMA MATRIZ AVALIATIVA DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19** ' 18/10/2022 undefined f. Mestrado em ENFERMAGEM E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined.

105. LIMA, THAINARA ADRIELLI BEZERRA. **ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS**' 12/03/2023 107 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblac.

106. LIMA, THAYNNA SANDY SOUZA. **METACOGNIÇÃO E EMOÇÕES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**' 06/07/2021 95 f. Mestrado em COGNIÇÃO, TECNOLOGIAS E INSTITUIÇÕES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, Mossoró Biblioteca Depositária: Biblioteca Orlando Teixeira.

107. LOPES, DALILA SOUSA. **ESTRESSE OCUPACIONAL E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA**' 26/02/2023 undefined f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO, Petrolina Biblioteca Depositária: undefined.

108. MACEDO, CLAUDIA. **FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O ENSINO REMOTO: REINVENÇÃO E DESAFIOS PARA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19**' 07/11/2022 198 f. Doutorado em Ciências e

Biotecnologia Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca do campus do Valonguinho.

109. MACIEL, FRANCINE VILLELA. **QUALIDADE DO SONO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E ASSOCIAÇÕES COM CONTEXTO PANDÊMICO (COVID-19)** ' 17/10/2021 156 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande Biblioteca Depositária: Sala 418 do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde.

110. MAIA, ERICKA LUANNY MACHADO. **ASSOCIAÇÃO ENTRE ATIVIDADE FÍSICA, COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO, SONO E HÁBITOS ALIMENTARES DE UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19** 06/03/2023 74 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, Ilhéus Biblioteca Depositária: UESC.

111. MAIA, NAIARA CHAVES. **A PANDEMIA PELO SARS-COV-2 EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NA AMAZÔNIA** 14/02/2021 77 f. Mestrado em EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE Instituição de Ensino: INSTITUTO EVANDRO CHAGAS, Ananindeua Biblioteca Depositária: Biblioteca do IEC.

112. MANTESSO, JHENNYFER BARBOSA DE OLIVEIRA. **PANDEMIA DE COVID-19: MUDANÇAS E DESAFIOS NA GESTÃO DA ATENÇÃO HOSPITALAR** 24/05/2023 101 f. Mestrado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís Biblioteca Depositária: CENTRAL.

113. MARINHO, JULIANA DA ROSA. **SOBRE SER UNIVERSITÁRIO EM TEMPOS DE PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL NO PERCURSO ACADÊMICO** 13/07/2022 93 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

114. MARQUES, ROGERIO DE CASTRO. **Análise de custos hospitalares: estudo de caso em um hospital universitário do sul do Brasil, em período de pandemia de covid-19** 27/01/2022 99 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Brasília Biblioteca Depositária: FURG.

115. MARTINS, JOSENICE VASCONCELOS. **IMPACTO DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS DA UFC-SOBRAL: ESTUDO SOBRE A SINTOMATOLOGIA DO ESTRESSE, ANSIEDADE E DEPRESSÃO** 22/08/2023 undefined f. Mestrado Profissional em PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Sobral Biblioteca Depositária: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75902>.

116. MBATNA, ALBERTO JOAO. **TRANSIÇÃO DO CUIDADO DE PACIENTES RECUPERADOS DA COVID-19 PARA A CONTINUIDADE DO CUIDADO PÓS-ALTA HOSPITALAR** 05/03/2023 102 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: UFSC.

117. MEDEIROS, ANNE KAROLINE DE OLIVEIRA. **A ERA DO CAPITALISMO AFETIVO: um estudo sobre os impactos na saúde dos assistentes sociais em um Hospital Universitário durante a Pandemia Covid-19 no Brasil'** 11/12/2022 91 f. Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: BDTD-UFRN.
118. MEDEIROS, DIEGO SOUZA DE. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DE PERMANÊNCIA DURANTE A COVID-19: UM ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA'** 26/02/2023 131 f. Mestrado em POLÍTICAS PÚBLICAS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB).
119. MEIRELLES, TATIANE VERISSIMO DA SILVEIRA. **A sintomatologia da solidão: aspectos psicossociais decorrentes da pandemia COVID-19 em estudantes universitários'** 28/08/2022 115 f. Mestrado em SAÚDE PÚBLICA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ), Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Saúde Pública.
120. MELO, ARIANE DA COSTA. **PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DE DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR EM UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 05/02/2023 71 f. Mestrado Profissional em ODONTOLOGIA Instituição de Ensino: CENTRO DE PESQUISAS ODONTOLÓGICAS SÃO LEOPOLDO MANDIC, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca São Leopoldo Mandic "Dr. Cid Santos Gesteira".
121. MELO, JOSE DE. **MULHERES COM COVID-19 INTERNADAS NA UTI DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA: UM COHORT DE MULHERES COM DESFECHO DE ALTA E ÓBITO'** 26/07/2023 undefined f. Mestrado em PATOLOGIA EXPERIMENTAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: undefined.
122. MELO, SAMARA CAVALCANTI DA SILVA. **A INCLUSÃO E O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES E VIVÊNCIAS DE LICENCIANDAS EM PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19)'** 13/09/2023 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: undefined.
123. MELO, TERESINHA DO BU. **Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde em período de pandemia no Hospital Universitário Alcides Carneiro-HUAC/ UFCG'** 29/09/2022 111 f. Mestrado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande Biblioteca Depositária: SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFCG – SISTEMOTECA.
124. MENDEL, PATRICIA. **O SOFRIMENTO PSÍQUICO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NA PANDEMIA POR COVID-19'** 27/06/2022 92 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEEVALE, Novo Hamburgo Biblioteca Depositária: Biblioteca Paulo Sérgio Gusmão.

125. MENEGAZZI, RAQUEL BOFF. **ESTRESSE, ANSIEDADE, CONFIANÇA E BEM-ESTAR DO SERVIDOR PÚBLICO UNIVERSITÁRIO EM MOMENTO DE PANDEMIA COVID-19**' 25/04/2023 166 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.
126. MENEGON, FERNANDO HENRIQUE ANTUNES. **AVALIAÇÃO DO AMBIENTE DE PRÁTICA PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: ESTUDO DE MÉTODOS MISTOS**' 16/11/2023 163 f. Doutorado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: UFSC.
127. MENEZES, TATIANA TRAVASSOS DE. **ATUAÇÃO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO: CULTURA, SOCIALIDADES E SOLIDARIEDADES NO AMBIENTE DIGITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA** ' 13/12/2022 115 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PAULISTA, São Paulo Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP.
128. MIGUEL, MARCUS VINICIUS BARBOSA VERLY. **DEPRESSÃO, ANSIEDADE E MUDANÇA NOS HÁBITOS DE CONSUMO ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**' 14/02/2023 67 f. Mestrado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CDC C – UERJ.
129. MODENA, CAMILLE FRANCINE. **Ideação suicida em universitários durante pandemia de COVID-19: Evidências de um estudo transversal**' 14/03/2021 113 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Cuiabá Biblioteca Depositária: UFMT.
130. MONTENEGRO, MARIA CAROLLINA PADILHA. **Qualidade de vida no teletrabalho compulsório, suporte organizacional e saúde mental de professores universitários no Amazonas**' 18/12/2022 112 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
131. MORAES, SABRINA MARQUES. **RISCO DE SUICÍDIO E SINTOMAS DEPRESSIVOS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ANTES E DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL PELA COVID-19**' 26/10/2021 121 f. Mestrado em Interdisciplinar em Ciências da Saúde Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, Santos Biblioteca Depositária: Repositório – UNIFESP.
132. MOREIRA, JOSIANA KELLY RODRIGUES. **O impacto da pandemia de COVID-19 na vulnerabilidade emocional e no comportamento alimentar de risco em universitários de educação física no estado do Pará**' 27/04/2023 125 f. Doutorado em Enfermagem e Biociências Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE

FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Enfermagem / Nutrição – UNIRIO.

133. MOSCARDINI, DANIELA SIMOES GOMES. **Associação entre comportamentos de movimento de 24 horas com a qualidade de vida em universitários durante período de pandemia.** ' 28/03/2022 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, Ilhéus Biblioteca Depositária: undefined.

134. MOTA, LARA VIEIRA CONSTANCIO. "SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ENFOQUE EM PRÁTICAS ALIMENTARES E COVID-19" 27/04/2022 102 f. Mestrado Profissional em SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

135. MOTERANI, VINICIUS CESAR. **Taxas de hospitalização por câncer de ovário durante a pandemia de COVID-19 no Estado de São Paulo e correlação com variáveis associadas a pandemia'** 22/12/2021 63 f. Doutorado em GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (RIBEIRÃO PRETO), Ribeirão Preto Biblioteca Depositária: Banco de Teses USP (<https://www.teses.usp.br/teses>).

136. MUHLMANN, LINDSON. **Avaliação do impacto da pandemia COVID-19 nos desfechos de recorrências locais e sistêmicas do câncer de mama'** 12/02/2023 69 f. Mestrado em GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (RIBEIRÃO PRETO), Ribeirão Preto Biblioteca Depositária: Banco de Teses USP (<https://www.teses.usp.br/teses>).

137. NAPOLEAO, AMANDA COLICHIO BINI. **Detecção ambiental de SARS-CoV-2 vírus RNA em superfícies inanimadas internas de um hospital universitário da região Centro-Oeste do Brasil'** 17/02/2021 undefined f. Mestrado Profissional em CIÊNCIAS APLICADAS À ATENÇÃO HOSPITALAR Instituição de Ensino: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MÜLLER/EBSERH, Cuiabá Biblioteca Depositária: undefined.

138. NARDIN, THAISSA HELENA FATTORI. **ENGAJAMENTO DO ESTUDANTE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR'** 22/06/2023 undefined f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: undefined.

139. NASCIMENTO, MARCELA MOREIRA. **Cultura de segurança do paciente em hospital universitário durante a pandemia da COVID-19'** 04/02/2021 77 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca Depositária: Repositório UFSCar.

140. NEPOMUCENO, RAUL DE CASTRO ALVES. **RISCO DE SUICÍDIO E DEPRESSÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE**

COVID-19' 29/07/2021 87 f. Mestrado em Ciências Médicas Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIFOR.

141. NEVES, ANA CLAUDIA MORITO. **Associação dos sintomas de transtorno de ansiedade com a mudança dos hábitos alimentares e ganho de peso corporal em universitários durante a pandemia de COVID-19 (Projeto PADu-COVID)'** 23/02/2022 112 f. Mestrado em Saúde e Nutrição Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Ouro Preto Biblioteca Depositária: Biblioteca da ENUT/UFOP.

142. NOGUEIRA, MARCELA ARAUJO SA. **NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA, ESTRESSE E SINTOMAS DE ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19'** 30/08/2021 64 f. Mestrado em CIÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) <http://bibonline.ufpi.br/acervo/home.asp>.

143. NUNES, JULIANA DA SILVA. **REPERCUSSÕES DA COVID-19 ENTRE ESTUDANTES INDÍGENAS DA UnB E DESAFIOS DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA '** 31/07/2022 234 f. Mestrado em POLÍTICA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB.

144. OLIVEIRA, ALESSANDRA GUEDES. **DENÚNCIAS DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM AO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM NA PANDEMIA DA COVID-19'** 16/03/2023 112 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblac.

145. OLIVEIRA, JULIANA BRITTO MARTINS DE. **Caracterização fenotípica e genotípica de Acinetobacter baumannii isolados de pacientes com COVID-19 em um hospital universitário do Rio de Janeiro'** 27/06/2022 undefined f. Mestrado em PATOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: <https://app.uff.br/riuff/>.

146. OLIVEIRA, JULIANA PEDROSA LUNA. **"RELAÇÃO DOS SINTOMAS MUSCOESQUELÉTICOS, QUALIDADE DO SONO E ENXAQUECA COM NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19"** 13/10/2021 59 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO SAÚDE ABC, Santo André Biblioteca Depositária: Biblioteca CADIP - Centro de Aprendizagem, Documentação, Informação e Pesquisa "Dr. João Metanios Hallack".

147. OLIVEIRA, LEONITA CHAGAS DE. **ESTRESSE E BEM/MAL-ESTAR NO CONTEXTO PANDÊMICO: ESTUDO COM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS'** 29/05/2022 140 f. Mestrado em Psicologia Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL/UFAL.

148. OLIVEIRA, MARCELA CLAUDIA DE PAULA. **MÍDIA JORNALISTICA E OS ADOLESCENTES DIANTE DO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL'** 13/07/2022 82 f. Mestrado em HEBIATRIA - DETERMINANTES DE SAÚDE NA ADOLESCENCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: FOP.

149. OLIVEIRA, MONIQUE VIEIRA DE. **QUALIDADE DO SONO, SONOLÊNCIA DIURNA E INSÔNIA EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: REFLEXOS DO ISOLAMENTO SOCIAL'** 22/09/2022 78 f. Mestrado em HEBIATRIA - DETERMINANTES DE SAÚDE NA ADOLESCENCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO.

150. OLIVEIRA, RAFAEL LIMA DE. **Lógicas Institucionais na Definição de Segurança Alimentar dos Restaurantes Universitários em Tempos de COVID-19.'** 14/08/2023 68 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PAULISTA, São Paulo Biblioteca Depositária: Universidade Paulista – UNIP.

151. OLIVEIRA, TAIS MILENE SANTOS DE PAIVA. **Fatores de risco associados ao óbito em pacientes adultos hospitalizados com síndrome respiratória aguda grave por COVID-19 no hospital universitário de Brasília'** 29/10/2023 118 f. Doutorado em CIENCIAS MÉDICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

152. PADUA, KARINA LUCIA CABRAL. **EFEITOS DA REABILITAÇÃO PULMONAR EM PACIENTES PÓS-INFECÇÃO AGUDA POR COVID-19 SOBRE A CAPACIDADE FUNCIONAL E FORÇA MUSCULAR'** 03/08/2022 44 f. Mestrado em MOVIMENTO HUMANO E REABILITAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS, Anápolis Biblioteca Depositária: Universidade Evangélica de Goiás – UniEvangélica.

153. PANONT, ALINE GIL. **DESFECHOS CLÍNICOS, FÍSICOS E PSICOLÓGICOS ENTRE INDIVÍDUOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE ESTADO FUNCIONAL PÓS-COVID-19'** 24/04/2023 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: Universidade Estadual de Londrina.

154. PANTOJA, TAMIRES BRITO. **EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL: os desafios do trabalho docente na Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins'** 05/10/2022 153 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E CULTURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Cametá Biblioteca Depositária: Site PPGEDUC UFPA <https://ppgeduc.propesp.ufpa.br/index.php/br/>.

155. PARAISO, GREYCE KELLY RODRIGUES. **ENSINO SUPERIOR NA PANDEMIA E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM EM UNIVERSITÁRIOS'** 26/02/2023 undefined f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino:

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Campinas Swift.

156. PAULA, ANDRESA GOMES DE. **AVALIAÇÃO DO AMBIENTE DA PRÁTICA PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM FRENTE À COVID-19 EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO**' 25/08/2022 112 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblac.

157. PAULIN, PRISCILA. **Conhecimento, atitudes e práticas frente a Covid-19 e sua associação com sintomas de depressão, ansiedade e estresse em estudantes universitários**' 29/03/2023 33 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, Presidente Prudente Biblioteca Depositária: Rede de Bibliotecas da Unoeste - Campus II.

158. PEGORIN, TALITA CRISTINA. **O cuidar da criança e sua família durante a pandemia de COVID-19: inovações e mudanças vivenciadas por enfermeiros de um hospital universitário**' 03/05/2022 111 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Wanda de Aguiar Horta - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

159. PELONHA, RAFAELA NAYARA DA COSTA. **HABILIDADES CULINÁRIAS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: EXISTE UMA ASSOCIAÇÃO COM O SOBREPESO E A OBESIDADE?**' 28/09/2023 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: undefined.

160. PEREIRA, ALANNA ELCHELIAS. **ASPECTOS PSICOSSOCIAIS VIVENCIADOS PELOS UNIVERSITÁRIOS INTERNACIONAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**' 28/06/2023 132 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, Redenção Biblioteca Depositária: UNILAB.

161. PEREIRA, JULIANA MIRANDA. **ASSOCIAÇÃO ENTRE SINTOMAS DE ESTRESSE E ALTERAÇÃO NO CONSUMO DE ALIMENTOS RECONFORTANTES DURANTE A PRIMEIRA ONDA DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL.**' 23/02/2022 undefined f. Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined.

162. PEREIRA, PAULO EDUARDO GALDINO. **COVID-19 e o impacto no ensino superior: percepções de universitários com deficiência visual acerca das aulas remotas que envolvem conteúdo matemático**' 26/10/2023 114 f. Mestrado em EDUCAÇÃO MATEMÁTICA Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Unian.

163. PEREIRA, TAMIRES MIRANDA. **MODIFICAÇÕES DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**' 27/02/2023 106 f.

Mestrado Profissional em SAÚDE E GESTÃO DO TRABALHO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, Itajaí Biblioteca Depositária: UNIVALI.

164. PERES, FABIANI SOLIS. **SAÚDE MENTAL, QUALIDADE DO SONO E PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA EM UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**' 22/03/2022 68 f. Mestrado em PROMOÇÃO DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CESUMAR, Maringá Biblioteca Depositária: UNICESUMAR.

165. PIMENTA, JULIA DA SILVA. **ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO E MOLECULAR DE UM SURTO DE *Providência rettgeri*, NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA, REFERÊNCIA DE COVID-19.**' 05/10/2023 46 f. Mestrado em FISIOPATOLOGIA CLÍNICA E LABORATORIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: undefined.

166. PIMENTEL, ANDERSON LOPES. **Uso de Medicamentos e Substâncias Psicoativas por Estudantes da UFAL Durante a Pandemia de COVID-19**'' 29/03/2023 92 f. Mestrado em CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFAL.

167. PINTO, FELIPE FONTES COSTA. **Representações sociais sobre a covid-19 entre estudantes universitários da UFBA**' 16/08/2023 92 f. Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Repositório institucional da UFBA.

168. PINTO, KATHIA PIOLOGO. **Impacto da pandemia pelo COVID 19 nos desfechos de curto prazo em mulheres com neoplasias malignas de ovário**' 19/12/2023 61 f. Mestrado em GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (RIBEIRÃO PRETO), Ribeirão Preto Biblioteca Depositária: Banco de Teses USP (<https://www.teses.usp.br/teses>).

169. PRATA, SATILA CONCEICAO. **ASSOCIAÇÃO ENTRE OS COMPORTAMENTOS DE MOVIMENTO DE 24 HORAS COM SINTOMAS DEPRESSIVOS EM UNIVERSITÁRIOS NO DECURSO PANDÊMICO**' 27/02/2023 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, Ilhéus Biblioteca Depositária: undefined.

170. QUARTIERO, ARIELA PINTO. **FATORES ASSOCIADOS À IDEACÃO SUICIDA EM UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19**' 28/03/2021 undefined f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: undefined.

171. RAMICELI, DANIELA. **O DESENVOLVIMENTO SOCIAL FACE ÀS REPERCUSSÕES EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS CAUSADOS PELA MODALIDADE DE ENSINO SÍNCRONO** ' 10/08/2022 140 f. Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO

MUNICIPAL DE FRANCA, Franca Biblioteca Depositária: Biblioteca "José Garcia de Freitas" Uni-FACEF.

172. RECH, MAURICIO. **Autorregulação Emocional Associada a Construtos da Psicologia Positiva e Distress Psicológico em Universitários da Área da Saúde Durante a Pandemia COVID-19'** 09/08/2022 63 f. Mestrado em PSICOLOGIA E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Paulo Lacerda de Azevedo.

173. REIMAO, ALANDER MEIRELES. **O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E AS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS NA ESCOLA SANTUÁRIO DE FÁTIMA NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA'** 16/12/2021 108 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E CULTURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Cametá Biblioteca Depositária: undefined.

174. REIMOL, DIEGO DOS SANTOS. **Identidade e trajetória profissional do professor universitário de Contabilidade: transformações e influências a partir da pandemia de Covid-19'** 03/06/2021 95 f. Mestrado em CIÊNCIAS CONTÁBEIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca CCS/B da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 8º Andar, Bloco C.

175. RIBEIRO, CLEONICE ROSELI. **REORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS GERENCIAIS E ASSISTENCIAIS EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19'** 24/02/2024 undefined f. Mestrado em Enfermagem Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: undefined.

176. RIBEIRO, JUAN DIEGO TORRES. **ADICÇÃO A SMARTPHONE E CARACTERÍSTICAS DO SONO DE ESTUDANTES UNIVERSITARIOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 28/07/2021 73 f. Mestrado em ODONTOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais.

177. RIBEIRO, YASMIM KAROLINE. **FATORES ASSOCIADOS AO ESTRESSE PERCEBIDO ELEVADO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO ESTADO DO ACRE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.'** 14/06/2022 84 f. Mestrado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, Rio Branco Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Ufac.

178. ROCHA, MARILIA JAQUELINE MOREIRA DA. **A EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA COM A ADOÇÃO DO ENSINO REMOTO DURANTE DA PANDEMIA DA COVID-19'** 02/03/2023 52 f. Mestrado Profissional em ECONOMIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UnB.

179. RODRIGUES, VALDINEI DE FREITAS. **NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS EM UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19'** 18/12/2023 56 f. Mestrado Profissional em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined.

180. ROHRBECK, LILIAN. As políticas de assistência estudantil da UFFS no contexto da pandemia da Covid-19: análise dos desdobramentos sobre a permanência dos estudantes' 18/10/2021 232 f. Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, Chapecó Biblioteca Depositária: Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

181. ROSARIO, NACHA SAMADI ANDRADE. **Traumas relacionados à pandemia da COVID-19: sofrimento mental de estudantes universitários e os efeitos de uma sessão de biofeedback cardiorrespiratório sobre parâmetros fisiológicos e emocionais'** 14/12/2023 undefined f. Doutorado em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Ouro Preto Biblioteca Depositária: undefined.

182. ROSSI, CAREN. **O PAPEL DOS PROCESSOS FORMATIVOS NA AUTOEFICÁCIA DOCENTE DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO PÓS-PANDEMIA'** 24/10/2023 undefined f. Mestrado em ENSINO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, Bagé Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Pampa.

183. SALES, NATALIA CALDAS MARTINS. **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19)'** 07/02/2021 75 f. Mestrado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, Fortaleza Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA.

184. SANTANA, DIANA CERQUEIRA. **COZINHANDO EM CASA DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS'** 08/02/2023 undefined f. Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined.

185. SANTIAGO, STAELEN. **As redes sociais e o letramento científico: identificação crítica de Fake News por estudantes universitários em tempos de pandemia'** 07/12/2023 122 f. Mestrado em ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDACAO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ), Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ – RJ.

186. SANTOS, AMANDA NASCIMENTO LOUGON DOS. **SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE: uma análise do exercício profissional em um hospital universitário no contexto de enfrentamento da pandemia da Covid-19.'** 25/07/2023 136 f. Mestrado em POLÍTICA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG - Biblioteca Central do Gragoatá.

187. SANTOS, ANA PAULA RODRIGUES DOS. **IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA QUALIDADE DE VIDA, NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE MENTAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS'** 28/07/2021 105 f. Mestrado em HEBIATRIA - DETERMINANTES DE SAÚDE NA ADOLESCENCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Professor Guilherme Simões Gomes da Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP/UPE).

188. SANTOS, ELIS RENATA DE BRITTO. **Autoeficácia computacional e a autorregulação da aprendizagem do docente universitário no contexto pandêmico'** 09/02/2023 263 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca PUC-RIO.

189. SANTOS, FABIANA DE SOUZA. **SOFRIMENTO PSICOLÓGICO E PERCEPÇÃO DE MUDANÇA DE PESO NA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO COM UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS'** 26/09/2023 undefined f. Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined.

190. SANTOS, GRACIELLE DE JESUS. **Associação entre os comportamentos de movimento de 24 horas com disfunções musculoesqueléticas e dor em estudantes universitários durante a pandemia da COVID 19'** 28/03/2022 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, Ilhéus Biblioteca Depositária: undefined.

191. SANTOS, LUCAS SOARES DOS. **AMBIENTE DE PRÁTICA PROFISSIONAL E BURNOUT ENTRE TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS'** 20/07/2022 105 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: UFSC.

192. SANTOS, LYLIAN NERES DOS. **SINTOMAS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS MOMENTOS PRÉ E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19'** 25/10/2021 122 f. Mestrado em Interdisciplinar em Ciências da Saúde Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, Santos Biblioteca Depositária: Repositório Institucional – UNIFESP.

193. SANTOS, ROSIANNY NASCIMENTO DOS. **HABILIDADES SOCIAIS E ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS NA PANDEMIA DE COVID-19'** 04/04/2021 138 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações/UFAM - <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8222>.

194. SARKIS, MARCELLA CANCADO. **OCORRÊNCIA DAS DESORDENS TEMPOROMANDIBULARES (DTM) E A SUA CORRELAÇÃO COM SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO PÓS CONFINAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19'** 26/02/2023 97 f. Mestrado em ODONTOLOGIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE

MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC Minas.

195. SCHEIDT, SUSAN NATIELLI. **INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DO SARS-COV-2 NO ATENDIMENTO PEDIÁTRICO: PERFIL DE ATENDIMENTO PRESTADO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO'** 20/12/2023 45 f. Mestrado em CIÊNCIAS BIOMÉDICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa Biblioteca Depositária: Biblioteca Centra UEPG <http://bicentede.uepg.br>.

196. SILVA, ANDRESSA SILVEIRA DA. **Artesania do cuidado: narrativas do Cuidarte em tempos pandêmicos'** 18/07/2022 91 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande Biblioteca Depositária: ARGO - Sistema de Administração de Bibliotecas – FURG.

197.
198. SILVA, CATHERINE MENEGALDI. **SAÚDE MENTAL E RECURSOS DE ENFRENTAMENTO DOS UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA: Estratégia participativa de pesquisa utilizando o PhotoVoice'** 22/02/2021 109 f. Mestrado em PROMOÇÃO DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CESUMAR, Maringá Biblioteca Depositária: UNICESUMAR.

199. SILVA, CLORISNEIA SOARES VILA NOVA. **UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA – PPGLIT CLORISNEIA SOARES VILA NOVA SILVA LETRAMENTO DIGITAL NA CONJUNTURA DA PANDEMIA: implicações na vida de docentes da rede de ensino de Araguaína-TO'** 05/07/2023 114 f. Mestrado em Linguística e Literatura Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS, Araguaína Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA FRANCISCO SEVERINO – UFNT.

200. SILVA, DANIELE VITORIA LIMA DA. **ENTRE A CASA E A RUA: O COTIDIANO DE MIGRANTES UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS PANDÊMICOS'** 25/08/2022 undefined f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: undefined.

201. SILVA, DILMA FERREIRA LEITE. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFMT - CÂMPUS RONDONÓPOLIS: Imposições da Pandemia à frágil política de permanência'** 26/10/2023 127 f. Mestrado em POLÍTICA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Central – UFMT.

202. SILVA, FRANCISCO VALTER MIRANDA. **USO DO SMARTPHONE E FATORES ASSOCIADOS À SAÚDE DE UNIVERSITÁRIOS PÓS-DISTANCIAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19'** 14/02/2023 88 f. Mestrado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, Fortaleza Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA.

203. SILVA, HELENA BENES MATOS DA. **Comportamentos não saudáveis relacionados ao peso em universitários durante a primeira onda da pandemia de**

Covid-19 no Brasil' 15/02/2022 132 f. Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: SIBI.

204. SILVA, ISABELA. **COMER EMOCIONAL EM UNIVERSITÁRIOS: RELAÇÃO COM SINTOMAS DE ANSIEDADE, DEPRESSÃO E ESTRESSE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19'** 28/11/2022 54 f. Mestrado em NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Lavras Biblioteca Depositária: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/58006>.

205. SILVA, LIDIANE DE JESUS GONCALVES. **TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: experiências pedagógicas com uso do celular por adolescentes do Município de Cametá/PA'** 28/01/2021 124 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E CULTURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Cametá Biblioteca Depositária: Biblioteca Campus Cametá – UFPA.

206. SILVA, LUCIANA OLIVEIRA TALIANO DA. **TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO ENTRE UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS NO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19'** 29/03/2023 100 f. Mestrado em Interdisciplinar em Ciências da Saúde Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, Santos Biblioteca Depositária: Repositório Institucional.

207. SILVA, LUDMILA DE TANIA NUNES. **CONSUMO DE FRUTAS, VEGETAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E SINTOMAS DEPRESSIVOS NA PANDEMIA DA COVID-19'** 15/08/2022 45 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, Diamantina Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFVJM.

208. SILVA, MARIA QUITERIA DA. **DIMENSÃO SUBJETIVA DA REALIDADE EDUCACIONAL DOS UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19'** 01/12/2022 112 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Repositório Digital UFAL.

209. SILVA, POLLYANA DA CONCEICAO ANDRADE. **CONHECIMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19: ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL FEDERAL UNIVERSITÁRIO GETÚLIO VARGAS EM MANAUS-AM'** 06/06/2022 69 f. Mestrado Profissional em ENGENHARIA, GESTÃO DE PROCESSOS, SISTEMAS E AMBIENTAL Instituição de Ensino: INSTITUTO DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO GALILEO DA AMAZÔNIA, Manaus Biblioteca Depositária: ITEGAM.

210. SOARES, FERNANDA DE FARIAS. **Autopercepção de ansiedade em universitários brasileiros durante a pandemia da Covid-19'** 26/09/2021 undefined f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE NA AMAZÔNIA OCIDENTAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, Rio Branco Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFAC.

211. SOARES, TICIANNE DA CUNHA. **Caracterização epidemiológica de idosos com covid-19 internados em hospital universitário** ' 10/02/2022 64 f. Mestrado em CIÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
212. SOARES, VINICIUS BELEM RODRIGUES BARROS. **PREVALÊNCIA DE BRUXISMO E FATORES PSICOSSOMÁTICOS ASSOCIADOS EM UNIVERSITÁRIOS NO CENÁRIO PÓS PANDEMIA COVID-19**' 16/08/2023 undefined f. Doutorado em NEUROPSIQUIATRIA E CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: undefined.
213. SOUSA, ALICE MARIA DAS GRACAS DE. **Os fatores associados ao adoecimento de profissionais de enfermagem na pandemia de covid-19 em um hospital universitário**' 05/10/2023 77 f. Mestrado em Enfermagem Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/214>.
214. SOUSA, GEORON FERREIRA DE. **INVESTIGAÇÃO HEMATOLÓGICA, BIOQUÍMICA, MICROBIOLÓGICA E CLÍNICA DE PACIENTES COM COVID-19 INTERNADOS NA ENFERMARIA E UTI DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM PERNAMBUCO**' 27/02/2022 107 f. Mestrado em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Central da UFPE.
215. SOUSA, MICHELE MONTEIRO. **AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS**' 05/06/2023 138 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPA.
216. SOUSA, NATHALIE SILVA DE. **SAÚDE MENTAL, ESTILO E QUALIDADE DE VIDA DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**' 07/03/2022 91 f. Mestrado Profissional em Promoção da Saúde Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: John Lipke.
217. SOUSA, RAUENE RAIMUNDA DE. **SAUDE MENTAL E COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE PROFESSORES UNIVERSITARIOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**' 21/02/2021 67 f. Mestrado em CIÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) <http://bibonline.ufpi.br/acervo/home.asp>.
218. SOUTO, CAROLINE RODRIGUES. **Impacto da Pandemia da COVID-19 no comportamento alimentar e estado nutricional de estudantes universitários**' 14/12/2023 94 f. Mestrado em NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da Ufes.

219. SOUZA, CINTIA MOREIRA DE. **As enfermarias de um hospital psiquiátrico universitário em tempos de COVID-19: conciliando protocolos de biossegurança e cuidado pessoal'** 16/11/2022 126 f. Mestrado Profissional em ATENÇÃO PSICOSSOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CMA/UFRJ.

220. SOUZA, KAROLINE BRIZOLA DE. **AVALIAÇÃO E FATORES ASSOCIADOS À PRÁTICA DE AUTOMEDICAÇÃO PARA PREVENÇÃO OU TRATAMENTO DE COVID-19 NA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO SUL DO BRASIL'** 23/02/2022 75 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande Biblioteca Depositária: Sala 418 do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde.

221. SOUZA, LAYANE TRINDADE DE. **MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS DE PREVENÇÃO DA COVID-19 E FATORES ASSOCIADOS ENTRE UNIVERSITÁRIOS'** 26/07/2022 101 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

222. SOUZA, LETICIA RODRIGUES DE. **TRANSFORMAÇÃO DE HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NA CONSTRUÇÃO DE RESPOSTAS À COVID-19: INOVAÇÕES, PRÁTICAS COLABORATIVAS E APRENDIZAGEM À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE'** 26/10/2022 235 f. Mestrado em SAÚDE COLETIVA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (BOTUCATU), Botucatu Biblioteca Depositária: REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNESP.

223. SOUZA, ODILON ADOLFO BRANCO DE. **"GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE ATENDIMENTO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO À PESSOA ACOMETIDA POR COVID-19: LIÇÕES PARA O ENSINO"** 28/06/2020 112 f. Mestrado Profissional em ENSINO NA SAÚDE:FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR PARA O SUS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15355>.

224. SOUZA, RENAN GUSTAVO DE. **Estratégias de autorregulação e habilidades sociais durante a pandemia de covid-19'** 08/03/2023 63 f. Mestrado em FONOAUDIOLOGIA Instituição de Ensino: USP (FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU), Bauru Biblioteca Depositária: Serviço de Biblioteca e Documentação da FOB/USP.

225. STURBELLE, NATHALIA FONTELLA. **Desempenho ocupacional de universitários: os efeitos da pandemia da COVID-19 e fatores associados'** 12/09/2023 119 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, Pelotas Biblioteca Depositária: Biblioteca Campus Porto UFPel.

226. TAVARES, CAMILA ARAUJO COELHO. **BEM-ESTAR E HÁBITOS DE VIDA DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS NO INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL'** 22/07/2021 undefined f. Mestrado em PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIEDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, Canoas Biblioteca Depositária: ULBRA.

227. TEIXEIRA, KARLAYLE DE OLIVEIRA MARTINS. **IDEAÇÃO SUICIDA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19: SÍNTESE DA PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS'** 27/07/2021 68 f. Mestrado Profissional em Odontologia em Saúde Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: FAO-UFMG.

228. TEIXEIRA, RODRIGO ANDRADE. **A musicoterapia online em grupo e a saúde mental de jovens universitários no contexto pandêmico'** 24/11/2022 173 f. Doutorado em SAÚDE PÚBLICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da FSP/USP.

229. VARANDA, PATRICIA ALVES GALHARDO. **ESTRATÉGIAS DE LIDERANÇA DOS ENFERMEIROS EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FRENTE ÀS MUDANÇAS NO CUIDADO NA COVID-19: SOB A PERSPECTIVA DO MODELO DE KOTTER'** 11/12/2023 210 f. Doutorado em ENFERMAGEM E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia.

230. VIEIRA, DIEGO PEREIRA. **PANDEMIA DE COVID-19, PERFIL DE CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS'** 29/09/2021 57 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E SAÚDE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, Guarulhos Biblioteca Depositária: repositorio.unifesp.br.

231. VIEIRA, GABRIELA DA SILVA. **ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS DE HOMENS COM CÂNCER DE PRÓSTATA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA À REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19'** 29/08/2022 199 f. Mestrado em POLÍTICA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB.

232. VIEIRA, JAELSON DE ALMEIDA. **A PANDEMIA DA COVID-19 E OS IMPACTOS SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO EM CAMPINA GRANDE -PB (2020-2022).'** 14/09/2023 83 f. Mestrado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande Biblioteca Depositária: SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFCG – SISTEMOTECA.

233. VIEIRA, JORGE ALBERTO MENEGASSO. **ANTICOAGULAÇÃO REGIONAL COM CITRATO DE SÓDIO EM HEMODIÁLISE PROLONGADA EM SISTEMA HÍBRIDO'** 23/03/2023 98 f. Mestrado em MEDICINA E CIÊNCIAS DA SAÚDE.

Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Irmão José Otão.

234. VIEIRA, SUELEN DEBORA FONTANA. **Efeitos da pandemia de COVID-19 na saúde dos trabalhadores de hospitais universitários'** 26/02/2023 64 f. Mestrado em FISIOTERAPIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca Depositária: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17539>.

235. VISCONTI, NINA ROCHA GODINHO DOS REIS. **AVALIAÇÃO CLÍNICA, FUNCIONAL E TOMOGRÁFICA PULMONAR DE PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO POR COVID-19 NO SEGUIMENTO APÓS A ALTA HOSPITALAR'** 19/12/2022 141 f. Mestrado em CLÍNICA MÉDICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: SIBI.

236. WATTE, ALESSANDRA PAULA. **Estresse, Coping e Síndrome de Burnout em docentes universitários em tempo de pandemia da Covid-19'** 30/05/2023 155 f. Mestrado em Ciências da Saúde Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, Chapecó Biblioteca Depositária: Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

237. YASIN, JANAINA CASSANA MELLO. **Problemas éticos no cotidiano de trabalho da enfermagem no cuidado a pacientes com Covid-19 em Hospitais Universitários'** 19/03/2023 203 f. Doutorado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial da Área Acadêmica da Saúde – FURG.

APÊNDICE B – BANCO DE ARTIGOS SCIELO

1. “CONFESSO QUE...”: UM ESTUDO SOBRE BARREIRAS, AUTOGERENCIAMENTO E VIVÊNCIAS DE CARREIRA DE UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA COVID-19.
2. A “Pedagogia da Autonomia” de Freire e a “Autocomunicação de Massa” de Castells no fortalecimento do protagonismo estudantil na educação híbrida em tempos de pandemia.
3. A pandemia da COVID-19 e o trabalho docente: percepções de professores de uma universidade pública no estado de São Paulo.
4. Adherence to standard precautions in university hospitals during the COVID-19 pandemic: a mixed study.
5. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19.
6. Aplicaciones que emplean y recomendaciones que entregan docentes universitarios para la autorregulación del aprendizaje en contexto de la pandemia por COVID-19.
7. Aprendendo com o Imprevisível: Saúde Mental dos Universitários e Educação Médica na Pandemia de Covid-19.
8. APRENDIZAGEM VIRTUAL: UM AUTOESTUDO SOBRE EVOLUÇÕES EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.
9. Aprendizaje del inglés durante el covid-19: factores cognitivos, afectivos y ambiente de la clase.
10. Astenopia em docentes universitários durante a pandemia da COVID-19.
11. Burnout, ethical climate and work organization in covid-19 intensive care units: mixed method study.
12. CHALLENGES IN THE FIGHT AGAINST THE COVID-19 PANDEMIC IN UNIVERSITY HOSPITALS.
13. Changes implemented in the work environment of nurses in the COVID-19 pandemic.
14. Community therapy as a strategy for promoting the mental health of professors in the COVID-19 pandemic.
15. Como os hospitais universitários estão enfrentando a pandemia de COVID-19 no Brasil?

16. Contratación de estudiantes de enfermería en el contexto de la pandemia por COVID-19 en México. Una respuesta rápida a la emergencia de salud.
17. Correlation between the event of the COVID-19 pandemic and symptoms of anxiety, depression and temporomandibular disorder in university students: cross-sectional study.
18. Covid-19: e-Learning as a tool for improving the knowledge.
19. COVID-19: emergency remote teaching and university professors' mental health.
20. DATA COLLECTION VIA PHONE IN MULTICENTRIC RESEARCH ON NURSING CARE IN THE FACE OF COVID-19.
21. Delicadas experiências formativas: tessitura de espaços de cuidado e ensino com grupo de estudantes universitários durante pandemia.
22. Docentes universitarios frente al confinamiento académico: un análisis exploratorio.
23. Dor lombar em estudantes universitários: qual o impacto da pandemia de COVID-19?
24. EFFECTS OF PHYSICAL EXERCISE ON MOOD AND SLEEP QUALITY OF COLLEGE STUDENTS UNDER THE COVID-19 EPIDEMIC.
25. EFFECTS OF SWIMMING ON CARDIOPULMONARY CAPACITY IN COLLEGE STUDENTS.
26. Emotion Regulation, Subjective Happiness and Meaning of Life of University Students in the Pandemic.
27. ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIRETRIZES À GESTÃO UNIVERSITÁRIA.
28. Entrepreneurship by necessity in times of pandemic: Entrepreneurial motivation and the regulatory focus in explaining the intention to undertake pandemic.
29. Estilos de aprendizaje y metas de logro en estudiantes universitarios durante la pandemia de COVID-19.
30. Estresse em universitários: conhecendo o efeito das atividades remotas no cotidiano pandêmico.
31. Ethical issues experienced by nurses during COVID-19 in university hospitals
32. ETHICAL ISSUES EXPERIENCED BY NURSES DURING COVID-19: RELATIONSHIP WITH MORAL DISTRESS

33. EXERCISE PRACTICE BY OBESE UNIVERSITY STUDENTS IN THE CONTEXT OF COVID-19.
34. Experiências de ser estudante universitário em tempos de pandemia: mudanças, adaptações e perspectivas compartilhadas pandemia mudanças.
35. Factores asociados a la infección por SARS-CoV-2 en profesionales de la salud de hospitales universitarios.
36. Factors associated with anxiety in multiprofessional health care residents during the COVID-19 pandemic.
37. Factors associated with the perception of fear of COVID-19 in university students.
38. Factors associated with the practice of physical activity among university students in social isolation during the covid-19 pandemic.
39. Factors associated with the use of the N95 respirator in university students in the daily life of COVID-19.
40. Fadiga e sono em trabalhadores de enfermagem intensivistas na pandemia COVID-19.
41. Fadiga vocal e fatores associados em professores universitários em ensino remoto.
42. FATIGUE AND PHYSICAL RECOVERY IN BASKETBALL UNDER COVID-19
43. HOME-OFFICE E DESIGUALDADES DE GÊNERO ENTRE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS NA PANDEMIA DE COVID-19.
44. Impacto da Covid-19 na prática de automedicação em estudantes universitários.
45. Impactos da pandemia de COVID-19 nas especialidades cirúrgicas em um hospital universitário da Bahia: um estudo transversal retrospectivo.
46. IMPACTS OF COVID-19 ON COLLEGE STUDENTS' SPORTS.
47. Implicaciones de las actividades prácticas en el Laboratorio de Habilidades y Simulación relacionadas con la motivación y los sentimientos de los estudiantes.
48. Indígenas universitários no primeiro semestre da pandemia de Covid-19: experiências em uma moradia estudantil.
49. Influence of self-efficiency beliefs on the health and well-being of university students in COVID-19.
50. Influencias del confinamiento por COVID-19 sobre la salud mental en estudiantes de grado de terapia ocupacional.

51. INVESTIGATION OF SPORT-RELATED HABITS IN COLLEGE STUDENTS AFTER COVID-19 EPIDEMIC.
52. INVESTIGATION TO EXERCISE STATUS OF UNIVERSITY STUDENTS IN THE LATE PHASE OF THE COVID-19 EPIDEMY.
53. Las competencias digitales docentes en entornos universitarios basados en el Digcomp.
54. Management and academic anxiety in Ibero-American higher institutions students during COVID-19.
55. Minor psychiatric disorders among university students during the COVID-19 pandemic.
56. Modalidades de ensino nas universidades brasileiras e portuguesas: um estudo de caso sobre a percepção de alunos e professores em tempos de Covid-19.
57. NOVAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM AMBIENTES VIRTUAIS MULTIFACETADOS DE APRENDIZAGEM.
58. Nursing leadership strategies in addressing COVID-19 in light of John Kotter's framework.
59. ONLINE SPORTS EDUCATION FOR COLLEGE STUDENTS DURING COVID-19.
60. Pandemia da Covid-19: um evento traumático para estudantes de Ciências Biológicas e da Saúde?
61. Perceived coronavirus health risk associated with students' life satisfaction: the role of trust in government policies.
62. PHYSICAL ACTIVITY SAFETY IN UNIVERSITY RESIDENTS DURING COVID-19.
63. PHYSICAL ACTIVITY, EATING HABITS AND SLEEP DURING SOCIAL ISOLATION: FROM YOUNG ADULT TO ELDERLY.
64. Presença de ansiedade em docentes universitários do curso de Odontologia da Universidade Federal do Espírito Santo em tempos de pandemia.
65. Prevalence of common mental disorders among medical students during the Covid-19 pandemic.
66. Prevalência e fatores associados aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários durante a pandemia da COVID-19.
67. Profesores universitarios: condiciones de teletrabajo y uso de tecnologías en el marco de la enseñanza remota de emergencia.

68. PROFESSORES O TEMPO TODO: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES MATERIAIS, FÍSICAS E PSICOLÓGICAS DE DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.
69. Public health emergency: social representations among managers of a university hospital.
70. Quality of Care Transition for COVID-19 Patients in a University Hospital in Southern Brazil.
71. Quality of life and metamemory in higher education students during the COVID-19 pandemic.
72. Quality of life and satisfaction of students with auriculotherapy in the covid-19 pandemic: a quasi-experimental study.
73. Questionário de Adaptação ao Ensino Superior Remoto: Ampliação das Propriedades Psicométricas Remoto.
74. Relação com o saber em aulas remotas: uma pesquisa com universitários em tempos de pandemia
75. Resiliência e espiritualidade de estudantes de Medicina durante isolamento social devido à pandemia da Covid-19.
76. Safety of nursing professionals and patient facing COVID-19 pandemic in critical care.
77. Saúde mental de docentes universitários em tempos de covid-19.
78. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia.
79. Saúde mental de estudantes universitários em tempos de restrição pandêmica.
80. Saúde mental e recursos de enfrentamento em estudantes universitários brasileiros em tempos de pandemia.
81. Saúde mental e uso de internet por estudantes universitários: estratégias de enfrentamento no contexto da COVID-19.
82. Saúde mental na universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes.
83. Self-compassion among Undergraduate Nursing Students at a State University in Indonesia during the COVID-19 Pandemic.
84. Self-evaluation of nursing students about their academic performance during the COVID-19 pandemic.

85. Self-perception of non-cognitive skills among undergraduate health students during Covid-19.
86. Sexual behavior of university students in the context of the COVID-19 pandemic: a mixed-methods study.
87. SÍNDROME DE BURNOUT, SATISFAÇÃO DE VIDA, AUTOESTIMA E OTIMISMO EM DOCENTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE O ENSINO REMOTO.
88. Sociodemographic and Behavioral factors associated with Psychological Well-Being in a Brazilian Academic Community during the COVID-19.
89. SOCIODRAMA COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19.
90. SPORTS TRAINING ORIENTATION IN COLLEGES AND UNIVERSITIES DURING THE EPIDEMIC.
91. Structure and responsiveness: are Primary Health Care Units prepared to face COVID-19?
92. Symptoms of stress, anxiety, and depression in university students during the COVID-19.
93. Tecnologias da informação e comunicação na assistência estudantil durante a pandemia da covid-19.
94. Teleconsultation at a public ophthalmic teaching hospital during the COVID-19 pandemic.
95. THE NURSING PRACTICE ENVIRONMENT IN A UNIVERSITY HOSPITAL DURING THE COVID-19 PANDEMIC.
96. THE PHYSICAL AND MENTAL HEALTH OF UNIVERSITY STUDENTS IN THE CONTEXT OF COVID-19.
97. Transtorno de uso de internet entre graduandos de Medicina no primeiro ano da pandemia de Covid-19.
98. Tutorías virtuales postpandemia: implicancias en los aprendizajes de estudiantes de terapia ocupacional que cursan sus prácticas profesionales postpandemia.
99. UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA COVID-19: PERFIL, COMPORTAMENTOS E ATIVIDADES ACADÊMICAS.
100. University professors: What are the challenges and perspectives from pandemic?
101. University professors' quality of life and posture during the COVID-19.

102. VOLLEYBALL FITNESS IN COLLEGE STUDENTS DURING THE EPIDEMIC.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS PESSOAIS

Nome (apenas para sistematizar os dados. Os nomes não serão revelados): _____

Idade: _____

Raça: _____

Gênero: _____

Nacionalidade: _____

Cidade/ Estado de origem: _____

1. Com quem você morava antes de ingressar na UFV e em qual cidade?
2. Qual o salário recebido (juntando todas as pessoas que residiam neste local) na época em que você morava lá, antes de ingressar na UFV?
3. Em qual curso da UFV você está matriculado/a?
4. Ingressou neste curso da UFV em qual ano?
5. Qual foi a forma de ingresso? (cota ou outra?)
6. Liste todos os benefícios do Programa de Assistência Estudantil da UFV que você recebe.
7. Você pode me dizer se o (s) benefício (s) que você recebe da UFV é suficiente para atender às suas necessidades? Justifique a sua resposta.
8. O benefício que você recebe da UFV impacta o orçamento da sua família? Como?
9. Você considera que a assistência estudantil tem alguma influência na sua permanência na Universidade? Como? Por quê?
10. Antes da COVID-19 você já havia vivenciado situações de sofrimento e/ou adoecimento mental? Se sim, como você a descreveria?
11. Antes da COVID-19 você era acompanhado por algum serviço em decorrência de algum sofrimento e/ou adoecimento mental? Qual serviço? Era gratuito ou pago?
12. De forma geral, como você viveu no período da pandemia?
13. Experimentou alguma mudança significativa em sua vida no período da pandemia que lhe trouxe alguma forma de sofrimento e/ou adoecimento mental? Como você descreveria esse sofrimento?
14. Em sua opinião, o sofrimento psíquico ou adoecimento mental vivenciado no período pandêmico foi um agravamento de situações que você já vivenciava antes mesmo da pandemia? Justifique a sua resposta.
15. Caso você tenha experienciado algum sofrimento psíquico durante a pandemia quais os serviços ou auxílios você buscou? Obteve algum apoio? Qual? Se não buscou auxílio, por que não buscou?
16. Você continuou tendo os mesmos benefícios que tinha antes da pandemia na assistência estudantil? Se não, o que mudou?
17. Os serviços que você utilizou durante a pandemia, provenientes da assistência estudantil, foram suficientes para o atendimento das suas necessidades? Justifique.
18. Durante a pandemia da COVID-19 você se sentiu apoiado pelos serviços de assistência estudantil? Justifique sua resposta.
19. Você tem conhecimento de alguma iniciativa ou estratégia adotada pela UFV para adaptar os programas de assistência estudantil durante a pandemia? Qual (is)?
20. Quais os serviços você acha que deveriam ter sido ofertados, e não foram pela

assistência estudantil da UFV durante a pandemia?

21. Como você se sente atualmente? Houve melhoria em relação ao sofrimento e/ou adoecimento vivenciado? Justifique.

22. Existe algum serviço/benefício que em sua opinião deveria ser oferecido atualmente pela assistência estudantil da UFV e que ainda não é oferecido? Qual e por quê?

23. Existe algo que eu não lhe perguntei e que você acha importante destacar?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “O Plano Nacional de Assistência Estudantil e a atenção à saúde na Universidade Federal de Viçosa”. Nesta pesquisa pretendemos identificar se os/as estudantes atendidos/as pela assistência estudantil da UFV vivenciaram situações de sofrimento psíquico durante o contexto de pandemia da COVID-19 e quais serviços ou ações foram acionadas para o enfrentamento da questão. O motivo que nos leva a estudar este tema é o fato da saúde configurar como um dos pontos destacados na política de assistência estudantil sendo assim oportuna e relevante o assunto relacionado ao período pandêmico que assolou o mundo. A sua participação na pesquisa será concedendo entrevista, por meio de um roteiro previamente definido, de quarenta a cinquenta minutos, ao qual será gravada apenas em áudio. Seu nome não será divulgado na redação do trabalho sendo utilizados nomes fictícios.

Os potenciais riscos relacionados à participação na pesquisa, por meio de entrevistas são: risco de divulgação de dados confidenciais, dispêndio de tempo ao responder à entrevista; possibilidade de constrangimento e estigmatização a partir do conteúdo revelado. Para minimizar esses potenciais riscos, a pesquisadora responsável garante que a entrevista será conduzida por pesquisadora habilitada à utilização dessa técnica de pesquisa, além de garantir controle do tempo envolvido na realização da entrevista e cuidado com os dados levantados. Além disso, a coordenação da pesquisa assegura a confidencialidade, a privacidade e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas. A pesquisa contribuirá para a sistematização de informações que visam à melhoria dos serviços de assistência estudantil, sendo o entrevistado/a e seu familiar beneficiado indiretamente ao contribuir com a possível melhora neste serviço.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 05 anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, eles serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução

466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “O Plano Nacional de Assistência Estudantil e a atenção à saúde na Universidade Federal de Viçosa” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome da Pesquisadora Responsável: Daniella Borges Ribeiro
Endereço: Av. P H Rolfs, S/N, Departamento de Serviço Social, sala 121, - Campus Universitário,
Viçosa - MG, 36570-900
Telefone: 31 3612-7260
E-mail: daniellab.ribeiro@ufv.br
Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG
Telefone: (31)3612-2316
Email: cep@ufv.br
www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador